



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO



ANDERSON COELHO BORGES

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO PLANALTO SANTARENO:
formas de existência em Mojuí dos Campos-PA

BELÉM
2020

ANDERSON COELHO BORGES

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO PLANALTO SANTARENO:

formas de existência em Mojuí dos Campos-PA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes.

BELÉM
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

C672a Coelho Borges, Anderson.
AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO
PLANALTO SANTARENO: formas de existência em Mojuí
dos Campos-PA / Anderson Coelho Borges. — 2020.
129 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
Úmido, Belém, 2020.

1. agricultura familiar. 2. campesinato. 3. Amazônia.
4. Planalto santareno,. 5. pluriatividade.. I. Título.

CDD 630

ANDERSON COELHO BORGES

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO PLANALTO SANTARENO:

formas de existência em Mojuí dos Campos-PA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Data de aprovação: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes
Orientador – PPGDSTU-NAEA/UFGA

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
Examinador Interno – PPGDSTU-NAEA/UFGA

Prof. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves
Examinadora interna- PPGDSTU-NAEA/UFGA

Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Junior
Examinador Externo – PPDSR/UEMA

Prof. Dra. Stéphani Nasuti
Examinadora Externa – CDS/UNB

BELÉM
2020

Dedico à minha querida avó, Alzides Coelho, ao meu sobrinho e afilhado, Miguel Borges e aos povos camponeses do Brasil, em especial, àqueles com quem tive contato e estabeleci laços de amizade na região do Planalto Santareno.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa de dissertação exigiu muito engajamento, persistência, escolhas e coragem ao longo desses 2 anos e 5 meses do mestrado. Nesse sentido, os resultados expostos aqui só foram possíveis devido às contribuições diretas e indiretas de várias pessoas que me incentivaram durante essa trajetória que aqui se encerra.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha querida vó, Alzides dos Santos Coelho Borges, que me deixou a educação como a herança mais valiosa do mundo e com a qual permaneço até hoje; à minha mãe, Aline de Fátima Coelho Borges, pelo compartilhamento da felicidade que foi passar no mestrado; à minha irmã, Dayane Borges Pereira, pelas conversas sobre a vida e escolhas que a todo momento temos que tomar; ao meu querido afilhado e sobrinho, Miguel Borges Frazão, que tem me incentivado a viver, a cada dia, com a ingenuidade e a alegria de uma criança e não com a tristeza de um adulto.

Não poderia deixar de citar e agradecer aos professores que ajudaram durante o processo de construção teórica e empírica da pesquisa. Ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Théóphilo Folhes, por acreditar mais em mim do que eu mesmo. Agradeço por todas as conversas que tivemos ao longo desse tempo, pela sua preocupação e empenho com o meu aprendizado, bem como pelas experiências enriquecedoras que me proporcionou quando me sugeriu mudar o projeto de pesquisa. A ele, minha sincera gratidão e admiração enquanto pesquisador, mas, principalmente, como ser humano. Aos professores doutores Francisco de Assis Costa, Harley Silva, José Sampaio de Mattos Júnior e Stéphanie Nasuti, agradeço pela disponibilidade e pelas contribuições feitas durante a participação em minha banca de qualificação do projeto de pesquisa e defesa de dissertação. À Profa. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves, pelo aceite em participar da defesa da dissertação, mas também pela sua coragem e amor pela pesquisa. A sua verdade me inspirou a acreditar que o meio acadêmico pode ser um ambiente saudável, apesar dos pesares. Igualmente, não poderia deixar de mencionar os demais professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e o Prof. Dr. Heribert Schmitz, do Instituto Amazônico de Agriculturas

Familiares (INEAF), pelas aulas ministradas, as quais, sem dúvida, foram importantes à minha formação acadêmica.

Ao grupo de Pesquisa Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia (DADESA) e ao Grupo de Estudos Espaço, Instituições e Desenvolvimento, agradeço por todas as contribuições feitas pelos professores doutores Francisco de Assis Costa, Harley Silva e Danilo Fernandes. Em especial, agradeço também aos discentes Luiz Feijão e Arthur Cruz do Nascimento, com os quais pude compartilhar as diversas inquietações e ideias sobre a temática que me dediquei a estudar, além dos conflitos internos que tive durante o processo de construção do objeto de pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), instituição responsável por conceder a bolsa de mestrado, bem como por financiar o projeto do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Odisseia, que, por meio dele, pude coletar os dados necessários para a pesquisa, possibilitando, também, a minha aproximação com lideranças sindicais e agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno, em especial com a família do seu Ivo, da comunidade Terra de Areia, e do Francisco, de Mojuí dos Pereiras, que me receberam muito bem em suas casas. O contato com outros pesquisadores também foi muito importante e por isso devo mencionar os amigos Caio Galileu, Mariana Piva e Beatriz Abreu, sem os quais a vivência no Baixo Amazonas não seria a mesma. Agradeço ao Prof. Dr. Ricardo Théóphilo Folhes, que me inseriu nesse projeto, e às professoras doutoras Stéphanie Nasuti e Emilie Coudel, que ajudaram na renovação da bolsa.

Aproveito este momento, também, para agradecer aos amigos do mestrado e doutorado; amigos estes que fiz em diversas disciplinas no NAEA. Infelizmente, não tem como citar todos, porém, queria mencionar alguns que levarei para toda vida: Tássia Curcino, Luiz Marcelo e Leildo Silva. Com eles, vivi momentos especiais dentro e fora da universidade. A vocês, meu muito obrigado!

Às famílias Pinheiro e Santos, agradeço pela confiança que depositaram no meu sonho, pois sem vocês seria difícil realiza-lo; à amiga Marília Lobato, deixo registrada minha sincera gratidão pela ajuda no processo de escrita e pelo compartilhamento de vivências – você me inspirou a acreditar que era possível; ao

amigo Luccas Miranda, agradeço por todas as conversas que tivemos, sou imensamente grato de ter te conhecido e poder viver momentos únicos que me recordarei pra sempre; à minha prima e amiga Wal Cardoso, que tem acompanhado minha luta nesses 12 anos morando em Belém; ao Jardiel Tafarel, um amigo sempre presente em todos os momentos; ao Augusto Calixto, pois ele teve papel fundamental neste trabalho a partir das diversas conversas que tive nas terapias; e ao Helbert Michel, a quem agradeço pela ajuda nas correções e comentários realizados durante o desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, devo todas as minhas conquistas profissionais e pessoais a Deus, pois foi ele que colocou essas pessoas especiais em minha vida, dando-me forças para não desistir e persistir nos meus sonhos: a Ele devo tudo o que sou!

Obrigado a todos!

“E você aprende que realmente pode suportar... que realmente é forte, e que pode ir muito mais longe depois de pensar que não se pode mais. E que realmente a vida tem valor e que você tem valor diante da vida! Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o bem que poderíamos conquistar se não fosse o medo de tentar”.

William Shakespeare, O menestrel.

RESUMO

BORGES, Anderson Coelho. **Agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno**: formas de existência em Mojuí dos Campos-PA. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

A agricultura familiar camponesa é caracterizada por aquelas famílias que através da posse da terra e do acesso aos recursos naturais disponíveis, buscam solucionar seus problemas produtivos e reprodutivos por meio da produção rural extrativa, agrícola e não agrícola. Levando em consideração este conceito, objetiva-se analisar de forma multiescalar as características que habilitam o entendimento das condições relacionadas à decisão da família camponesa em buscar ou não o acionamento da pluriatividade. Para isso, utilizando-se de uma abordagem interdisciplinar, lançou-se mão de dados qualitativos e quantitativos, obtidos, respectivamente, mediante a técnica de observação participante em duas comunidades – Mojuí dos Pereiras e Terra de Areia – localizadas no município de Mojuí dos Campos e a partir da mobilização da base de dados secundários e da seleção de variáveis (terra, força de trabalho e contexto institucional) coletados em pesquisa de campo junto às unidades produtivas camponesas. Assim, à luz da teoria do investimento camponês, identificou-se um padrão entre as famílias camponesas que acionam atividades não agrícolas, elas possuem restrição de terra, trabalho ou ambos, enquanto aquelas famílias que têm terra e força de trabalho em condições suficientes para a sua reprodução se dedicam apenas ao trabalho agrícola.

Palavras-chave: agricultura familiar, campesinato, Amazônia, Planalto santareno, pluriatividade.

ABSTRACT

BORGES, Anderson Coelho. **Peasant family farming in the Planalto Santareno: forms of existence in Mojuí dos Campos-PA.** 2020. 129 f. Dissertation (Master in Development Planning) – Postgraduate Program in Sustainable Development of the Wet Tropic, Center for High Amazon Studies, Federal University of Pará, Belém, 2020.

Peasant family agriculture is characterized by those families that, through land ownership and access to available natural resources, seek to solve their productive and reproductive problems through extractive, agricultural and non-agricultural rural production. Taking this concept into account, the objective is to analyze in a multiscale way the characteristics that enable the understanding of the conditions related to the decision of the peasant family to seek or not to trigger pluriactivity. To this end, using an interdisciplinary approach, qualitative and quantitative data were used, obtained, respectively, through the participant observation technique in two communities - Mojuí dos Pereiras and Terra de Areia - located in the municipality of Mojuí dos Campos and from the mobilization of the secondary database and the selection of variables (land, labour force and institutional context) collected in field research with the peasant production units. Thus, in the light of peasant investment theory, a pattern was identified among peasant families that engage in non-agricultural activities, they have restrictions on land, labour or both, while those families that have land and labour force in conditions sufficient for their reproduction are dedicated only to agricultural labour.

Keywords: family agriculture, peasantry, Amazon, santareno plateau, pluriactivity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Encontro para Reza na comunidade Terra de Areia em Mojuí dos Campos	22
Figura 2 –	Políticos santarenos, Lira Maia e Antônio Rocha comemorando o êxito no teste de grãos no Planalto Santareno	56
Figura 3 –	Terminal graneleiro da Cargill no porto da cidade de Santarém-PA	58
Figura 4 –	Loteamento Planalto, localizado no Km, 16 da BR- 163	62
Figura 5 –	Comunidade Mojuí dos Pereiras, Mojuí dos Campos-PA	75
Figura 6 –	Área produtiva de soja e milho na Comunidade Mojuí dos Pereiras, Mojuí dos Campos-PA	78
Figura 7 –	Sistema de irrigação de gotejamento com mangueira na área produtiva de hortaliças, comunidade Mojuí dos Pereiras, município de Mojuí dos Campos-PA	88
Figura 8 –	Granja Piedade na comunidade Mojuí dos Pereiras, Mojuí dos Campos- PA	95
Figura 9 –	Comunidade Terra de Areia, Mojuí dos Campos-PA	97
Figura 10 –	Fazenda Nova Esperança, na Comunidade Terra de Areia, em Mojuí dos Campos-PA, arrendada para a produção de soja	99
Figura 11 –	Feira do “Mercadão 2000”, em Santarém	105
Figura 12 –	Assistência técnica, comunidade Terra de Areia, Mojuí dos Campos-PA	110
Figura 13 –	Igarapé da comunidade Terra de Areia, Mojuí dos Campos-PA	112
Figura 14 –	Plantio da pimenta do reino na comunidade Terra de Areia, Mojuí dos Campos-PA	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Produção de arroz em casca no Planalto Santareno entre os anos de 2014-2018	59
Gráfico 2 –	Produção de milho no Planalto Santareno entre os anos de 2014-2018	60
Gráfico 3 –	Produção de soja no Planalto Santareno entre os anos 2014-2018	60

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Área de estudo	24
Mapa 2 – Zoneamento Participativo da Agricultura Familiar no Planalto Santareno	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Quantidade de unidades, área total, valor da produção e pessoal ocupado por tipo de produção no conjunto dos três municípios (Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos)	64
Tabela 2 –	Estabelecimentos agropecuários do Brasil: pluriativos e não pluriativos	69
Tabela 3 –	Trabalho realizado fora do estabelecimento familiar agropecuário	69
Tabela 4 –	Tipos de atividades realizadas fora do lote agrícola	70
Tabela 5 –	Receitas dos estabelecimentos de agricultores familiares que obtiveram receitas ou com outras rendas (unidades)	71
Tabela 6 –	Região Norte do Brasil: estabelecimentos que obtiveram receitas ou com outras rendas (unidades)	72
Tabela 7 –	Municípios do Planalto Santareno: renda dos estabelecimentos de agricultores familiares realizadas dentro e fora do lote provenientes de atividades pluriativas	73
Tabela 8 –	Média da disponibilidade de terras e força de trabalho	79
Tabela 9 –	Relação de Terra x Trabalho das unidades camponesas	80
Tabela 10 –	Terra x Trabalho: Mojuí dos Pereiras.....	80
Tabela 11 –	Acionamento a mão de obra externa pela família	82
Tabela 12 –	Acesso dos agricultores as associações locais	85
Tabela 13 –	Utilização de ferramentas na área produtiva	88
Tabela 14 –	Grupo de famílias pluriativas	90
Tabela 15 –	Composição da renda familiar	93
Tabela 16 –	Terra x Trabalho: famílias camponesas	101
Tabela 17 –	Terra x Trabalho: Terra de Areia	102
Tabela 18 –	Acionamento a mão de obra externa pela família	106
Tabela 19 –	Acesso dos agricultores as instituições locais	108
Tabela 20 –	Estratégia para conter erva daninha na área produtiva	111
Tabela 21 –	Tipos de atividades realizadas pelas famílias das unidades produtivas camponesas	114
Tabela 22 –	Composição da renda familiar	116

LISTA DE SIGLAS

AMPRMP	Associação de Moradores e Produtores Rurais Agroextrativistas da Comunidade Mojuí dos Pereiras.
AMTAB	Associação dos Produtores e Moradores das Comunidades Terra de Areia; Água Fria e Baixa D'Água
BASA	Banco da Amazônia
CDP	Companhia Docas do Pará
COMAPLAS	Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós
COOFAM	Cooperativa da Agricultura Familiar de Mojuí dos Campos
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
INCT	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
ITERPA	Instituto de Terras no Pará
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRODUSA	Programa de Estímulo à Produção Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
SAGRI	Secretaria de Agricultura do Estado do Pará
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
STTRs	Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TECEJUTA	Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Arcabouço metodológico	20
1.2	Área de estudo	23
1.3	Estrutura da dissertação	25
2	DEBATE TEÓRICO SOBRE A PRESENÇA DO CAMPESINATO EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO	26
2.1	Perspectiva marxista da agricultura camponesa	27
2.2	Teoria seminal da produção e reprodução camponesa	29
2.3	A teoria do investimento camponês: da tensão à eficiência reprodutiva	31
2.4	O debate sobre a pluriatividade no Brasil	36
3	FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO PLANALTO SANTARENO	43
3.1	O rio como principal via de acesso de imigrantes para o Baixo Amazonas (1543-1960)	44
3.2	A estrada como vetor de migração dos colonos rumo ao Planalto Santareno (1960-1990)	48
3.3	A chegada da soja no Planalto Santareno (1990- 2017)	55
3.4	Novas dinâmicas no Planalto Santareno: agronegócio x agricultura familiar camponesa	61
3.5	Dinâmica atual da economia agropecuária nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos	64
4	DIVERSIDADE ESTRUTURAL DA ECONOMIA CAMPONESA E O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO EM DIFERENTES ESCALAS: UMA ECONOMIA POLÍTICA DA PLURIATIVIDADE	68
4.1	A pluriatividade nos dados amostrais do Censo Agropecuário 2006 e 2017	68
4.2	A pluriatividade nas comunidades Mojuí dos Pereiras e Terra de Areia	74
4.2.1	A comunidade Mojuí dos Pereiras	74

4.2.2	Terra x Trabalho	78
4.2.3	Instituições e capacidade técnica para a horticultura em Mojuí dos Pereiras	85
4.2.4	A pluriatividade em Mojuí dos Pereiras	90
4.3	Comunidade Terra de Areia	96
4.3.1	A relação terra x trabalho	100
4.3.2	Contexto institucional da comunidade Terra de Areia	107
4.3.3	Pluriatividade na comunidade	114
4.4	Análise integrada das escalas: da eficiência camponesa ao acionamento da pluriatividade	118
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS	124

1 INTRODUÇÃO

À luz do debate teórico sobre o campesinato e a pluriatividade, a presente pesquisa se propõe analisar as condições de existência da agricultura familiar camponesa frente à expansão do agronegócio de soja, no Planalto Santareno, no oeste do estado do Pará, Amazônia brasileira.

Desde a chegada da soja ao Planalto Santareno no final da década de 1990, tem ocorrido uma certa variedade de pesquisas na região que buscam compreender as diferentes faces dessa situação. Uma parte destes estudos tem se debruçado em descrever e analisar as estratégias de expansão e consolidação da cultura da soja, mostrando que políticas públicas estaduais e federais, investimentos públicos e privados em infraestrutura (aeroportuária, construção e pavimentação de estradas, recuperação e implantação de portos), acesso a resultados de pesquisa científica, além de estratégias diversificadas para aquisição de terras, proporcionam condições para a expansão da oleaginosa no Planalto Santareno (COELHO, 2009; COSTA, S., 2012; SAUER; PIETRAFESA, 2013; CONCEIÇÃO, 2016; MIRANDA; SILVA, 2016). Outras pesquisas na região têm buscado analisar as relações das infraestruturas de apoio ao agronegócio, como o funcionamento de um terminal graneleiro da multinacional CARGILL instalado desde o ano 2001 na cidade de Santarém, com a reestruturação do tecido urbano-regional, gerando, entre outros fenômenos, mobilidade espacial entre comunidades rurais e dessas com as áreas urbanas (OLIVEIRA, H., 2014; TRINDADE, 2015; CÔRTEZ, 2016).

Por outro lado, os impactos socioambientais causados pelo agronegócio na região têm mobilizado a realização de pesquisas sobre os conflitos fundiários pela posse e uso da terra, o desmatamento, a contaminação de rios, solos e de seres humanos devido ao uso de agrotóxicos (COSTA, S., 2010, 2012; SAUER; PIETRAFESA, 2013; BARBOSA; FERRER, 2015; SAUER; MARTINS, 2016; BARBOSA; MOREIRA, 2017; LEÃO, 2017). Em adição, diversos estudos também mostram que o crescimento da área plantada por soja produz um variado leque de impactos sobre agricultores familiares camponeses que revelam as barreiras para a reprodução da vida, o êxodo rural e as dinâmicas excludentes e desterritorializantes geradas pelo agronegócio (CÔRTEZ; D'ANTONA, 2012; NAHUM; PAIXÃO JÚNIOR, 2014; SANTOS; CRUZ, 2015; CONCEIÇÃO, 2017).

As valiosas contribuições trazidas pelas pesquisas acima apresentadas, entre muitas outras, ilustram, de um lado, as relações de conflitos entre sujeitos do agronegócio e agricultores familiares camponeses, os impactos socioambientais e os arranjos institucionais que têm facilitado a ampliação da soja na região do Planalto Santareno. De outro lado, mostram que, apesar dos problemas, a agricultura familiar camponesa ainda permanece com forte expressão econômica e social (TRINDADE, 2015).

Todavia, uma análise mais detida sobre alguns fenômenos que, apesar da conjuntura desfavorável, permitem a persistência e a existência da agricultura familiar camponesa na região permanece ainda como uma lacuna a ser preenchida. Nesse sentido, e para responder a essa lacuna, a presente pesquisa se estruturou em torno da seguinte pergunta: sob quais condições produtivas e reprodutivas os camponeses do Planalto Santareno buscam o trabalho não-agrícola, ou seja, a pluriatividade? Caso a busca pelo trabalho não agrícola seja importante, ela representa uma possibilidade de permanência do modo de vida camponês ou é um indicativo da sua extinção?

Como hipótese de trabalho, sugere-se que as condições internas da família em termos de uma menor dotação de terra e trabalho levam membros da família camponesa, em determinados momentos, a buscarem atividades não agrícolas para se manterem como agricultores. Em adição, fenômenos externos às famílias relacionados às modificações no tecido urbano regional a partir da chegada do agronegócio na região têm gerado novas estratégias produtivas e reprodutivas nas unidades camponesas que, desta forma, ajudam a explicar a pluriatividade. A análise integrada das condições internas e externas são fundamentais para a compreensão das formas de existência da agricultura familiar camponesa no planalto santareno.

Mediante a constatação supramencionada e com base em um esforço maior de compreender a relação de coexistência entre agricultura familiar e agronegócio, a presente pesquisa busca analisar as especificidades do processo de tomada de decisão das unidades camponesas em torno da pluriatividade; esta enquanto um fenômeno importante e capaz de possibilitar a existência da agricultura familiar

camponesa no território em face do avanço do agronegócio da soja e do processo de reestruturação do tecido urbano regional.

Nestes termos, a pluriatividade é aqui compreendida como um acontecimento praticado por membros de uma unidade familiar de agricultores que residem no meio rural, mas realizam diferentes atividades, ou mais precisamente, optam por exercerem atividades não agrícolas, e continuam a residir no campo, mantendo o exercício de práticas produtivas características da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003a, 2009).

Entretanto, entendo que essa e outras estratégias tecidas pelas famílias agricultoras camponesas podem ser melhor compreendidas a partir de um elemento de determinação essencial: a eficiência reprodutiva. Tal elemento vem sendo teorizado por Costa (1993, 2012), será mais detidamente analisado no capítulo 1, mas em planos gerais refere-se a busca do equilíbrio pela família através do trabalho aplicado e pelo orçamento familiar necessário para a sua reprodução.

Apoiada nesses elementos, a pesquisa se insere no contexto de uma investigação mais abrangente, desenvolvida por pesquisadores do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Odisseia¹ e da Rede Odyssea², junto aos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais dos municípios de Mojuí dos Campos, Santarém e Belterra, que visa criar mecanismos de colaboração entre ciência e sociedade por meio do estabelecimento de um Observatório das Dinâmicas Socioambientais na Amazônia. No âmbito desta pesquisa participativa, compreender e dar visibilidade ao dinamismo da agricultura familiar foram considerados objetivos prioritários com os quais esta pesquisa busca contribuir. Minha integração ao grupo de pesquisadores começou em fevereiro de 2019. Meses depois, fiz o primeiro contato com lideranças sindicais e agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno em abril do ano 2019, quando foi possível estabelecer as primeiras aproximações com o objeto de estudo em tela, conforme detalhado a seguir.

¹ O INCT Odisseia tem o objetivo de compreender os distintos níveis de interação das dinâmicas ecológicas e sociais no contexto de mudanças ambientais, sociodemográficas, ambientais, para buscar, junto com atores locais, soluções sustentáveis para adaptação. Acontece em três biomas, sendo o planalto de Santarém um dos principais lócus da pesquisa na Amazônia.

² É financiada por uma Comissão Europeia, reunindo várias redes internacionais e nacionais com o intuito de responder aos desafios do desenvolvimento sustentável, objetivando apoiar políticas públicas e organizações sociais de meio ambiente e saúde na Amazônia.

1.1 Arcabouço Metodológico

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem metodológica qualitativa e quantitativa multiescalar (regional, estadual, municipal e comunitária). Para isso, utilizamos dados secundários dos últimos censos agropecuários dos anos 2006 (IBGE, 2006) e 2017 (IBGE, 2017), bem como dados primários da base de dados do Projeto Odisseia, que aplicou 543 questionários junto a unidades familiares de 32 comunidades dos municípios do Planalto Santareno; tarefa esta que se deu entre os meses de abril e julho de 2019. Destaca-se que esses questionários foram elaborados e aplicados por meio do aplicativo *Kobo Toolbox*³, com perguntas abertas e fechadas sobre o dinamismo da agricultura familiar nas comunidades do Planalto Santareno.

Por conseguinte, buscou-se o apoio nessas bases de dados para a realização de análises quantitativas e qualitativas em quatro escalas. Na escala regional, almejou-se compreender a pluriatividade nas cinco regiões do País. Nessa escala, o foco foi direcionado para os estados da região Norte do Brasil, enquanto que na escala municipal a ênfase foi dada para os três municípios que compõe o Planalto Santareno: Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Na escala comunitária, orientou-se a atenção para duas comunidades pertencentes ao município de Mojuí dos Campos, onde foi possível realizar a pesquisa de campo e utilizar a técnica da observação participante.

Na escala municipal, estabeleceu-se o município de Mojuí dos Campos como foco da análise, sobretudo pelo fato de ele ter sido o espaço em que a área plantada de soja mais cresceu e onde se apresenta uma dinâmica crescente da agricultura familiar camponesa. Por isso, em Mojuí dos Campos, duas comunidades, já mencionadas, foram selecionadas para se aprofundar as análises quantitativas e qualitativas.

Trata-se das comunidades de Terra de Areia, que possui produção de abacaxi em grande escala, e de Mojuí dos Pereiras, que apresenta uma forte produção de hortaliças. A escolha dessas duas comunidades se justifica em razão

³ É uma ferramenta utilizada para coletar dados por pesquisadores, sendo desenvolvido pela Universidade de Harvard Humanitarian Initiative, dos Estados Unidos.

delas possuem uma agricultura familiar camponesa que tem dinamizado sua produção de caráter familiar, apesar da presença da soja, ao mesmo tempo em que se diferenciam no contexto regional pelas suas culturas produtivas. Destaca-se a utilização da técnica de observação participante nessa escala, devido à necessidade de compreender os microprocessos das dinâmicas locais (MARTINS, 2004). Esta técnica é relevante para obter informações qualitativas sobre o objeto pesquisado, através da inserção no campo com os agricultores familiares das comunidades. Vale ressaltar que, além de contar com um olhar mais direcionado sobre a realidade local, a pesquisa também buscou dialogar com pessoas que residem nas comunidades e que desempenham atividades de liderança nessas localidades.

Outras entrevistas semiestruturadas foram realizadas, notadamente com: presidentes dos STTRs de Mojuí dos Campos e Santarém; Cooperativa da Agricultura Familiar de Mojuí dos Campos (COOFAM); Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós (COMAPLAS); Associação dos Produtores e Moradores das Comunidades Terra de Areia; Água Fria e Baixa D'Água (AMTAB); Associação de Moradores e Produtores Rurais Agroextrativistas da Comunidade Mojuí dos Pereiras (AMPRMP); técnicos da EMATER; secretário de agricultura municipal; e lideranças políticas locais, com o intuito de analisar as ações desenvolvidas para o desenvolvimento da agricultura familiar no município.

As conversas ocorreram a partir de perguntas abertas para proporcionar o aprofundamento das informações obtidas durante os diálogos entre o pesquisador e os entrevistados⁴. Nas comunidades, buscou-se averiguar outras questões não mencionadas nas conversas, cuidadosamente, a partir da observação participante. Para isso, um diário de campo foi utilizado, a fim de registrar o máximo de informações. O local para a realização das entrevistas foi definido conforme o interesse dos entrevistados, ocorrendo nas comunidades, unidades familiares, áreas produtivas, nos setores ligados a agricultura ou mesmo nas instituições públicas.

Essas observações foram enriquecidas a partir da convivência com duas famílias de agricultores das comunidades onde ocorreu o levantamento de informações. Primeiramente, na comunidade Mojuí dos Pereiras, estabeleceu-se

⁴ Utilizamos pseudônimos de plantas nativas da Amazônia, bem como espécies de peixes para identificar os entrevistados da pesquisa.

vivência com uma família composta por pai, mãe e três filhos, realizada de 07 a 22 de maio de 2019. Em relação à Terra de Areia, o campo ocorreu de 27 de maio a 11 de junho do mesmo ano mediante convívio na casa de uma liderança da comunidade que mora só. Vale ressaltar que essas famílias foram indicadas por uma liderança do STTR de Mojuí dos Campos.

Desta maneira, buscou-se compreender os microprocessos de interação entre os membros das unidades familiares, tais como: tomadas de decisão sobre escolhas produtivas, divisão do trabalho e a dotação de terra e trabalho que foram anotados no caderno de campo, durante a pesquisa empírica (Figura 1).

Figura 1 – Encontro para Reza na comunidade Terra de Areia em Mojuí dos Campos



Fonte: Anderson Borges, 2019.

Aos agricultores familiares camponeses e aos representantes das instituições ligadas ao meio rural foram feitas perguntas referentes à formação socioeconômica do município, bem como sobre a chegada da soja, disputa por terra e condições de infraestrutura local. Para as cooperativas, ocorreram perguntas relacionadas ao número de associados, arrecadação, produtos, escoamento, funcionários e histórico de fundação. Para as instituições, foram feitos questionamentos sobre as ações para

o desenvolvimento sustentável, as estratégias de fomento a assistência técnica, a valorização do agricultor familiar camponês, infraestrutura para o escoamento do produto e os festivais produtivos.

Outra fase da pesquisa, fundamental para alcançar os objetivos, foi a análise documental de relatórios públicos de experimentos realizados sobre a soja, de manchetes de fontes de jornais disponibilizadas pelo Instituto Cultural Boanerges Sena de Santarém, entrevistas com agricultores das comunidades, e outras literaturas (COELHO, 2009; COSTA, S., 2012; CONÇEIÇÃO, 2016; MIRANDA; SILVA, 2016; SAUER; MARTINS, 2016) já realizadas sobre a temática.

Para a análise dos dados, utilizou-se uma abordagem interdisciplinar, exploratória e descritiva sobre as duas comunidades: Mojuí dos Pereiras e Terra de Areia. Nesta escala, comunitária, portanto, procedeu-se ao uso do método qualitativo e quantitativo, mobilizando tanto os dados do Projeto Odisseia quanto a observação participante e a realização de 22 entrevistas semiestruturadas com produtores de hortaliças e fruticulturas.

Nelas, foram selecionadas duas variáveis para cada família (terra disponível e força de trabalho apta) das comunidades. Realizou-se a soma das variáveis do total das famílias e a divisão do resultado obtido pelo número total de entrevistados, com o intuito de identificar a média que nos direcionou para a divisão de grupos dessas famílias. A partir dessa amostra, pôde-se identificar o comportamento delas em relação ao acionamento ou não da pluriatividade, relacionando-se a descrição dos resultados à abordagem da teoria central da dissertação, que trata sobre a teoria do investimento camponês (COSTA, F., 1993, 2012) e da pluriatividade (SCHNEIDER, 2003a).

1.2 Área de estudo

O Planalto Santareno é constituído pelos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos e, como afirma Leão (2017, p. 89), é uma área de solo plano e favorável ao plantio com sistema mecanizado, localizada às margens das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e PA-370 (Curuá-Una) (Mapa 1).

Convém destacar que, enquanto áreas desmembradas de Santarém no final do século XX, Belterra foi alçada à condição de município mediante a instituição da Lei N° 5.928, de 28 de dezembro de 1995 (PARÁ, 1995). Já Mojuí dos Campos foi criado a partir da realização de dois plebiscitos nos anos de 1995 e 1999; momentos em que a população decidiu pela emancipação e cuja aprovação foi efetivada com o TSE homologando o resultado do plebiscito no ano de 2009, por meio da Lei N° 6.268, de 27 de dezembro de 1999 (PARÁ, 1999; LEÃO 2017).

Nesse contexto, e de acordo com dados do IBGE (2018), aponta-se que a população estimada dos municípios que compõem o Planalto Santareno corresponde ao total de 338.405 habitantes, sendo, desse quantitativo, 304.589 são pertencentes à Santarém, 17.732 à Belterra e 16.064 à Mojuí dos Campos. Nas últimas décadas, esses municípios vêm sendo incorporados à dinâmica do agronegócio, notadamente com a plantação de soja, realizada ao longo dos anos.

Mapa 1 – Área de estudo



Fonte: IBGE (2018).

O município Mojuí dos Campos teve um crescimento da produção de soja elevado em relação aos demais. Entretanto, apesar do crescimento da área cultivada de grãos, a agricultura familiar camponesa ali existente, cuja constituição histórica descrevo no capítulo 2, apresenta comunidades camponesas importantes para o abastecimento alimentar e a economia da região, como as comunidades de Terra de Areia e Mojuí dos Pereiras, com culturas produtivas de abacaxi e hortaliças, respectivamente.

1.3 Estrutura da dissertação

A dissertação está organizada em cinco seções. A primeira e a quinta tratam sobre a introdução e conclusão, respectivamente. Na segunda, realiza-se um debate teórico sobre a permanência ou não do campesinato na sociedade capitalista, acionando alguns teóricos clássicos sobre a temática, além de trazer para a discussão a teoria do investimento camponês; esta que traz elementos que podem ou não justificar o acionamento da pluriatividade pela família camponesa.

Na terceira seção, aborda-se a questão da formação do Planalto Santareno, destacando-se os diversos agentes e sujeitos responsáveis por esse processo e que compõem a diversidade estrutural atualmente presente na região, compreendendo desde os agricultores familiares camponeses até os agentes capitalistas ligados ao agronegócio.

A quarta seção volta-se para a análise multiescalar da pluriatividade, enfocando, em um primeiro momento, as escalas regional e municipal e, posteriormente, a escala comunitária. Nesta última, faz-se um esforço de compreender sobre quais condições os agricultores familiares camponeses acionam a pluriatividade, tendo como área de estudo duas comunidades pertencentes ao município de Mojuí dos Campos. Por fim, estabelece-se uma reflexão sobre os dados que foram analisados com o objetivo de investigar o comportamento deles em relação à teoria do investimento camponês.

2 DEBATE TEÓRICO SOBRE A PRESENÇA DO CAMPESINATO EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO

Os debates sobre a presença do campesinato no capitalismo têm propagado duas posições divergentes. Os primeiros teóricos da perspectiva marxista clássica, a partir de uma visão estruturalista, acreditavam que o campesinato era incapaz de permanecer em uma sociedade na qual o processo de trabalho foi envolvido pela produção de mais valia (COSTA, F., 2012).

Divergindo dessa perspectiva, Chayanov buscou analisar o comportamento da família camponesa a partir de uma visão microeconômica, o que levou o autor a elaborar uma teoria seminal da produção e reprodução camponesa, mostrando a possibilidade de existência do campesinato alinhado a uma racionalidade própria na sociedade capitalista (ABRAMOVAY, 2012; COSTA, F., 1993, 2012).

Apoiando-se nas duas perspectivas anteriores, Francisco Costa (1993, 2012) busca superar estas dicotomias mesclando ambas as perspectivas para propor a teoria da eficiência reprodutiva. Nela, os camponeses tendem a mudar, inovar ou nada fazer quando se sentem ameaçados ou estimulados, tomando decisões que permitam sua reprodução e justifiquem sua existência na sociedade capitalista.

Desde os clássicos marxistas, o debate sobre a inserção dos camponeses no mercado de trabalho, vendendo sua força de trabalho, ou ao contrário, contratando trabalho externo para dar conta da sua produção, teve um duplo viés e mais recentemente ganhou um termo, a pluriatividade. De um lado, a pluriatividade foi tratada como indicativo do fim do campesinato (GRAZIANO DA SILVA, 1997), de outro como oportunidade para manutenção da sua “condição camponesa” (SCHNEIDER, 2003a, 2009). Nesse capítulo apresento uma nova possibilidade para se compreender o fenômeno da pluriatividade, a partir da análise da busca de eficiência reprodutiva por parte da família camponesa.

Destarte, este capítulo tem o propósito de fazer uma introdução a esse debate com o objetivo de entender sob quais condições o campesinato se utiliza da pluriatividade como uma estratégia para obter a eficiência reprodutiva da família. Na seção 2.1, apresento a perspectiva marxista, na seção 2.2 exponho a teoria do

equilíbrio chayanoviano, na seção 2.3, trato da teoria do investimento camponês, e na seção 2.4, abordo a pluriatividade no Brasil.

2.1 Perspectiva marxista da agricultura camponesa

Os autores clássicos marxistas acreditavam que o camponês tenderia a se diferenciar socialmente, sendo sucumbido pela lógica econômica do modo de produção capitalista. Alguns camponeses tornar-se-iam capitalistas rurais e contratariam mão de obra, enquanto outros proletarizar-se-iam, vendendo sua força de trabalho, no campo ou na cidade, como descreveu Faria (2001).

A teoria de Marx era pessimista em relação à permanência do campesinato no sistema capitalista, pois quando comparado ao comportamento capitalista eles tenderiam a se reproduzir em condições limitantes, além de trabalharem em piores condições entregando parcela do seu excedente do trabalho realizado de graça para a sociedade (FARIA, 2001; COSTA, F., 2012). Esse argumento de Marx considerava todas as esferas da vida social a essa perspectiva macroeconômica do sistema capitalista (ABRAMOVAY, 2012).

A teoria de Marx sobre a relação campesinato-capitalismo poderia ser resumida como segue: as formas camponesas de produção reproduzem-se no capitalismo marcadas por condições objetivas que as constroem à concorrência para além do limite que permitiria, pela via dos preços, a incorporação do sobretrabalho por elas gerado (COSTA, F., 2012, p. 51).

Devido a sua baixa capacidade de obter recurso e por não conseguir transformar o processo de produção em mais valia como faziam os capitalistas, a família camponesa tenderia a desaparecer, pois numa sociedade de concorrência como pressupôs Marx, a maximização de ganhos produtivos era a condicionante da razão de existência e não os ganhos reprodutivos como o que a família buscava (COSTA, F., 2012).

Lênin, teórico e político marxista russo, publicou uma obra intitulada “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, no ano de 1899. Nela, com base em pressupostos marxistas e a partir da realidade agrária russa, no final do século XIX, o autor defendia que o avanço do capitalismo sobre o campo influenciaria na transformação de parcela dos camponeses em uma classe de proletariados. Este movimento, devido o grau de urbanização no campo e com o intuito de criar

mercados guiados pela lógica capitalista, resultaria na diferenciação do campesinato em três tipos, a saber: os camponeses ricos (responsáveis por constantemente contratar força de trabalho dos camponeses pobres para a realização de determinadas atividades); os médios (contratavam mão de obra dos camponeses pobres de vez em quando); e os pobres. Estes últimos, por sua vez, apenas vendiam sua força de trabalho para os demais camponeses, convertendo-se em proletariados (FARIA, 2001; ABRAMOVAY, 2012; COSTA, F., 2012).

Assim, o processo de transformação do campesinato a partir da inserção do capitalismo no campo, para Lênin, conforme analisou Faria (2001), resultaria na concentração de riqueza pelos camponeses ricos, agravando a diferenciação dos camponeses a partir da pobreza a que seriam submetidos os demais tipos de camponeses no campo. Portanto, o campesinato tenderia a desaparecer.

Segundo Almeida (2000), ao publicar o livro intitulado “A questão agrária” e considerar as relações macrossistêmicas no meio rural, o teórico alemão marxista Karl Kautsky acreditava, assim como Lênin, que a concentração de riqueza se realizaria a partir da penetração do capitalismo sobre o campo, mormente no que diz respeito à transformação pela burguesia de parte da estrutura feudal em empresas capitalistas.

Entretanto, esse processo de industrialização da agricultura subordinada à lógica do capital não levaria a priori à extinção do camponês. Isto porque, a burguesia do campo, responsável pela grande produção agrícola, necessitava da mão de obra desses camponeses considerados operários agrícolas, sobretudo por estes agentes possuírem pequenas quantidades de terras e venderem sua força de trabalho para trabalhar em atividades capitalistas no campo, tal como interpretaram Almeida (2000) e Faria (2001).

Para Almeida (2000), Kautsky sustentava que a proletarização camponesa se tornaria irreversível na sociedade prussiana. Dessa maneira, na medida em que vendessem sua força de trabalho para a indústria ou para a empresa agrícola, a tendência seria a redução da produção realizada nos estabelecimentos familiares. Ademais, ao passo em que os camponeses buscassem trabalhos em locais onde o assalariamento era possível, os mesmos estariam propensos a se tornarem operários, bem como a assimilar as regras de trabalho e organização coletiva.

Porém, a tendência seria que de forma gradual, o operário agrícola fosse perdendo espaço no campo e migrando para as áreas urbanas, portanto, haveria a possibilidade do desaparecimento do camponês, mas ao mesmo tempo esse fator dependeria das necessidades por mão de obra pela empresa agrícola capitalista, como afirma Kautsky (1980, p. 178): “não devemos pensar que a pequena propriedade territorial esteja em vias de desaparecer na sociedade moderna, ou possa ser inteiramente substituída pela grande propriedade”.

Assim, tanto para Lênin quanto para Kautsky o campesinato teria um fim, pois na medida em que o camponês contratasse trabalho externo ou vendesse sua força de trabalho para as empresas capitalistas, tornando-se capitalistas ou assalariados, deixariam aos poucos as atividades agrícolas tradicionais.

2.2 Teoria seminal da produção e reprodução camponesa

Alexander Chayanov, economista e engenheiro agrônomo, fazia parte de um movimento da escola da Organização da Produção russa, que influenciou nos seus diversos estudos sobre a estrutura do campesinato, compreendendo que o mesmo não estaria fadado ao desaparecimento e que obedeceria a uma lógica própria de funcionamento, distinta do capitalismo. Francisco Costa (1993, 2012) e Faria (2001) consideram que o autor elaborou uma teoria baseada na microeconomia para justificar seus argumentos, colocando a estrutura familiar e não o indivíduo no centro da análise.

A especificidade da economia camponesa, assim denominada, passou a ser considerada como um contraponto aos pensadores marxistas sobre o campesinato. Segundo Woortman (2001), para Chayanov havia um modo de produção doméstico que buscava garantir as necessidades e a satisfação de reprodução da família camponesa, não visando o lucro, portanto, fora das regulações macrossistêmicas.

Na racionalidade camponesa, Faria (2001, p. 49) afirma que a única variável necessária é o trabalho familiar que dependerá do “tamanho da família, da composição e da disponibilidade dos membros familiares aptos a trabalhar”. Isso determinará os limites do trabalho empregado pela unidade camponesa, que é tanto uma unidade de produção como de consumo:

A lei de existência do camponês pode ser resumida na expressão “equilíbrio entre trabalho e consumo”. Diferentemente de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares (ABRAMOVAY, 2012, p. 70).

Quando cresce o número de membros da família, o trabalho passa a ser intensificado, suscitando a busca pelo ponto de equilíbrio entre consumo e produção. Isso justifica o que Chayanov denominou de grau de autoexploração do trabalho, dependendo da dinâmica demográfica da família e da proporção de membros trabalhadores e não trabalhadores, e não por sua relação com outras classes da sociedade (WOORTMAN, 2001; ABRAMOVAY, 2012; COSTA, F., 2012).

Assim, para Francisco Costa (2012), realça-se a base do pensamento chayanoviano quando se trata da especificidade camponesa, sendo a família “como um lugar estrutural da existência primária dos indivíduos” (COSTA, F., 2012, p. 95). Isto porque, ainda conforme este autor, o aumento ou a diminuição da força de trabalho pode depender também das alterações do mercado de produto, pois, quando elas são favoráveis, existirá uma redução da produção, enquanto desfavoráveis podem ocasionar um aumento da força de trabalho, responsável por gerar a autoexploração.

Francisco Costa (1993) também acredita que na unidade camponesa existe uma dimensão econômica diferente da capitalista a ser atingida, como faz a empresa capitalista, e que se aplique a cada unidade do trabalho. Segundo ele:

Para a empresa camponesa, o que existe é um nível de atividade a ser necessariamente atingida que determina com que rendimento cada unidade de trabalho da família tem que contribuir. Em outras palavras: não pertence à realidade da produção camponesa um rendimento por unidade de trabalho que seja determinante, como o é, para a empresa capitalista, o rendimento correspondente ao salário enquanto grandeza socialmente determinada, mas, sim, um rendimento por unidade de trabalho determinado pelas necessidades anuais da família camponesa – pelo caráter, pois, da empresa camponesa enquanto unidade de consumo (COSTA, F., 1993, p. 8).

Apesar da busca principal do camponês por satisfazer as necessidades da reprodução familiar, trabalhando apenas o necessário para o autoconsumo, existem fatores externos que condicionam a mudança do aumento da força de trabalho pelo camponês.

Esse fato demonstra que apesar das unidades camponesas possuírem uma lógica econômica própria, distinta do capitalismo, isso não significa necessariamente sua separação do mercado. Pelo contrário, a relação que se dá entre penosidade do trabalho e satisfação das necessidades dependente das escolhas da família permitindo a relação com o mercado por meio da “venda de suas safras, ao uso de financiamento ou ao uso de insumos de origem industrial” (ABRAMOVAY, 2012, p. 72).

É a partir dessas questões que Chayanov (1974) busca mostrar a existência do camponês no sistema capitalista, não como um ser passivo, mas como um sujeito que constrói sua vida a partir de fundamentos internos do equilíbrio entre trabalho e consumo da família, objetivando a sua reprodução. Isto, por sua vez, influencia nas suas tomadas de decisões, sendo capaz de realizar atividades fora da unidade produtiva tendo em vista o ajuste do equilíbrio reprodutivo da família a partir da queda de rendimentos da produção interna.

Assim, o acionamento as atividades não agrícolas tornam-se, na perspectiva de Chayanov, uma estratégia da família camponesa para manter o equilíbrio reprodutivo a partir da aplicação da força de trabalho nessas atividades. Segundo o autor, elas fornecem remuneração elevada por unidade de trabalho, contribuindo para “obter ganhos maiores com menos esforço, e a família prefere ajustar o equilíbrio básico entre consumo e desgaste da força de trabalho principalmente por meio da ocupação em artesanato e comércio” (CHAYANOV, 1974, p. 120).

2.3 A teoria do investimento camponês: da tensão à eficiência reprodutiva

Vistas isoladamente, tanto a perspectiva macrossistêmica dos clássicos marxistas quanto a perspectiva microeconômica de Chayanov provocam uma limitação da compreensão das relações entre as estruturas e a agência do campesinato. Ao assumir a abordagem da especificidade da microeconomia camponesa, Francisco Costa (2012) propõe a teoria da eficiência reprodutiva, unificando as condições internas e externas para se constituir enquanto categoria central na compreensão das relações das especificidades da razão camponesa e das leis gerais da reprodução do capital.

O referido autor, assim como Chayanov, entende que o trabalho aplicado pela família busca solucionar as necessidades reprodutivas internas (consumo-produção), sendo ele determinado por um “sistema de forças contrárias que estabelecem tendencialmente um ponto de acomodação relativamente estável” (COSTA, F., 1993, p. 13). Este equilíbrio passa a ser regulado pela “evolução da (in) satisfação da família com o seu nível de consumo e o seu grau de fadiga e incômodo para cada nova unidade de trabalho alocado” (COSTA, F., 1993, p. 13).

A busca pelo equilíbrio será determinada pelas condições internas relacionadas às necessidades reprodutivas associadas a hábitos de consumo, potência de trabalho e balanço demográfico, representando a efetivação do sucesso em superar as necessidades do consumo e repor o capital utilizado.

Esse equilíbrio sofre interferência do ambiente. Dessa maneira, ao analisar a existência camponesa, não tem como desconsiderar as condições externas, uma vez que a unidade camponesa se orienta pelas condições internas (produção e consumo) e por desvios proporcionados pelos fatores externos, estes que ora ajudam, ora contrariam o autoconsumo, além de terminar o tempo necessário de trabalho da família (COSTA, F., 2012).

Portanto, a unidade camponesa busca a reprodução a partir da aplicação da força de trabalho, de modo que atinja o equilíbrio mínimo. Isso porque, se afastado o equilíbrio entre essas duas grandezas (trabalho-consumo), a tendência será a elevação do trabalho (sofrimento/penosidade). Nesse sentido, busca-se manter o equilíbrio a partir das relações não explícitas e que são socialmente construídas, relações estas que mantêm respeito aos limites de produção derivados da força de trabalho familiar, os quais são estabelecidos pelo potencial de emprego de trabalho de cada membro e da demanda de consumo familiar, de acordo com uma rotina de trabalho subjetivamente traçado, organizando um padrão de reprodução (COSTA, F., 2012).

A aplicação de toda a força de trabalho disponível pela família expressa as condições de potencializar, maximizar o trabalho em cada produto e serviço do sistema produtivo em recursos reprodutivos para obtenção de orçamento reprodutivo satisfatório para a família. Isto demonstra a eficiência da unidade camponesa em termos de racionalidade, pois ela eleva sua força de trabalho disponível para evitar

as tensões reprodutivas que podem conduzir a aumento das necessidades de consumo e desgaste de trabalhadores em longo prazo.

Dessa maneira, Francisco Costa (2012) define as famílias camponesas como grupos que, “tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural - extrativa, agrícola e não agrícola” (COSTA, F., 2012, p. 117-118). O autor ao colocar a família como definidora das tomadas de decisões a fim de atender as necessidades reprodutivas assume num primeiro momento a uma perspectiva microeconômica, a mesma utilizada por Chayanov para posteriormente inserir a perspectiva ligada a macroestrutura.

Destaca-se que as tomadas de decisões estão ligadas aos seguintes fatores internos: tamanho da propriedade, capacidade de mudar, força de trabalho disponível; e de forças que emergem das tensões contrárias: hábitos de consumo ajustado à rotina de trabalho. Esses fatores proporcionam a família tomar decisões aplicando sua força de trabalho disponível a fim de atingir o consumo necessário que satisfaça as suas necessidades e ao mesmo tempo repor meios de produção necessários para novos meios reprodutivos.

Assim, quando o trabalho aplicado consegue atingir as necessidades mínimas de consumo reprodutivo, de manutenção e de reposição dos meios de produção, mais eficiente funciona o sistema, o que gera o equilíbrio dessas forças denominadas por Francisco Costa (2012, p. 119) como eficiência reprodutiva, ou seja, “observada pela ótica microeconômica, a capacidade do sistema de internalizar e reter em seu proveito, o trabalho por ele próprio despendido”.

Dessa maneira, o autor em referência (COSTA, F., 2012) nos auxilia na compreensão dos principais fatores que interferem na eficiência reprodutiva, os quais estão ligados a algumas questões, como:

- o número de pessoas da família aptas à realização de atividades, o que depende do fator biológico, ou seja, quando um membro da família – ao nascer – se caracteriza apenas como consumidor e, quando cresce, passa a compor o sistema familiar, aumentando a força de trabalho familiar;

- o orçamento que é realizado pela família para o ano, objetivando a reprodução a partir do capital destinado a atender as necessidades de consumo e para a reprodução ampliada voltada à renovação do capital;
- a disponibilidade de terras e a ausência de força de trabalho suficientes, fatores que levam à necessidade de intensificação do capital e elevação a receita da família, responsável por reduzir o rendimento por unidade de trabalho, aumentar a intensificação do trabalho e, conseqüentemente, prejudicar o nível de bem-estar familiar;
- a busca por tecnologia pela família, cujo intuito é possibilitar a intensificação do uso da terra; fato este que ocorre principalmente em razão do aumento da composição do número de membros da família;
- as alterações que ocorrem no mercado de produtos, as quais afetam a escala da produção e levam à oferta invertida, que, em condições favoráveis de mercado, diminuem a escala da produção e, quando desfavoráveis, aumentam a produção.

Portanto, Francisco Costa (2012) acredita que a busca pela eficiência reprodutiva leva a família a investir, de forma a manter a satisfação do grupo familiar em longo prazo. Esta eficiência reprodutiva só é perceptível sensorialmente a partir da tensão reprodutiva, a qual ocorre devido à falta de condições mínimas de consumo e reposição dos meios de produção.

A referida tensão deriva de diferentes fatores, como: a necessidade de repor mecanismos materiais essenciais à reprodução; a introdução de produtos de consumo durável e fora do orçamento familiar esperado; bem como de questões ligadas à educação dos filhos e outros custos correlatos (COSTA, F., 2012).

Nesses momentos de crise, o camponês passa a intensificar a força de trabalho tanto na diversificação de atividades como no aumento da jornada de trabalho que se faz presente como condição *sine qua non* à sobrevivência, gerando o estímulo para que ocorram as mudanças estruturais que produzem alterações significativas na trajetória camponesa na busca pela reprodução estável (COSTA, F., 2012).

A dinâmica inovativa do sistema representado pela família camponesa, diante do desafio de contra- arrestar as forças que afetam sua eficiência

reprodutiva exige, primeiro, a motivação de seus membros em despende o trabalho extraordinário que para isso se faz necessário. Segundo, a disponibilidade efetiva (quer dizer, objetiva) de capacidade de trabalho para tanto. Depende, ademais, das condições sob as quais transforma o trabalho potencialmente reservado para a mudança em investimento efetivo, acumulação de capacidades, formação de capital (COSTA, F., 2012, p. 121).

Essas mudanças podem ser apresentadas nas unidades camponesas a partir do rearranjo do sistema de produção e da disponibilidade de emprego de trabalho, da plantação de novos produtos, do aumento da dificuldade do sistema na formação de novos meios de produção, na receita de vendas de poupanças e crédito, possibilitando acessar recursos monetários que podem advir do trabalho realizado em colheitas anteriormente realizadas, além das receitas de vendas e créditos que o camponês acessa com o objetivo de investir para assegurar a reprodução ocasionada pela tensão reprodutiva (COSTA, F., 1993, 2012).

A crise e a tensão reprodutiva das unidades produtivas mobilizam os camponeses a tomar decisões buscando a reprodução social, o que provoca, de forma mais precisa e intensa, um processo de investimento pelos camponeses, ao passo que também demonstra um portfólio de alternativas utilizadas visando à reprodução da família de modo que atinja o equilíbrio mínimo reprodutivo avaliado subjetivamente pela família, estando fora da ótica compreensiva da racionalidade orientada pela maximização do lucro da sociedade hodierna; portanto, comparativamente, realça a especificidade das famílias camponesas na sociedade capitalista (COSTA, F., 2012). Estas, mesmo sendo orientadas pelas mesmas razões, e devido às condicionantes do ambiente institucional onde estão localizadas, têm comportamentos distintos, ou seja, justificam diferentes formas de existência.

Assim, a partir das contribuições de Costa (1993, 2012), acreditamos que as condições internas da família pautadas no equilíbrio entre trabalho e consumo podem levar os membros da família a tomarem decisões e acionarem estratégias variadas visando à reprodução, como a pluriatividade, para tanto se aproveitando das condições externas existentes para obter a eficiência reprodutiva, enquanto aquelas famílias com padrão reprodutivo eficiente podem optar por não acionar atividades não agrícolas. Isto justifica a racionalidade das famílias camponesas que unifica a diversidade de comportamentos buscando existir e se reproduzir na sociedade capitalista.

2.4 O debate sobre a pluriatividade no Brasil

Conforme sustenta Schneider (2003a, 2009), as discussões que foram produzidas no Brasil acerca de atividades não agrícolas realizadas pelos agricultores familiares tomaram proporções maiores a partir de uma das pesquisas realizadas nos anos 1980 e que tomou como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁵.

A partir desses dados coletados, o grupo de pesquisa Rurbano – coordenado pelo pesquisador José Graziano da Silva, um intelectual influenciado pelo marxismo clássico de Lênin e Kautsky –, utilizou métodos específicos para analisar as novas dinâmicas do meio rural (ligadas a atividades não agrícolas), acreditando que o espaço rural brasileiro estava passando por transformações relacionadas à modernização da agricultura e às novas atividades não agrícolas no seu interior. Desse modo, o autor sistematizou as seguintes conclusões:

[...] a) nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades, alheias a sua unidade produtiva; b) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 165).

Projetos resultados da pesquisa evidenciaram que nas áreas rurais havia a diminuição de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, o aumento do trabalho em atividades não agrícolas e a necessidade de repensar o espaço rural como sinônimo de agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Estas conclusões também foram importantes para que cientistas sociais passassem a se dedicar mais sobre a temática, evidenciando que a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas realizadas pelas famílias seriam consideradas como pluriativas (GRAZIANO DA SILVA, 1997; SCHNEIDER, 2003a, 2009).

⁵ Iniciado no segundo trimestre do ano de 1967, os seus resultados eram, a princípio, apresentados trimestralmente. Porém, a partir de 1971, os levantamentos passaram a ocorrer anualmente. Nesse sentido, durante 49 anos de existência, seu objetivo é servir de instrumento para formular, avaliar e validar políticas direcionadas para o desenvolvimento socioeconômico da população brasileira (IBGE, 2020).

Schneider (2003a), ao tratar sobre a noção de pluriatividade, evidenciou que ela está relacionada à perspectiva inglesa – agricultura de tempo-parcial (*part-time farming*) e à perspectiva francesa – pluriatividade (*pluriactivité*). O primeiro termo foi alterado para “unidade agrícola familiar de trabalho múltiplo que, por sua vez, foi substituído pela noção de pluriatividade, numa referência analítica à diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas” (SCHNEIDER, 2003a, p. 103). Segundo o autor, a pluriatividade no meio rural é definida como:

[...] um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguíneo (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como a família (SCHNEIDER, 2009, p. 3).

Dessa maneira, ao conceituar a pluriatividade, o autor focou na unidade familiar, o que, evidentemente, não impede que formas sociais outras de “uso da terra e do trabalho, que não familiares, não possam ter, na prática da pluriatividade, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda” (SCHNEIDER, 2003a, p. 91). Assim, diferente de Graziano da Silva (1997), Schneider (2003a) aproxima-se da abordagem do pensamento chayanoviano, o que vai levá-lo a desenvolver diversos estudos sobre a temática.

A pluriatividade é dinâmica devido às diversas atividades que remetem ao conjunto de tarefas realizadas; atividades estas que são caracterizadas como agrícolas, para-agrícolas e não agrícolas e sugerem que pelo menos um membro da unidade familiar resida no meio rural, combinando duas dessas atividades.

Schneider (2009), por sua vez, propôs uma tipologia de quatro tipos de pluriatividade para compreender essa dinâmica, a saber: a tradicional ou camponesa, a intersetorial, a de base agrária e a para-agrícola; tipologias estas concebidas pelo autor mediante a diversidade de situações pluriativas.

A pluriatividade tradicional ou camponesa é caracterizada por famílias em que o agricultor produz para autoconsumo e mantém pouca relação com os mercados, sendo que as atividades pluriativas ocorrem dentro da sua propriedade e não objetivam transformar o trabalho em mercadoria, mas, sim, meios que possibilite

viver e se organizar na terra. Nesse sentido, o autor acredita que a família acessa os mercados apenas quando necessário for para sua reprodução (SCHNEIDER, 2009).

Buscando manter a articulação da agricultura com os demais setores da economia, a tipologia intersetorial decorre, principalmente, de dois macroprocessos: a descentralização industrial e a rurbanização⁶. O deslocamento de empresas para os espaços rurais e periurbanos se justifica pela procura de força de trabalho mais barata, o que imprime novas dinâmicas a estas áreas e configura o fenômeno da rurbanização. Por estas razões, os mercados de trabalho (rurais e urbanos) vão se homogeneizando e a pluriatividade, por seu turno, consolida-se como a característica mais destacada desse processo.

A pluriatividade de base agrária ocorre dentro do setor agrícola gerado pelo processo de modernização da agricultura, uma vez que, embora residente no meio rural, o agricultor ocupa a maior parte do tempo prestando serviços a partir de contratos de atividades que anteriormente eram desenvolvidos no interior de cada unidade familiar. Além disso, esse agente executa atividades provenientes de agroindústrias ou se submete a trabalhos precários não agrícolas no período de sazonalidade da sua produção na agricultura (SCHNEIDER, 2009).

Por fim, e não menos importante, a quarta tipologia proposta por Schneider (2009), denominada como para-agrícola. Essa pluriatividade está relacionada à transformação, ao beneficiamento e ao processamento da produção da agricultura familiar; produção que, antes, era voltada apenas para o consumo, mas, que passou a ser destinada à venda, sobretudo a partir do aumento da produção dentro e fora dos espaços familiares; fato que gerou a formação de várias atividades derivadas dessas mudanças (SCHNEIDER, 2009).

Ainda de acordo com este autor, o crescimento do número de famílias do meio rural realizando atividades não agrícolas “está relacionado às alterações na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho resultantes da reestruturação produtiva e das mudanças no capitalismo contemporâneo” (SCHNEIDER, 2011, p. 22), o qual proporciona novas relações de trabalho e formas de ocupação da mão de obra. Nesse sentido, destaca-se que a pluriatividade depende de processos

⁶ Nova configuração socioespacial a partir de um *continuum* entre o rural e o urbano, levando a formas de recriação de práticas e símbolos nesses espaços (SCHNEIDER, 2003b).

microsociais que levam as famílias a tomarem decisões que combinam atividades agrícolas e não agrícolas em um determinado contexto territorial com grau de mercantilização elevado. Assim a pluriatividade é um recurso que expressa uma forma peculiar de mercantilização, além de ser “um elemento de diversificação da agricultura familiar, apresentando-se como uma estratégia cada vez mais presente e estável no meio rural” (SCHNEIDER, 2011, p. 23).

Considerando o debate sobre as vantagens da pluriatividade para o desenvolvimento rural, Zubizarreta (2003) compreende que a pluriatividade pode ser benéfica para o agricultor pluriativo, fazendo-o permanecer no campo com o intuito de “aproveitar as oportunidades que surgem na economia, encontrando um equilíbrio entre os ingressos procedentes de sua exploração e as rendas derivadas de atividades não agrícolas” (ZUBIZARRETA, 2003, p. 200). Entretanto, para esse autor nem todas as formas de pluriatividades são benéficas para o desenvolvimento e dinamização dos espaços rurais; razão pela qual se torna necessário analisar as condições naturais do território, as estruturas sociais presentes, as atitudes diante das mudanças, a disponibilidade de infraestruturas e a comunicação, além da atuação do Estado no que se refere às políticas públicas, que influenciam nas estratégias acionadas pelas famílias agricultoras.

Ao analisar as condições reprodutivas internas da família em conjunto com o ambiente externo onde estavam inseridas, Anjos (2003) identificou que o entorno econômico em que a agricultura familiar estava localizada passou por grandes transformações devido ao aumento expressivo de indústrias e outros setores do meio produtivo, os quais passaram a se instalar em áreas rurais. Isto, por seu turno, levou o autor à conclusão de que a pluriatividade se configurava enquanto uma estratégia utilizada pelos grupos domésticos que enfrentavam dificuldades crescentes nas atividades agropecuárias; dificuldades estas que os faziam ceder sua força de trabalho para atividades não agrícolas, com o objetivo de garantir a reprodução da família.

A pluriatividade se apresenta vinculada a uma série de fatores aos quais fizemos menção anteriormente. De um lado, por sua estreita associação com o processo de industrialização regional e com a crescente unificação do mercado de trabalho urbano e rural, e, de outro modo, com os mecanismos de adaptação das explorações familiares diante das crescentes dificuldades de reproduzirem-se no marco estrito e exclusivo da

atividade agrícola e das rendas que esta lhe permite obter (ANJOS, 2003, p. 27).

Assim, para analisar a pluriatividade, faz-se necessário considerar as especificidades econômicas nas quais se inserem as unidades domésticas, bem como as políticas sociais e geográficas dos espaços onde a junção de atividades agrícolas e não agrícolas garante a reprodução da família (ANJOS, 2003).

Tal como Anjos (2003), Candiotto (2007) considera que a pluriatividade influencia na dinâmica interna das famílias agricultoras que vivem nos espaços rurais. Buscando manter um diálogo com a estrutura interna da família e externa (contexto territorial) o autor acredita que a pluriatividade existe devido à combinação de pelos menos duas atividades – agrícolas e não agrícolas – realizadas dentro ou fora da propriedade. Para justificar o acionamento por atividades não agrícolas pelos agricultores familiares, o Candiotto (2007) afirma que as dificuldades de sobrevivência na agricultura familiar, além da expansão de industriais e outros setores produtivos sobre as áreas rurais, têm influenciado no aumento da diversificação de atividades e renda pelos agricultores.

A adoção da pluriatividade por parte da família rural depende das estratégias e anseios de cada família, porém, apesar de diversas atividades pluriativas serem desenvolvidas a partir da iniciativa de famílias rurais, a origem da maior parte das atividades não agrícolas para a população rural está ligada à oferta de empregos provenientes de empresas que não são de propriedade dos agricultores familiares, como indústrias e outras empresas que se instalam no meio rural, e que buscam mão-de-obra barata e próxima (CANDIOTTO, 2007, p. 206).

Ao abordar o assalariamento por alguns membros da família em atividades fora do lote, Candiotto (2007) também esboça uma preocupação sobre a redução de autonomia do agricultor familiar devido à sua subordinação à empresa que o emprega; o que diminui o tempo de trabalho dele na unidade familiar, reduz o contato com a família e pode, inclusive, provocar a migração deles para as cidades, abandonando as práticas e a moradia no meio rural. Entretanto, se a atividade não agrícola for realizada dentro do lote da família, a tendência é a diversificação de atividades e da renda, o que torna a pluriatividade mais benéfica: “o trabalho continua concentrado na unidade, os lucros são maiores e tendem a ser aplicados na própria unidade familiar, gerando benefícios para a família e contribuindo para fortalecer sua autonomia” (CANDIOTTO, 2007, p. 206).

Nascimento (2005) é um dos autores que, ao analisar a pluriatividade em duas regiões distintas do Brasil nos anos 1990, no Sul e Nordeste, chegou a conclusões diferentes dos demais autores mencionados nesta discussão teórica. A partir da abordagem dos marxistas clássicos, ele acredita que a pluriatividade só tende a crescer em regiões pobres, como o Nordeste, pois ela se explica devido às condições de pobreza dos agricultores familiares. No Sul, conforme o autor, a tendência seria de diminuição do número de famílias pluriativas e, pois haveria o abandono das atividades agrícolas tradicionais devido ao aumento considerável da modernização das atividades agrícolas. Nascimento (2005) conclui que mesmo em regiões mais dinâmicas e ricas, a pluriatividade não tende a evitar o aumento da proletarização dos pequenos agricultores familiares.

Apoiada na perspectiva chayanoviana, Wanderley (2003) percebe a pluriatividade como uma forma encontrada pelos agricultores de manter o equilíbrio da família:

[...] uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família (WANDERLEY, 2003, p. 52).

Ainda de acordo com esta autora, uma unidade familiar para ser considerada pluriativa é somente quando o chefe da família trabalha fora do estabelecimento. “Isso acontece porque seu desempenho lhe assegura um tempo livre ou, quando ocorre o contrário, o estabelecimento não é capaz de absorver plenamente sua força de trabalho” (WANDERLEY, 2003, p. 52). Os filhos adultos mesmo que residam no estabelecimento familiar e exercem atividades não agrícolas estão condicionados a se inserirem no processo de individualização, pois estes tendem a buscar autonomia para constituir sua nova família, o que faz parte do ciclo da vida dinâmica das unidades produtivas do campo. Além disso, as mulheres quem tendem a exercer essas atividades buscam investir sua remuneração nas atividades produtivas das unidades familiares ou na quitação de dívidas realizadas. Além disso, em alguns casos, elas podem se distanciar dos estabelecimentos familiares, criando “uma autonomia para fora, semelhante à individualização dos jovens. É como se ela tivesse sua própria profissão e fosse apenas a esposa do agricultor” (WANDERLEY, 2003, p. 53).

Tal como pode ser observado, os autores acima mencionados consideram a pluriatividade enquanto uma combinação de atividades agrícolas e não agrícolas realizadas dentro ou fora do lote por pelos menos um membro da unidade familiar residente do meio rural. Entretanto, quando se discute como elas se inserem em atividades não agrícolas e mantêm atividades ligadas à agricultura, as diferentes conclusões se apresentam desde fatores ligados à dinâmica interna da família, bem como ao entorno socioeconômico onde elas estão inseridas. Assim, compreende-se, aqui, que a pluriatividade representa para as famílias agricultoras uma estratégia que pode ser acionada ou não para buscar o equilíbrio reprodutivo familiar, utilizando-se das novas dinâmicas socioeconômicas presentes no meio rural.

Nesse sentido, na pesquisa de mestrado aqui apresentada, a teoria do investimento camponês proposta por Costa (1993, 2012), analisada na seção (2.3) acresce uma importante contribuição ao debate da pluriatividade, ao permitir entendê-la de maneira empírica e reflexiva, e não como um fenômeno que possa ser determinado à priori, de um lado como um caminho inexorável e linear dos campesinatos rumo a sua extinção e de outro como uma via essencial a manutenção da condição camponesa. Nesse sentido, busca-se compreender a dinâmica dos camponeses do Planalto Santareno a partir das contribuições teóricas discutidas acima, analisando-se, ademais, os campos de padrões reprodutivos, à se destacar o risco, investimento e acomodação que podem levar a diferentes mobilizações dos camponeses, assumindo diferentes estratégias reprodutivas, e a opção ou não pela pluriatividade.

3 FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO PLANALTO SANTARENO

Neste capítulo, objetiva-se mostrar as diversas estruturas patronais e camponesas ao longo do processo de formação socioeconômica do Planalto Santareno, composto por três municípios, a saber: Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Neste sentido, aborda-se a situação fundiária, a economia e a relação destas estruturas a partir de suas trajetórias na região⁷.

Inicialmente, entretanto, cabe um esclarecimento quanto à utilização de algumas expressões neste trabalho. Isto porque, agricultores, assentados, colonos e seringueiros serão considerados enquanto agricultores familiares camponeses⁸, tal como na definição de Francisco Costa (2012), para quem estes agentes sociais são caracterizados com base “[n]aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural” (COSTA, F., 2012, p. 117-118). No que diz respeito às estruturas patronais que são aquelas estruturas produtivas no universo agrário que orientados por uma racionalidade capitalista baseiam suas atividades agropecuárias e extrativistas na contratação de trabalho permanente e temporários (e em algumas situações em relações de trabalho análogas à escravidão) consorciadas, geralmente, ao controle de grandes extensões de terra destacam-se as atividades voltadas à exploração madeireira, à mineração, à pecuária de corte e à monocultura de soja.

Assim, para elucidar o objetivo deste capítulo, pretende-se, em um primeiro momento, abordar a importância do rio para a chegada de imigrantes à região; imigrantes estes cujas práticas se consolidaram com base na exploração de recursos naturais e que passaram a viver em áreas do Planalto Santareno. Na segunda seção, trata-se a respeito da construção da rodovia BR-163 a partir dos anos 1960, bem como das estruturas que passaram a se consolidar e estabelecer relativo controle nessa porção do espaço amazônico, com destaque às madeiras,

⁷ Nesta pesquisa não estudei os indígenas e quilombolas, mas reconheço a contribuição de ambos ao processo de formação socioeconômica na região.

⁸ De acordo com a Lei nº 11.326, de Julho de 2006 (BRASIL, 2006), que instituiu a política nacional da agricultura familiar: “para ser agricultor familiar é necessário que o agricultor aquele que pratica atividades no meio rural. Ao mesmo tempo em que não possua uma área maior do que quatro módulos fiscais; faça uso da mão de obra familiar do seu próprio estabelecimento; tenha uma renda mínima proveniente de atividades realizadas no seu estabelecimento e que ele seja o próprio gestor da sua unidade familiar”.

à pecuária e à mineração, além das pessoas de outras regiões do país que foram atraídas pelo discurso desenvolvimentista do governo militar, pautado na integração regional e na disponibilidade de terras sem homens na Amazônia.

No terceiro, quarto e quinto momentos, respectivamente, apresenta-se a chegada dos produtores de soja ao Planalto Santareno no final da década de 1990 e os fatores que contribuíram para o desenvolvimento desta estrutura patronal no Planalto Santareno. Realiza-se um esforço de descrever como se deu a relação dos produtores de soja junto aos agricultores familiares que já estavam estabelecidos nas comunidades rurais nesse espaço e, de acordo com os dados do IBGE e do Projeto Odisseia, discute-se a atual configuração socioeconômica dessa região a partir das estruturas patronais e camponesas.

3.1 O rio como principal via de acesso de imigrantes para o Baixo Amazonas (1543-1960)

Em 1543 tem-se o registro dos primeiros europeus que desembarcaram sobre as águas do rio Amazonas. Porém, apenas em 1626 se tem indícios do desembarque de um português, Pedro Teixeira, nas praias do Tapajós “na chefia de uma tropa de resgastes” (LEROY, 1989, p. 29). Assim, foi pelos rios que começou a “conquista” dos imigrantes europeus sobre as terras da Amazônia, influenciando no processo de ocupação durante muitos séculos.

Até a metade do século XIX, diversas atividades ligadas ao extrativismo das drogas do sertão (cacau, salsaparrilha, etc.) foram exploradas, atividades estas que entraram em declínio devido à queda do preço desses produtos no cenário internacional. Isto, por sua vez, levou grande parcela de mão de obra disponível nessas atividades a “regredir para a subsistência agrícola, e outra parte dos trabalhadores a se deslocar para outras áreas da Amazônia na tentativa de continuar a atividade em questão ou buscar outra em ascensão” (HOEFLE, 2013, p. 50).

A grande seca que ocorreu na região Nordeste do País no ano 1877, foi responsável por gerar fome e mortes, levou parcela dos nordestinos a migrar para o Centro-Oeste e para o Norte brasileiro, fato que se repetiria nas décadas seguintes.

A exploração da borracha já era nessa época - e continuaria a ser por algumas décadas a partir de diferentes estímulos - a principal atividade econômica da Amazônia. A base extrativista foi definidora da exploração por todo o século XIX e início do século XX, tendo posteriormente sido retomada pelo governo Vargas durante a segunda guerra mundial, conforme comentado mais adiante. No entanto houve também uma tentativa de implementação de um grande projeto agrícola de produção da Hevea a partir da aplicação do grande capital industrial norte americano que elegeu, em uma das suas fases o planalto santareno como região prioritária.

No primeiro momento, com o descobrimento dos seringais na região do Tapajós, muitas colônias agrícolas foram financiadas pelo governo da Província do Pará e pelas elites locais para receber essa mão de obra e direcioná-la para trabalhar nos seringais (LEROY, 1989).

Em Santarém, foi estabelecida a Colônia Bom Gosto onde, até março de 1879, tinham chegado, segundo João Santos (1982, p. 47), 600 nordestinos. A colônia não prosperou e, em 1881, já estava em decadência. É que havia começado o auge da exploração da borracha e os nordestinos juntavam-se aos paraenses na corrida aos seringais do Tapajós (LEROY, 1989, p. 58).

Vale ressaltar que, nesse momento, o látex produzido no Brasil destinava-se ao mercado externo, sobretudo para a Inglaterra. Porém, dado o sistema de plantation racional praticado na Ásia em relação à borracha, o mercado inglês preteriu a produção brasileira e em virtude da produção asiática, cujo mercado ficava mais perto da Inglaterra. Segundo Leroy (1989), somente em 1940:

[...] com o bloqueio do acesso aos seringais asiáticos, devido à II Guerra Mundial, a borracha brasileira voltou a exercer determinado papel na economia internacional, para suprir as necessidades dos exércitos aliados, e o Nordeste voltou a fornecer à Amazônia os seus contingentes, os chamados "soldados da borracha" (LEROY, 1989, p. 62).

Assim, o segundo momento de grande fluxo de nordestinos à Amazônia para o engajamento nos seringais, ocorreu no contexto da 2ª Guerra, durante o governo Vargas, quando houve necessidade de deslocar mão de obra para a extração da borracha, atividade econômica que, na época, estava em baixa na região. Tal busca foi possibilitada graças à iniciativa do governo quanto ao alistamento⁹ de muitos nordestinos, os quais foram motivados a ir para a Amazônia em busca do látex e,

⁹ Nesse período, o governo brasileiro transportou aproximadamente 50 mil pessoas vindas do Nordeste, notadamente do estado do Ceará, para a extração do látex.

assim, ficaram conhecidos como “soldados da borracha”¹⁰. Destaca-se que suas motivações partiram tanto da oportunidade de enriquecer rápido quanto pela grande seca que aconteceu na região nordeste do País. Essa verdadeira epopeia ocupa a memória dos mais antigos moradores do planalto. Anaelson Carrolino, 65 anos, político e morador da cidade de Mojuí dos Campos, relata que, no momento da chegada a Santarém, havia duas grandes possibilidades:

a demanda pela borracha levou nordestinos através do Governo Federal para as áreas de extração no Norte do país a partir de um alistamento militar que era realizado na cidade de Fortaleza, no Ceará. Cerca de 250 famílias por viagem. Desses, um terço ia explorar o látex, enquanto os demais iam para Santarém trabalhar na agricultura familiar (Anaelson Carrolino, político e morador de Mojuí dos Campos, entrevista realizada em 17 de julho de 2019).

O auge da exploração da borracha possibilitou que a cidade de Santarém passasse a ser considerada como um centro importante de comercialização desse produto, alimentando o poder de oligarquias locais que dominavam a região, além de ter proporcionado um aumento populacional importante “indo de 9.271 habitantes em 1872 a 34.944 habitantes em 1920” (HOEFLE, 2013, p. 52). Na década de 20, teria lugar no planalto santareno um ambicioso projeto:

Nas tentativas de cultivar a seringueira em escala maior na Amazônia, a região de Santarém assumiu importância. Com o objetivo de tornar-se independente do monopólio inglês da borracha, nos anos de 1920 a Ford Motor Company implantou uma “plantation” na localidade de Fordlândia (hoje localizada no município de Aveiro), e depois, outra em Belterra (outrora distrito de Santarém, hoje município) (HOEFLE, 2013, p. 52).

Em relação a este conhecido projeto do norte americano Henry Ford¹¹, destaca-se que seu objetivo consistiu em fomentar a plantação e a exploração de seringais na região do Tapajós; empreendimento este que atraiu mão de obra regional e nordestina para sua composição e operação (HOEFLE, 2013). Todavia, o modelo de desenvolvimento pretendido por Ford, pautado em uma racionalidade capitalista sobre a natureza e os indivíduos nela inseridos, não resistiu (COSTA, F., 1998).

A estruturação da Companhia Ford Industrial do Brasil (eis a razão social do empreendimento), que se fez com base numa concessão de terras feita

¹⁰ Secreto (2007) retrata que os soldados da borracha era uma política criada no governo Vargas nos anos 1940 que a princípio se destacava pelo povoamento do vazio demográfico da região amazônica, mas o objetivo era de providenciar mão de obra barata para as elites locais da região.

¹¹ Trata-se de “Fordlândia”, empreendimento chefiado por Henry Ford e que objetivava investir nos seringais para, assim, competir com os mercados inglês e alemão.

pelo governo do Estado do Pará, numa extensão total de um milhão de hectares, foi caracterizada pela utilização de avançados mecanismos, pelo modernismo dos equipamentos de infraestrutura (residências, hospitais, escolas, fontes de energia, etc.), por relações capitalistas de produção e por uma divisão aprofundada do trabalho interno. Caracterizou-se, também, de um lado, pela ausência de capital social básico na região, pela falta de conhecimento científico da natureza específica da Amazônia e, assim, pela ausência do conhecimento técnico para o plantio local da seringueira; de outro, pela falta de um mercado de trabalho nas proporções requeridas e pela impossibilidade de conduzir processos formadores desse mercado (COSTA, F., 1998, p. 16).

A tentativa de impor sua lógica de desenvolvimento apropriando-se de extensas áreas de terras, alterando relações de produção e implementando o assalariamento para as forças de trabalho, condicionou o declínio da experiência Ford. A busca por diminuir os prejuízos causados pelo investimento realizado fez com que a empresa alterasse as condicionantes que diminuíram seus rendimentos, contudo, ela não conseguiu força de trabalho necessária, pois o camponês negou-se a trabalhar diretamente e a se submeter ao modelo implantado de assalariamento, preferindo a sua autonomia (COSTA, F., 1998).

Após a crise da borracha, a força de trabalho camponesa regional, de origem paraense e nordestina, migrou para outras atividades extrativas voltadas à subsistência. Ademais, também contribuiu para a ocupação de outras áreas, como, por exemplo, a do Planalto Santareno.

Além disso, ressalta-se que parte dessa força de trabalho camponesa que migrou para a região do Planalto Santareno se deparou com famílias de cearenses que já havia explorado a borracha nos anos 1910, no Alto Tapajós, antes da chegada do projeto de Henry Ford; famílias estas que, conforme sustenta Leroy (1989), estavam vivendo do cultivo do algodão na região.

Portanto, estes fatores condicionaram a migração dessa força de trabalho para exploração do látex nos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, enquanto os demais decidiram trabalhar nas terras consideradas devolutas¹² na região do Planalto Santareno (AMARAL, 2018).

¹² Segundo a Lei N° 6.383, de 7 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976), são consideradas devolutas as terras que se venderam ou ficarão sempre sujeitas aos ônus. Assim, são consideradas bem público, principalmente por não ter passado por domínio particular.

A mão obra nordestina que migrou para o Planalto Santareno – local onde, atualmente, situa-se o município de Mojuí dos Campos –, era recebida pelas famílias já estabelecidas na área, como, por exemplo, a família do cearense Valfredo, considerado uma liderança influente da região:

[...] quando chegavam as pessoas, eles alocavam as pessoas, os agricultores, eles davam a terra pra pessoa trabalhar, começar a trabalhar, por que chegavam aqui pessoas pobres, carentes. E ele tinha uma estrutura, que ele era uma pessoa rica. Quando o papai chegou, que o seu Luiz Mundoca pegou uma carrada que veio junto com ele, ele levou diretamente pra comunidade Mojuí dos Caboco, várias famílias. Foi em 1953. Lá existia a comunidade só que quando tinha vaga aqui no Mojuí, e tinha um conhecido lá na Colônia, aí eles escreviam uma carta, aí os outros se animavam e vinham. Era assim que funcionava. Essa carta recomendava o morador pra poder ficar na terra (Anaelson Carrolino, político e morador de Mojuí dos Campos, entrevista realizada em 17 de julho de 2019).

Assim, os camponeses que se estabeleceram na região, mais especificamente nas colônias agrícolas do Planalto Santareno, passaram a viver da exploração extrativa e da agricultura de pequeno porte.

Além do mais, também cabe destacar que, até a construção da estrada, o rio significou a principal via utilizada pelos camponeses de outras regiões do País que, sob o intuito de explorar os recursos disponíveis, desejavam chegar até o Baixo Amazonas. Entretanto, quando esses recursos entraram em escassez, em decorrência de fatores anteriormente apontados, famílias passaram a buscar por outras formas que possibilitassem a sua reprodução, movimentando-se para áreas mais propícias à exploração. Foi desta maneira que muitas unidades familiares passaram a se consolidar no Planalto Santareno.

Nesse sentido, e com a construção da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163), novas frentes migratórias chegaram à região, expandindo o seu contingente populacional, principalmente das áreas situadas nas proximidades da estrada, como o Planalto Santareno.

3.2 A estrada como vetor de migração dos colonos rumo ao Planalto Santareno (1960-1990)

Durante o período que representou a chegada dos militares ao governo brasileiro, nos anos 1960, a Amazônia passou a ser inserida no processo de

integração nacional. Até esse momento, a principal via de integração entre a região com o restante do país se realizava pelos rios. Porém, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e do Banco da Amazônia (BASA) tem-se o início da elaboração de projetos e incentivos financeiros, com o intuito de atrair investidores internacionais para a região (LEROY, 1989).

Em sua análise, Ariovaldo de Oliveira (2005) chama a atenção para a criação de outro programa cuja política territorial concebida pelo Estado passou a ser a principal na região amazônica. Trata-se do Programa de Integração Nacional (PIN), a partir do qual algumas diretrizes foram estabelecidas, tais como:

[...] abertura de duas rodovias na Amazônia: - Transamazônica (ligando o Nordeste e a Belém-Brasília à Amazônia ocidental - Rondônia e Acre); - Cuiabá-Santarém, ligando Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio porto de Santarém, no rio Amazonas; a implantação, em faixa de terra de 10 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de “colonização e reforma agrária” e o início da primeira fase do plano de irrigação do Nordeste; transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais oriundos de abatimento do imposto de renda para aplicação no programa (OLIVEIRA, A., 2005, p. 77).

Nesse período, o Nordeste se encontrava envolvido por uma forte seca que afetou a maior parte de sua população. Dessa maneira, o governo federal buscou justificar os projetos de integração da Amazônia ao restante do País, tendo essa região um território que carecia de integração e um quadro de “vazio demográfico¹³”; vazio este, nesse momento, a ser preenchido pelos nordestinos (OLIVEIRA, A., 2005).

Os problemas com que se defronta o Nordeste emanam de fatores próprios, tais como as pressões sociais geradas em uma região de solo e clima adversos, onde se agita uma população de cerca de 25 milhões de habitantes. Já na Amazônia, os traços dominantes do seu meio físico estão contidos na exuberante cobertura florestal e no emaranhado de grandes rios que a cortam; excluído o Estado do Maranhão, a região é, quanto às dimensões geográficas, quase quatro vezes maior que o Nordeste, e seus escassos 3 milhões de habitantes não alcançam sequer a densidade demográfica de um por km². Além dessas características regionais, a Amazônia apresenta os seguintes aspectos que a tornam inconfundível no quadro geral do país: - um imenso vazio demográfico que se oferece à atenção mundial como possível área de reserva, à medida que aumentam as justas preocupações com o fenômeno da explosão populacional; - uma extensa área de fronteira, virtualmente desabitada, confinando com cinco países estrangeiros e dois territórios coloniais; - o extrativismo vegetal,

¹³ Esse discurso de vazio demográfico é ilusório, pois antes do estímulo a chegada desses novos imigrantes, a Amazônia já possuía muitos sujeitos realizando diversas atividades, principalmente ligado ao extrativismo.

como forma ainda predominante de atividades econômicas (OLIVEIRA, A., 2005, p. 68-69).

O fato em tela serviu de justificativa para o financiamento de projetos voltados à criação de rodovias que ligariam a Amazônia ao Centro Sul do País. Dessa maneira, nos anos 1970, tem-se a criação das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

[...] há um substantivo contingente de camponeses instalados em um processo de colonização espontânea (geralmente, no prolongamento das estradas vicinais, não computados formalmente pelo Incra nesses números). Na concepção de PIC expressa pelo Incra, ratifica-se o já citado no Estatuto da Terra, ou seja, a terra seria destinada à camponeses e, também, detalha-se o procedimento para o ordenamento fundiário. Um PIC seria o modelo de colonização em que, ao Estado, caberia toda a responsabilidade pela implantação e instalação da infraestrutura, tanto a física, como organizacional. Isso abrangeria desde a seleção de famílias até a titulação dos lotes, passando pelo atendimento de direitos civis, como educação e saúde, a abertura de estradas e até a organização associativa ou cooperativa das famílias (DA CUNHA, 2009, p. 29).

Nesse planejamento, as pessoas eram atraídas para a região sob o discurso de terras abundantes e vida digna. Assim, surgiu o Projeto Integrado de Colonização (PIC)¹⁴, compreendendo o início das migrações espontâneas para a região (OLIVEIRA, A., 2005).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado em 1971 e, subordinado ao Ministério de Agricultura, objetivava realizar a colonização e a reforma agrária na região, além do cooperativismo. Com o Decreto-Lei N° 1.164, 1º de abril de 1971 (BRASIL, 1971), as terras devolutas foram consideradas essenciais à soberania e ao desenvolvimento do Brasil. Destarte, grande parcela das terras na Amazônia passava a ser domínio da União, o que acabou facilitando a elaboração e execução de projetos para a região (LEROY, 1989).

Em 1972, o INCRA começava o projeto de colonização na Amazônia com a criação de assentamentos ao longo da Transamazônica. Nele, alguns centros regionais existentes - Santarém, Marabá, Itaituba e Altamira – faziam parte do projeto visando seu fortalecimento; fato que culminou no surgimento dos Projetos Integrados de Colonização (PIC) no estado do Pará, constituídos por Marabá, Altamira e Itaituba (DA CUNHA, 2009).

¹⁴ Ariovaldo de Oliveira (2005) aponta outros projetos que deram sustentação ao objetivo do Estado e do capital, como, por exemplo, o Proterra, o Polamazônia, o Polocentro e o Polonoroeste.

No PIC Itaituba, que era constituído pelos municípios de Santarém, Aveiro e Itaituba, foram feitos núcleos de apoio e lotes de comunidades. Subordinado ao INCRA, o projeto de colonização estava “encarregado da infraestrutura, incluindo o fornecimento de casas de madeira e instalação dos colonos, sua titulação, assistência técnica e médica” (LEROY, 1989, p. 79).

Assim, a partir das estradas, colonos nordestinos e do Centro Sul do Brasil passaram a ocupar áreas próximas à estrada, desenvolvendo atividades ligadas à agricultura de pequeno porte (COSTA, S., 2012). Além dos colonos selecionados e devidamente assentados pelo INCRA, Leroy (1989) destaca que:

[...] chegaram à Transamazônica centenas e milhares de migrantes vindos, principalmente, do Maranhão. Eles percorreram em uma ou duas gerações o itinerário clássico: Ceará, Vale do Mearim (MA), Vale do Pindaré (MA), Sul do Pará, Transamazônica (LEROY, 1989, p. 80).

A estrada, portanto, serviu como principal via de acesso para mais colonos que se dirigiam para a região, justificando as ocupações que têm em torno da Transamazônica até chegar a BR-163, que liga o estado do Mato Grosso à cidade de Santarém, no Pará. Segundo Becker (2005, p. 73), isso gerou uma grande modificação estrutural ocorrida “no povoamento regional que se localizou ao longo das rodovias e não mais ao longo da rede fluvial, como no passado, e no crescimento demográfico”. Assim, a estrada possibilitou a migração espontânea para a região de muitos pequenos produtores para as áreas consideradas adequadas a ocupação, levando muitos a abrirem ramais próximos às rodovias:

[...] as áreas prioritariamente destinadas à ocupação por pequenos produtores foram ampliadas; a espontaneidade da ocupação extravasou os travessões, as estradas vicinais, ampliando a área do projeto de colonização. Ao lado das agrovilas e agrópolis planejadas surgiram novos núcleos, agora de caráter espontâneo (FUNAGRI; EMBRAPA, 2006 apud COSTA, S., 2012, p. 115-116).

Os colonos que passaram a se instalar nos pontos marginais da rodovia Cuiabá-Santarém, constituindo colônias agrícolas, exerciam atividades voltadas à subsistência e a produtos industriais, como, por exemplo, o cacau, a pimenta do reino e o café, a pecuária doméstica e a malva, todos plantados em terra firme. Convém destacar que, de 1950 a 1980, a principal cultura produtiva da região era o arroz, o qual possibilitou a incorporação agrícola de uma vasta quantidade de terras nos caminhos que foram formados onde hoje se localiza a rodovia Curuá-Una.

Essas trilhas que foram feitas pelos agricultores estabelecendo uma ligação entre as cidades de Santarém à Belterra a até então Vila de Mojuí nesse período, posteriormente foram substituídos pelas rodovias BR-163 e pela PA 370 (FOLHES *et al.*, 2020).

Além do mais, ressalta-se também a cultura da juta que se expandiu devido à fundação da fábrica TECEJUTA, no dia 10 de novembro de 1951, e sua consequente instalação nas proximidades da Feira Agropecuária de Santarém, começando suas operações somente na década de 1966 (TRISTAN, 2016). A indústria tinha o objetivo de beneficiar e produzir sacas para exportação do café que era plantado no País. Os colonos da região, portanto, eram estimulados a plantar e direcionar a produção para ela. Desse modo, criava-se uma rede entre eles com o objetivo de propiciar o desenvolvimento da região mediante o desenvolvimento da referida atividade. Hoefle (2013) acrescenta que:

[...] o plantio de juta e malva, que após 1950 tornou-se muito significativo no baixo Solimões e alto e médio Amazonas, ao ponto de sustentar em Santarém um setor fabril de produção de sacas utilizada na exportação de commodities agrícolas (HOEFLE, 2013, p. 50).

Entretanto, Hoefle (2013) acredita que a juta começou a entrar em declínio por várias razões, a saber: a eliminação da fibra natural pela sintética; a inovação tecnológica, que fez extinguir a necessidade de produzir sacos para armazenar os produtos agrícolas; e a atração de mão de obra para a Zona Franca de Manaus, ocasionando êxodo rural no campo. Por esses motivos, a fábrica acabou fechando.

Nesse período, devido à construção da rodovia que passou incorporar as terras com vegetação primária, outras atividades para a exploração econômica passaram a se expandir: pecuária extensiva e exploração madeireira e mineral. Nesse sentido, cabe destacar as relações estabelecidas entre os camponeses e essas estruturas capitalistas na região.

No Planalto Santareno, as frentes de expansão camponesas que se assentaram desde o período colonial, conformando vários pontos de produção de gêneros alimentícios para suprir a demanda santarena, acompanharam as diversas frentes pioneiras, seja como suporte à produção e reprodução da força de trabalho da cidade exportação (por exemplo, nos períodos das drogas do sertão e da borracha), seja como um movimento cooperador para as profundas transformações do território – isto é, provendo de mão-de-obra barata para os fins especificamente capitalistas; facilitando o desbravamento das frentes madeireiras, que sempre tiveram uma relação muito próxima com esse campesinato: extraíam a madeira e, em troca, proporcionavam-lhe alguma renda e ainda a abertura dos ramais

necessários ao escoamento de suas produções, ou mesmo, em nosso caso, fornecendo as condições necessárias (as terras antropizadas e baratas e uma mão de obra volante) para o avanço do agronegócio na região (NAHUM; PAIXÃO JÚNIOR, 2014, p. 55).

Estas relações entre as diversas estruturas demonstram não apenas as estratégias reprodutivas utilizadas pelos camponeses, mas também revelam como os agentes capitalistas aumentaram sua expansão utilizando-se de mão de obra não assalariada camponesa; mão de obra que foi atraída para a Amazônia sob o discurso ilusório do governo federal de ocupar as terras vazias, quando, na verdade, o principal objetivo era disponibilizar força de trabalho barata para essas estruturas capitalistas.

Nesse contexto, um dos principais obstáculos para a exploração madeireira era a retirada dos troncos de árvores das áreas de florestas fechadas. Contudo, com a construção da estrada, a fluidez dessa atividade aumentou, fazendo expandir a exploração e o aumento do desmatamento na região.

Após a retirada da floresta primária, a pecuária de corte, incentivada por instituições políticas nacionais e regionais, passou a ser intensificada nesse subespaço, sobretudo mediante a utilização das áreas de várzea e terra firme considerando o regime de cheia e vazante dos rios. Ressalta-se que esta atividade também carecia de mão de obra, a qual foi possibilitada mediante a mobilização da força de trabalho dos colonos que passaram a trabalhar nas fazendas como peões.

A descoberta de ouro nos afluentes do rio Tapajós nos anos 1960 movimentou a dinâmica local da região entre Santarém e Itaituba. Isto porque, comércios, bares e bordéis foram abertos, além da atração de mão de obra para trabalhar no garimpo, como a população ribeirinha já presente na região, além de “agricultores sem terra ou filhos de pequenos sitiantes do Maranhão, que foram diretamente trabalhar como peões no garimpo” (HOEFLE, 2013, p. 56).

Muitos indivíduos permaneceram até o fim dessa atividade, nos anos 1990. Após isso, e apesar de alguns donos de garimpo terem se tornado fazendeiros, “a grande maioria dos donos e peões tornou-se pequenos agricultores de fronteira, revertendo, assim, o impacto na colonização para positivo ao longo prazo” (HOEFLE, 2013, p. 57).

Segundo Hoefle (2013), muitas das fazendas de gado que existiam na região do planalto nesse período também são reflexos do processo de colonização, que envolve a instalação dessas fazendas por nordestinos; agentes estes que, tendo êxito nas atividades de comércio no setor urbano de Santarém, resolveram diversificar e investir nas fazendas.

No que diz respeito à pecuária de corte, Leão (2017) pontua que esta atividade foi uma das principais causadoras do desmatamento na Amazônia. Contudo, sua produtividade foi diminuída no Planalto Santareno devido ao padrão de uso da terra extensivo, responsável por redirecionar a referida atividade para áreas mais distantes dessa porção do espaço amazônico, como os municípios de Aveiro e Belterra.

Portanto, pelo rio e pela estrada essas estruturas passaram se consolidar na região. Os agricultores familiares camponeses viviam da agricultura de pequeno porte ou da prestação de serviços para os agentes capitalistas da mineração, da atividade madeireira e da pecuária de corte, que mantinham relações de cooperação com o objetivo de sustentar o controle hegemônico da maior parcela do território contando com a parceria das instituições políticas nacionais e regionais.

Essa estrutura hegemônica do capital presente na região – primeiramente pela retirada da vegetação primária e posteriormente com a utilização da terra para a pecuária extensiva, responsável pela degradação da terra – foi o que condicionou a chegada do agronegócio da soja.

Na Amazônia, a soja que originalmente teve sua motivação de implantação direcionada para o reaproveitamento das áreas degradadas, terminou por estimular um ciclo de atividades produtivas que se inicia por um processo de apropriação ilegal de áreas para extração madeireira, cedendo lugar, após a exaustão das florestas, à ocupação por pastos para a pecuária de corte, passando pelo plantio de milho e arroz, para finalmente instalar-se (COSTA, S., 2010, p. 7).

Fato é que os governos federais e regionais, bem como as elites locais, não observaram os potenciais endógenos da região a partir das atividades que estavam sendo realizadas pelos agricultores familiares camponeses, sobretudo no que concerne a diversificação da produção das culturas de fruticultura e hortaliças nos anos 1990 abastecendo os mercados locais.

Em comunidades de terra firme não existe a interrupção da produção agrícola. Nessas comunidades localizadas, principalmente, ao longo do planalto santareno, onde está situada a rodovia PA 370 e a BR 163, existem inúmeras comunidades de elevada produção familiar que abastecem as feiras das cidades (Santarém e Belterra, principalmente) (BARROS, 2018, p. 51).

Essas comunidades desenvolviam plantios diversificados para consumo e para abastecimento das principais feiras da região (BARROS, 2018). Entretanto, essas instituições ignoraram a presença dos camponeses e atraíram atores exógenos para desenvolver a monocultura da soja. A chegada dessa nova estrutura ocasionou tensões reprodutivas para os agricultores já estabelecidos no território, gerando diferentes formas de reação aos atores exógenos que, conseqüentemente, estabeleceram novas dinâmicas no Planalto Santareno.

3.3 A chegada da soja no Planalto Santareno (1990- 2017)

Chegam em (sic) Santarém nos próximos dias os diretores do Grupo Maggi e grupo Carolina, ambos do Mato Grosso com o objetivo de conhecer o potencial agrícola do município de Santarém.

Segundo o Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento, Jacy Barros no passado os diretores do grupo Maggi que vieram a Santarém, reservaram uma área no cais do Porto da cidade para a colocação de silos, onde serão armazenados os grãos de soja, bem como uma extensa área de terras para o plantio do produto. O grupo Carolina vem ao município com o objetivo de visitar as áreas disponíveis à produção de soja.

O potencial agrícola do solo santareno desperta o interesse de grandes produtores de outros Estados e regiões do país. Se por um lado, isso representa redução nas possibilidades de concorrência para os produtores locais, por outro abre as portas para que o mercado de trabalho em Santarém ganhe impulso diminuindo o índice de desemprego e elevando o poder econômico do município (PRODUTORES..., 1998, p. 18).

O primeiro teste realizado com a soja no Planalto Santareno adveio do projeto piloto “Soja em Santarém”. Esse empreendimento tinha o propósito de, em diferentes épocas, analisar as possibilidades do plantio da cultura da soja em uma área correspondente a 49,4 hectares; plantio esse a ser realizado na Fazenda Diamantino, sob a propriedade do Grupo Quincó, estando localizada na estrada Curuá-Una, distante aproximadamente 12 km do município de Santarém (Figura 2).

Figura 2 – Políticos santarenses, Lira Maia e Antônio Rocha comemorando o êxito no teste de grãos no Planalto Santareno



Fonte: Grupo Agrária e Grupo Quincó ([1996 ou 1997], não paginado).

De acordo com o relatório do projeto, os testes ocorreram em uma área alterada e que já havia sido desmatada há cerca de cinco anos para ser utilizada como pastagem. O plantio teve início em 27 de janeiro de 1997 e durou até 05 de maio de 1997. As sementes utilizadas eram oriundas da unidade EMBRAPA de Imperatriz-Maranhão.

Os testes chegaram a conclusões que autorizavam a possibilidade de realização da produção de soja na região, com níveis de produtividade similares ou superiores ao restante das regiões produtoras do País. Nesse sentido, em uma entrevista prestada pelo então prefeito do município de Santarém, Lira Maia, tem-se que:

Os resultados promissores da primeira experiência com a cultura em Santarém deverão trazer ao município muitos plantadores do Mato Grosso que atualmente enfrentam enormes dificuldades para manter a atividade por causa da falta de vias de escoamento (SOJA..., 1997, p. 9).

Sobre esse período, Sauer e Martins (2016) chamam a atenção para os investimentos privados via crédito disponibilizado pelo BASA, notadamente para a realização de contratos de quase dois milhões de reais para o plantio de grãos pelos produtores no Planalto Santareno, além do financiamento das próprias *tradings*.

Nos anos 2000, apresentam-se novas possibilidades ao capital de conciliar frentes de expansão e fronteiras, colocando a seu serviço planejamento, tecnologias, novas terras ainda “sem uso” e, outras já abertas à agropecuária, além de incentivos governamentais (SAUER; MARTINS, 2016, p. 29).

Esses fatores condicionaram a chegada a princípio de pequenos e médios produtores para plantar grãos no Planalto Santareno; produtores esses que, em sua maioria, eram colonos da região Sul que, atraídos pelas propagandas do governo federal, deixaram suas terras em busca de ampliar sua produção no Centro-Oeste brasileiro (COSTA, S., 2012).

A possibilidade de escoar a produção para o mercado internacional através do rio fez a empresa Cargill¹⁵ participar do processo de licitação, sendo vencedora, começando a se instalar no município de Santarém em 1999, no porto da Companhia Docas do Pará (CDP), que havia sido inaugurado na cidade na década de 1970, na margem direita do rio Tapajós, bem próximo ao encontro desse rio com o rio Amazonas (Figura 3).

¹⁵ Considerada uma empresa multinacional, a Cargill Agrícola tem sede nos Estados Unidos e atua na exportação de grãos no cenário internacional. Com o seu terminal portuário construído em Santarém, os mercados consumidores de países da Europa, bem como a China e o México, passaram a comprar do Brasil (BARBOSA; MOREIRA, 2017).

Figura 3 – Terminal graneleiro da Cargill no porto da cidade de Santarém-PA



Fonte: Anderson Borges, 2019.

Desse modo, ela passou a transportar em caminhões os grãos oriundos do Mato Grosso, notadamente pela rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) e pela BR-230 (Transamazônica), até chegar ao porto da cidade de Santarém (BARBOSA; MOREIRA, 2017). De acordo com Araújo (2008, p. 61), “só com o estabelecimento do terminal graneleiro da empresa exportadora de grãos, outras grandes empresas produtoras¹⁶ do Mato Grosso começaram a interessar-se pelas terras do planalto santareno¹⁷”. Foram utilizadas algumas agroestratégias¹⁸ pelos agentes do agronegócio para a produção e expansão da cultura da soja na região.

na região do Baixo Amazonas, esse ciclo tem se alterado, observados casos em que os plantios também são processados em cima de áreas de florestas que são derrubadas ou queimadas. Aliás, nessa região, a soja atingiu, também, áreas ocupadas tradicionalmente por agricultores

¹⁶ Empresas como a Bunge, a ADM e a Maggi.

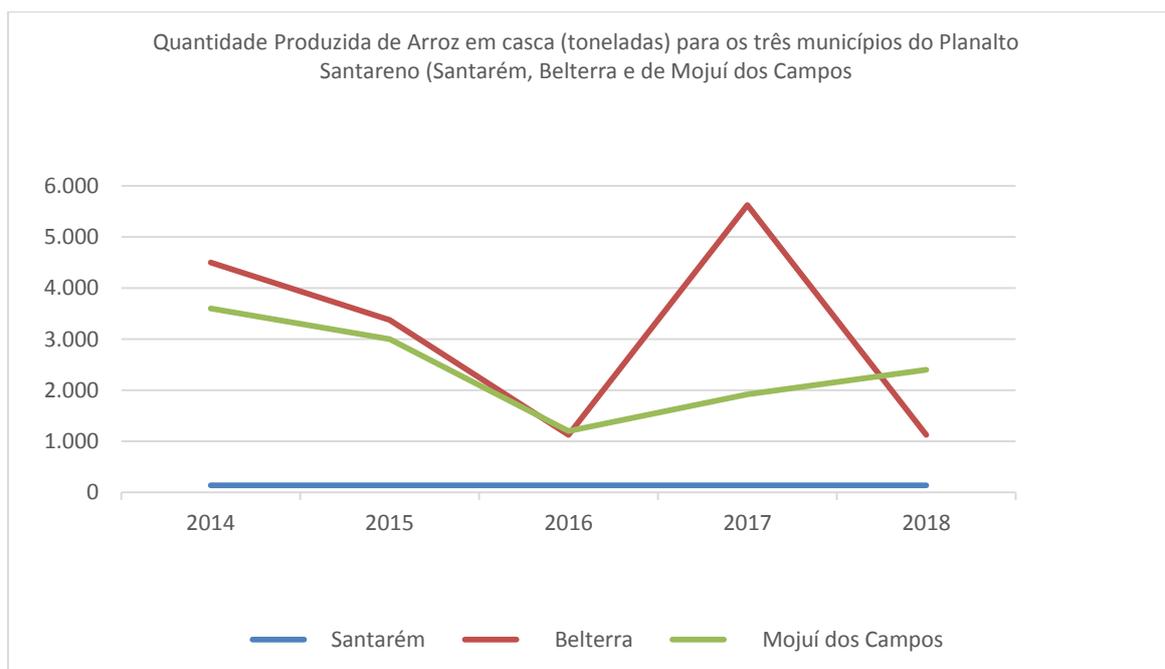
¹⁷ Essa área corresponde a três municípios que estão localizados no oeste paraense, a saber: Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

¹⁸ As agroestratégias são meios utilizados pelo capital que, ligados às commodities, são operacionalizados com o intuito de eliminar barreiras que impeçam a sua expansão sobre as terras no Brasil, retirando os obstáculos jurídico-formais e político-administrativo que visam a preservação ambiental, bem como manter os direitos dos povos e comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2010).

familiares, onde ocorreram tanto aquisições como expulsões das terras, num processo de substituição das culturas originárias, tais como: milho, feijão, macaxeira, frutas e hortaliças, com graves consequências para as comunidades locais. Como decorrência desse processo, instalaram-se conflitos entre sojicultores, grileiros, madeireiros e agricultores familiares, indígenas, povos e comunidades tradicionais, iniciados desde o final da década de noventa, intensificando-se a partir dos anos de 2002/2003, quando cresce o movimento migratório vinculado ao cultivo da soja (COSTA, S., 2010, p. 7).

Segundo Hoefle (2013), uma das principais estratégias dos produtores de grãos foi, inicialmente, o plantio de arroz para o preparo do solo antes do plantio da soja. Atualmente, eles vêm adotando a estratégia da rotação de culturas por meio do plantio do milho e, posteriormente, plantando a soja na mesma terra; procedimento este denominado como “safrinha”. O Gráfico 1, abaixo, destaca a produção de arroz em casca, entre os anos de 2014 e 2018, na região do Planalto Santareno.

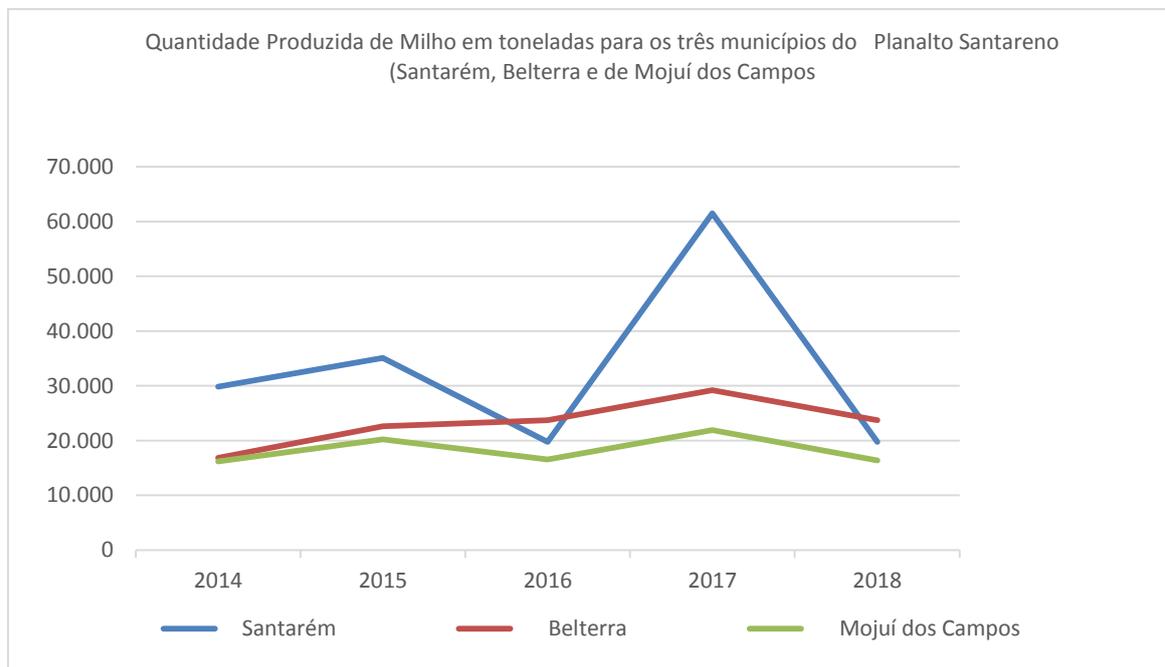
Gráfico 1 – Produção de arroz em casca no Planalto Santareno entre os anos de 2014-2018



Fonte: IBGE (2020).

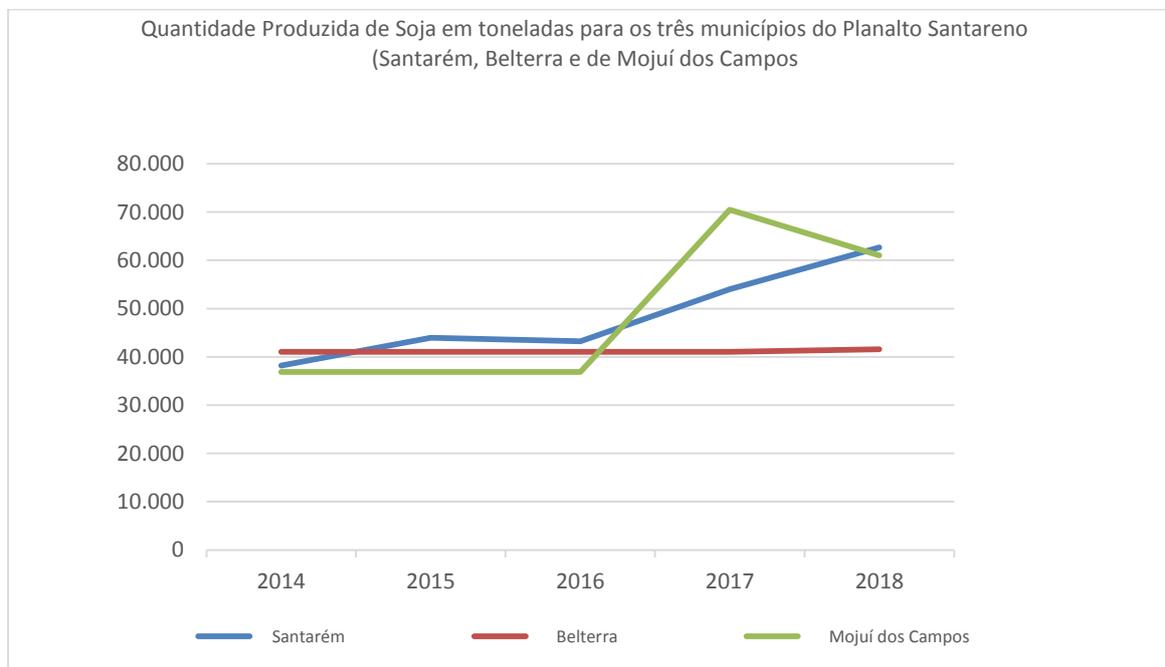
Ainda no que diz respeito à realização de outras produções nessa região, os Gráficos 2 e 3 apresentam, respectivamente, a quantidade produzida de milho e de soja também no período de 2014 a 2018.

Gráfico 2 – Produção de milho no Planalto Santareno entre os anos de 2014-2018



Fonte: IBGE (2020).

Gráfico 3 – Produção de soja no Planalto Santareno entre os anos 2014-2018



Fonte: IBGE (2020).

Os gráficos acima demonstram uma queda do plantio de arroz em casca nos municípios do planalto, porém, como já destacado, a cultura do milho vai substituindo gradativamente a cultura anteriormente em destaque, contribuindo para

que, após a colheita, a soja passe a ser plantada nas mesmas terras. Isto ajudou para que, nos últimos anos, essa cultura mantivesse um padrão crescente de produção, principalmente em Santarém e Mojuí dos Campos.

3.4 Novas dinâmicas no Planalto Santareno: agronegócio x agricultura familiar camponesa

Com a chegada dos produtores de soja no Planalto Santareno, começou o aquecimento do mercado de terras no Planalto Santareno, principalmente às margens da rodovia Santarém/Cuiabá. A demanda era por áreas acima de cinco mil hectares. Porém, inexistentes na região, a única alternativa seria adquirir porções de terras umas próximas das outras. A falta de documentação do terreno também tornou-se outra limitação (PROCURA..., 1999).

À falta de títulos definitivos de regularização fundiária pelos colonos das comunidades gerava a grilagem de terras por meio de esquemas envolvendo funcionários do INCRA, sobretudo das unidades de Santarém e de Belém, em parceria com membros do Instituto de Terras no Pará (ITERPA). Havia empresários da região Sul ameaçando colonos que resolveram permanecer nas terras; permanência essa marcada por ameaças de morte e mesmo com o incêndio de suas casas. Outra prática ligada à grilagem de terras foi associada à exploração madeireira, pois com a derrubada da floresta, a terra – que seria considerada como área degradada – passaria, então, a estar apta para a venda aos interessados em produzir grãos (COSTA, S., 2012).

Foi a partir dessas ações que os colonos produtores de grãos que chegavam ao Planalto Santareno adquiriram terras nas comunidades rurais. Entretanto, para manter diversos costumes de sua cultura, esses atores decidiram morar em loteamentos próximos à BR- 163 (Figura 4).

Figura 4 – Loteamento Planalto, localizado no Km, 16 da BR- 163



Fonte: Anderson Borges, 2019.

Solange Costa (2012) reitera que o loteamento apresenta um modelo de reprodução de condomínios encontrados nas grandes cidades, com arquiteturas urbanas modernas. Essas áreas tiveram famílias de origem paranaense, professores universitários e pecuaristas como principais compradores, consolidando, assim, a territorialização de novos atores na região. Esses fatores condicionaram a expansão da produção de grãos, a migração e a consolidação de produtores do Centro Sul do País para a região do Baixo Amazonas, transformando a dinâmica anteriormente estabelecida pelos colonos.

Os camponeses que estavam estabelecidos nas comunidades rurais da região até os anos 1990 começaram a obter propostas de compra e venda e foram pressionados a vender suas terras; o que contribuiu para o aumento do êxodo rural. Ainda nesse contexto, muitos corretores passavam a oferecer preços tentadores para venda das terras e, assim, revendiam para produtores de grãos do Centro Sul do País.

É, tinha esse, o corretor. Ele chegava aqui perto onde eu moro na, no Três e Meio, tinha um vizinho nosso que era corretor. O cara chegava com ele e dizia; "Quanto é que a entrada?" Ele dizia: "R\$500". Aí vinha um pessoal lá do outro lado: "Eu te vendo a "R\$600", R\$700". Já ganhava um pouco em cima, né. Ele fazia essa linha de frente. Nós aqui. A gente vendeu uns 2 mil e pouco, aqui. 22 hectares. 6 km aqui da sede. Pai vendeu. Todo esse pessoal aí foram embora pra dois bairros de Santarém: Nova República e Santarenzinho, por ali. Você chega em Nova República, todos moradores de Mojuí e hoje tem vontade de voltar mas não consegue mais voltar. Claro, valorizou (Marlon Damasceno Freitas, produtor e ex-secretário de agricultura na cidade de Mojuí dos Campos, entrevista realizada em 14 de junho de 2019).

As famílias que continuam vivendo em comunidades nas quais os produtores de soja realizaram a compra de terras afirmam que muitos vizinhos que viviam da agricultura de pequeno porte venderam suas terras a valores que, em um primeiro momento, eram considerados como bons montantes de dinheiro. Todavia, com a efetivação da venda e o deslocamento para outras áreas, estas famílias se arrependeram, seja porque a quantia proveniente da venda das terras foi acabando, seja porque as condições do novo local de residência não eram propícias ao desenvolvimento de atividades voltadas à agricultura.

Para os agricultores que continuaram nas comunidades, o principal fator para a manutenção desses territórios foi a terra, sendo esta considerada como a fonte de produção e reprodução da família, tal como destaca um produtor de abacaxi da comunidade:

A terra pra mim, nós é sobrevivência, não me vejo fora da terra. É o que nós aprendemos fazer é o que nos sabemos fazer. E tiramos o sustento dela, mesmo que o cara está trabalhando nela, mas a terra é nossa, nos não abre mão da terra, a terra é nossa. Eu aprendi com meu avô graças a Deus ele era muito pobre, e deixou esses 8 hectares de terra para nos trabalhar e foi o ponta pé inicial e não esqueço da historia nenhuma. A terra pra mim é fonte de sobrevivência nossa, é tudo (Inajá, agricultor, entrevista realizada em 11 de abril de 2019).

Mesmo diante da pressão do agronegócio de soja, os agricultores familiares permaneceram em suas terras, cultivando para a sua reprodução e atendendo a demanda por alimentos que passou a ocorrer em razão do crescimento das cidades. Nesse contexto, destacam-se as produções de fruticultura (mamão, maracujá, laranja, abacaxi) e hortaliças (cheiro verde, pimentinha, cebolinha) que tinham como principal mercado consumidor a feira do Mercado 2000, em Santarém, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Os agricultores se utilizavam das infraestruturas

de transporte que, mesmo em condições inadequadas, serviam para acessar esses mercados.

Portanto, esse período de chegada da soja representa uma tensão nas estruturas de caráter familiar estabelecidas, ocasionado a desintegração de algumas famílias a suas formas de produção e reprodução na terra, enquanto outras fortaleceram suas áreas produtivas, reafirmando-se como agricultores familiares. Dessa maneira, o cenário atual da região do Planalto Santareno é complexo, pois revela a diversidade estrutural da agricultura familiar e outros agentes estabelecidos nas comunidades rurais. Além disso, observam-se extensas áreas de plantio de soja e milho ao lado de áreas produtivas de caráter familiar, realçando contradições que buscamos entender a partir da imersão em duas comunidades do Planalto Santareno (capítulo 4).

3.5 Dinâmica atual da economia agropecuária nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos

Os municípios que estão localizados no Planalto Santareno (Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém) apresentam uma diversidade de atores com formas diversas de relação com a natureza. Da várzea à terra firme, desenvolvem atividades voltadas ao extrativismo vegetal, à pesca, à pecuária e à agricultura, além de outras atividades não agrícolas, como, por exemplo, nos setores de comércio e turismo.

Nos dados levantados pelo Censo Agropecuário do IBGE (2017), sistematizados por Folhes *et al.* (2020), é possível compreender o panorama atual da dinâmica socioeconômica da região (Tabela 1).

Tabela 1 – Quantidade de unidades, área total, valor da produção e pessoal ocupado por tipo de produção no conjunto dos três municípios (Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos)

Estabelecimentos	Produção	Área total	Valor da produção	Pessoal ocupado	Área média (ha)	Renda média (anual/ reais)
Familiar	83%	58%	40%	83%	26, 3	16.148
Patronal	17%	42%	60%	17%	112, 8	139.920

Fonte: Adaptado de Folhes *et al.* (2020).

O total de estabelecimentos nesses municípios, no ano de 2017, era de 9.460 estabelecimentos rurais que realizam atividades agropecuárias, ocupando algo em torno de 359.475 ha de terras, com a média representando 38 ha para cada estabelecimento. O Valor Bruto da Produção (VBP) realizado por esse setor chegou a 316,2 milhões de reais.

Quando comparados os estabelecimentos de caráter familiar e patronal, fica evidente o papel que eles desempenham para a economia da região, conforme veremos mais adiante. Nesse sentido, os patronais ocupam 17% dos empreendimentos com produções voltadas principalmente para a monocultura da soja e milho, em uma área média de 112,8 ha, arrecadando anualmente a média de 139.920 reais. Apesar de possuírem terras em abundância quando comparados com os agricultores familiares, os agricultores patronais geram menos emprego.

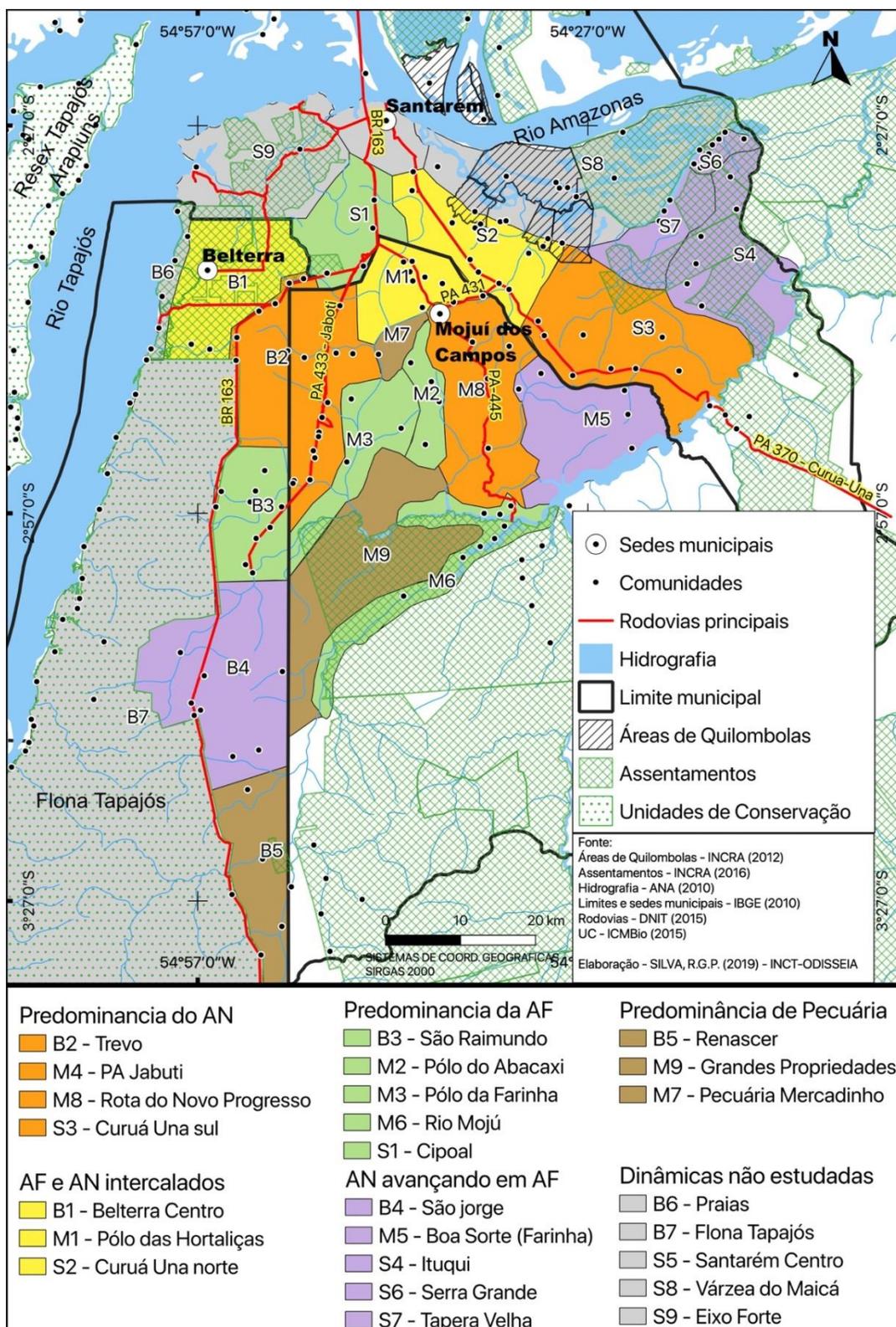
Ainda de acordo com os dados sistematizados na tabela acima, 83% dos empreendimentos rurais de caráter familiar apresentam alguma produção, com destaque para fruticultura e hortaliças. A área média onde realizam suas atividades é de 26,3 ha, arrecadando anualmente uma média de 16.148 reais com a produção agrícola; percentual este que não leva em consideração a renda não agrícola, nem os benefícios sociais que eles podem realizar e receber.

Cortes *et al.* (2020), no âmbito do Projeto Odisseia, realizou um zoneamento do Planalto Santareno e identificou 25 zonas com características diferentes em termos produtivos, de conflito e da dinâmica das comunidades devido às transformações no uso do solo nos últimos anos. Assim, estas zonas foram classificadas em 6 classes, quais sejam: áreas de predominância do agronegócio (AN); áreas de agricultura familiar (AF) intercaladas com o agronegócio; áreas de predominância da agricultura familiar; áreas de predominância de agricultura familiar, mas com crescente avanço do agronegócio; áreas com predomínio da pecuária; e áreas com dinâmicas produtivas bem específicas e de restrições de uso da terra (Mapa 2).

O zoneamento demonstra dinâmicas de relações bem específicas entre agricultores familiares camponeses e agentes do agronegócio, dependendo da área onde estão localizados. Nesse sentido, cabe destacar as zonas onde existem “modelos de sucesso e/ou inovação da agricultura familiar, mesmo em locais

circundados por plantios de soja”, com destaque para as zonas S1, B3, M2, M3 e M6 (CORTES *et al.*, 2020, p. 13).

Mapa 2 – Zoneamento Participativo da Agricultura Familiar no Planalto Santareno



Fonte: Cortes *et al.* (2020).

Nota-se que a agricultura familiar dessas zonas do Planalto Santareno vem consolidando um ritmo de desenvolvimento e inovação, mantendo, ao mesmo tempo, um dinamismo ascendente em produções de frutas e hortaliças, por exemplo. Isso, por sua vez, tem favorecido o fortalecimento de cooperativas locais e mercados alternativos.

[...] vale destacar que Mojuí dos Campos é o quarto maior produtor estadual de maracujá, o sexto de limão, sétimo de mamão e o oitavo de abacaxi; enquanto Santarém é o maior produtor estadual de melão, o segundo de melancia, o sétimo de laranja, e o quinto maior de macaxeira (CORTES *et al.*, 2020, p. 5).

Essas culturas produtivas variam a partir de cada local, possibilitando diversos padrões produtivos devido às especificidades de cada área. Esse fator também contribui para uma forte tendência à pluriatividade (CORTES *et al.*, 2020). Assim, os trabalhos fora do lote também têm sido acionados pelas famílias para complementar a renda, além das atividades realizadas dentro do lote e que são consideradas pluriativas, como da agroindústria, do turismo local e do artesanato.

Portanto, é a partir da presença dessas estruturas patronais e camponesas que o Planalto Santareno dinamiza sua economia. Cabe observar que, desde a trajetória dos primeiros movimentos migratórios para a região, os produtores de caráter familiar sempre buscaram a reprodução das famílias, enquanto os patronais buscavam o domínio do território. Este fato se justifica a partir do estímulo e financiamento de grandes empreendimentos com lógicas exógenas (capitalistas) ao território pelas elites políticas regionais e federais, ao passo que estes sempre buscavam atrair mão de obra barata de outras regiões para serem submissas a esse modelo de desenvolvimento, sempre ignorando os potenciais endógenos presentes durante séculos pelos agricultores familiares camponeses.

Destaca-se, assim, que mesmo sendo invisibilizados, estes agentes nunca deixaram de continuar produzindo e imprimindo uma lógica de desenvolvimento a partir do conhecimento sobre a terra, bem como, em alguns momentos, mediante o acionamento de atividades não agrícolas ou pluriativas, dependendo da dinâmica territorial onde estão inseridas para continuar se reproduzindo.

4 DIVERSIDADE ESTRUTURAL DA ECONOMIA CAMPONESA E O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO EM DIFERENTES ESCALAS: UMA ECONOMIA POLÍTICA DA PLURIATIVIDADE

Neste capítulo, objetivamos analisar como a pluriatividade é acionada a partir da diversidade estrutural do campesinato no Planalto Santareno. Para isso, utilizaremos três variáveis: disponibilidade de terra, disponibilidade de trabalho e acesso a instituições pelos camponeses. Utilizaremos a teoria do investimento camponês, proposta por Francisco Costa (2012) e já analisada no capítulo 1, que considera que a capacidade de mudança da família camponesa tem relação com as condições internas e externas às famílias existentes. Isto leva a determinados padrões reprodutivos (risco, investimento ou acomodação). Portanto, sob quais condições reprodutivas os camponeses acionam a pluriatividade no Planalto Santareno?

Para responder a essa indagação, o capítulo está estruturado da seguinte forma. Na seção 4.1, analiso a pluriatividade nos dados amostrais do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) e 2017 (IBGE, 2017) na escala regional, estadual e municipal. Na seção 4.2 é realizada uma análise da pluriatividade na escala comunitária em Mojuí dos Pereiras que tem uma dinâmica produtiva ligada à horticultura e em Terra de Areia que tem como destaque a cultura do abacaxi (fruticultura).

4.1 A pluriatividade nos dados amostrais do Censo Agropecuário 2006 e 2017

O Censo Agropecuário do ano 2006 (IBGE, 2006) foi realizado em 5.175.489 estabelecimentos agropecuários de todas as regiões do Brasil. Desses, cerca de 4.9367.902 eram de agricultores familiares, correspondendo a 84% dos estabelecimentos de todo o País. Para Schneider *et al.* (2011), ao analisarem a base de dados do Censo de 2006, o perfil de atividades realizadas pelo agricultor mostra que, desse total, 1.491.080 possuíam dinâmicas pluriativas, o que representava 37% das unidades familiares (Tabela 2).

Tabela 2 – Estabelecimentos agropecuários do Brasil: pluriativos e não pluriativos

Brasil	Número de estabelecimentos	Porcentagem
Não pluriativo	3.265.358	63,0%
Pluriativo	1.910.131	37,0%
Total	5.175.489	100,0%

Fonte: Adaptado de Schneider *et al.* (2011), com base no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006).

Os dados da Tabela 2 retratam os estabelecimentos familiares agrícolas que desempenhavam apenas atividades ligadas à agricultura familiar (não pluriativos) e aqueles que se dedicavam a pelo menos duas atividades, sendo uma agrícola e outra não agrícola (pluriativos). Os estabelecimentos não pluriativos representavam a maioria (63%), enquanto os pluriativos correspondem a 37%; fato este que comprova a importância dessas atividades para os agricultores familiares.

A Tabela 3 apresenta detalhadamente as unidades familiares agrícolas por regiões, que possuíam na data do censo ao menos um membro da família realizando atividades fora da unidade familiar.

Tabela 3 – Trabalho realizado fora do estabelecimento familiar agropecuário

Brasil e grandes regiões	Trabalho realizado fora do estabelecimento familiar agropecuário				
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Total</i>	<i>Sim (%)</i>	<i>Não (%)</i>
Brasil	1.112.662	3.253.605	4.366.267	25,48314	74,51686
Norte	90.469	322.197	412.666	21,92306	78,07694
Nordeste	556.492	1.630.639	2.187.131	25,44393	74,55607
Sudeste	204.289	495.466	699.755	29,19436	70,80564
Sul	198.719	650.974	849.693	23,38715	76,61285
Centro-Oeste	62.693	154.329	217.022	28,88785	71,11215

Fonte: IBGE (2006).

No Brasil, dos 37% de estabelecimentos familiares pluriativos, 25,4% declarou ter trabalho fora do lote. A região Sudeste era a que apresentava o maior percentual de famílias pluriativas, com 29,19%, enquanto a região Norte possuía o menor percentual entre todas as regiões do país, com 21,92% (Tabela 3). Das famílias que apresentavam trabalho fora do lote, 50% delas realizavam trabalhos não agrícolas, o que as levava a serem consideradas pluriativas, pois realizam pelo menos duas atividades, sendo uma agrícola e outra não agrícola (Tabela 4). Podemos concluir com esses dados que a interpretação de Nascimento (2005)

sobre a tendência do crescimento da pluriatividade apenas em regiões pobres e pouco desenvolvidas não se concretizou, pois a região Sudeste é a mais desenvolvida e a que apresenta o maior número de agricultores pluriativos.

Tabela 4 – Tipos de atividades realizadas fora do lote agrícola

Brasil e grandes regiões	Tipos de atividades realizadas fora do lote agrícola			
	<i>Agrícola</i>	<i>Não agrícola</i>	<i>Agrícola e não agrícola</i>	<i>Porcentagem média de atividades não agrícolas</i>
Brasil	556.862	523.884	31.916	50,04%
Norte	39.092	47.785	3.592	43,21%
Nordeste	313.151	226.730	16.611	56,27%
Sudeste	93.514	105.761	5.014	45,77%
Sul	86.929	107.024	4.766	43,74%
Centro-Oeste	24.176	36.584	1.933	38,56%

Fonte: IBGE (2006).

De acordo com a Tabela 4, é importante destacar o fato de a região Nordeste apresentar uma porcentagem acima da média de atividades não agrícolas em relação às demais regiões, com 56, 2%, enquanto a região Norte novamente possuía a menor média, com 43, 2%.

Ao analisar o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), Silva (2015) destacou que esses estabelecimentos pluriativos possuíam apenas 25 milhões de hectares de terra, sendo que 70% deles ocupavam em média menos de 20 hectares, enquanto 43% desses detinham até 5 hectares. Estes dados representam que uma das características dessas famílias pluriativas é a limitada quantidade de terra, o que, segundo o autor, força as famílias a procurarem alternativas para a sobrevivência da família, levando-as a acionar as atividades não agrícolas.

No Censo Agropecuário mais recente, realizado no ano 2017 (IBGE, 2017), foram classificados 3.897.408 estabelecimentos como de agricultores familiares, representando 77% de todas as unidades agropecuárias do Brasil. Eles ocupam 81 milhões de hectares de terra, correspondendo a 23% de toda a área dos estabelecimentos agropecuários, sendo que 10,1 milhões (67%) realizam algum tipo de atividade, o que equivale à média de 2,6 pessoas ocupadas por unidade familiar (IBGE, 2017).

O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) não apresenta as mesmas variáveis utilizadas no Censo de 2006 (IBGE, 2006), as quais possibilitaram captar de forma mais direta o fenômeno da pluriatividade, conforme apresentado na Tabela 4. Dessa maneira, lançou-se mão, aqui, de variáveis relacionadas às receitas dos estabelecimentos agrícolas, dividindo-as em dois grupos, a saber: o primeiro, que representa as atividades desempenhadas dentro da unidade familiar que geraram renda, como produtos da agroindústria, serviço de turismo e tecelagem; e o segundo, que se refere às atividades desempenhadas fora do estabelecimento. Ao todo, foram identificadas 785.551 unidades familiares que apresentam receitas provenientes de atividades não agrícolas realizadas fora ou dentro do lote, representando 15,48% em relação ao total de estabelecimentos agropecuários familiares e patronais entrevistados, e 20,15% em relação somente aos estabelecimentos familiares, o que representa uma diminuição no que tange ao censo realizado em 2006, quando 37% de famílias pluriativas foram identificadas (Tabela 5).

Tabela 5 – Receitas dos estabelecimentos de agricultores familiares que obtiveram receitas ou com outras rendas (unidades)

Brasil e grandes regiões	Estabelecimentos agropecuários de agricultores familiares que obtiveram receitas ou com outras rendas (unidades)			
	<i>Produtos da agroindústria, serviço de turismo local, artesanato, tecelagem e etc.</i>	<i>Porcentagem (%)</i>	<i>Outras rendas obtidas em atividades fora do estabelecimento</i>	<i>Porcentagem (%)</i>
Brasil	408.787	100%	376.764	100%
Norte	134.026	32,78%	50.172	13,31%
Nordeste	150.156	36,73%	158.978	42,19%
Sudeste	56.722	13,87%	67.519	17,92%
Sul	49.870	12,19%	73.254	19,44%
Centro-Oeste	18.013	4,40%	26.841	7,12%

Fonte: IBGE (2017).

A Tabela 5 demonstra que, no Brasil, os estabelecimentos agrícolas familiares têm buscado alternativas de obtenção de renda para a sobrevivência realizando atividades dentro do lote; atividades estas que, de acordo com Schneider *et al.* (2011), possuem características da pluriatividade de base agrária e para-agrícola. A região Nordeste, por seu turno, é a que apresenta maior parcela dos

estabelecimentos com esse perfil no País, com 36,73%, enquanto o Centro-Oeste possui apenas 4,40%.

No que se refere às outras rendas ligadas a atividades realizadas fora do lote, que detêm características da pluriatividade intersetorial descrita por Schneider (2003a, 2009) e Schneider *et al.* (2011), o Brasil possui 376.764 (9,6% do total) estabelecimentos. Destaca-se que a região Nordeste apresenta mais unidades familiares com essas características (42,19%), enquanto a região Centro-Oeste, em relação ao total do Brasil, apresenta apenas 7,12% de estabelecimentos que manifestam essas variáveis.

Analisando a pluriatividade nos estados da região Norte do País, é possível identificar que existem, no total, 580.613 unidades familiares, desses 184.180 estabelecimentos acionam atividades não agrícolas para complementar a renda familiar (Tabela 6).

Tabela 6 – Região Norte do Brasil: estabelecimentos que obtiveram receitas ou com outras rendas (unidades)

Região e Unidades da Federação	Estabelecimentos agropecuários de agricultores familiares que obtiveram receitas ou com outras rendas (unidades)		
	Agricultores familiares	Agricultores familiares pluriativos	Porcentagem (%)
Rondônia	91.438	9.489	10,3%
Acre	37.356	14.058	37,6%
Amazonas	80.959	48.085	59,39%
Roraima	16.846	4.397	26,10%
Pará	281.699	91.845	32,6%
Amapá	8.507	4.796	56,3%
Tocantins	63.808	11.510	18%

Fonte: IBGE (2017).

Os dados apontam que, na região Norte, o Amazonas é o estado que possui maior unidade de agricultores familiares que detêm renda proveniente de atividades pluriativas. Nas atividades desempenhadas dentro e fora da unidade familiar, destaca-se que, dos 80.959 estabelecimentos agrícolas do estado, existem 48.085 famílias (59,39% do total de famílias do estado) realizando atividades não agrícolas.

No que concerne aos municípios paraenses localizados na região do Baixo Amazonas, mais especificamente no Planalto Santareno, onde esta pesquisa se concentrou, é possível verificar a referida prática pelas famílias (Tabela 7).

Tabela 7 – Municípios do Planalto Santareno: renda dos estabelecimentos de agricultores familiares realizadas dentro e fora do lote provenientes de atividades pluriativas.

Municípios do Planalto Santareno	Agricultura Familiar		
	Agricultores Familiares	Agricultores familiares pluriativos	Porcentagem (%)
Belterra	506	266	52,5%
Mojuí dos Campos	1.575	798	50,6%
Santarém	7.379	4.701	63,7%

Fonte: IBGE (2017).

A Tabela 7 mostra que os estabelecimentos de agricultores familiares dos municípios do Planalto Santareno têm buscado acionar, dentro e fora do lote, atividades que complementem a renda, com destaque para o município de Santarém, que, dos 7.379 estabelecimentos familiares, apresenta 4.701 famílias (63,7% do total de famílias pluriativas) realizando atividades não agrícolas no meio rural, seguido por Belterra, que dos 506 estabelecimentos agrícolas apresenta 266 estabelecimentos com renda provenientes de atividades não agrícolas (52,5% do total de famílias).

Além do mais, a partir do levantamento realizado pelo Projeto Odyssea junto a 543 famílias da agricultura camponesa, nesses três municípios que compõem o Planalto Santareno, foi possível identificar que 30% do total de famílias realizam atividades fora do lote, o que representa uma importante forma para a obtenção de renda para a família (FOLHES *et al.*, 2020). Hoefle (2013) destaca que, nessa região, parte importante dos trabalhadores rurais que prestam serviços aos sojeiros são agricultores familiares que, em algum momento, trabalham em atividades ligadas à monocultura da soja, sendo considerados, portanto, como pluriativos.

Os trabalhadores geralmente são pequenos produtores e seus familiares da vizinhança, de origem nordestina, que recebem treinamento pelo produtor de soja. Eles buscam trabalho fora de seu estabelecimento para aumentar sua renda, de forma que a introdução da soja não representa apenas um processo de concentração fundiária, proletarização real e êxodo rural, mas também cria semiproletários, personagens híbridos de proprietário e trabalhador (HOEFLE, 2013, p. 66).

Esses números mostram que a pluriatividade é um fenômeno importante em todas as regiões do Brasil, não sendo, portanto, diferente no Norte em geral, e no

Planalto Santareno em particular. Como discutido no capítulo 1, a identificação desse fenômeno tem sido ora acionada muitas vezes para alardear o fim do campesinato ora para justificar suas novas condições de existência. Mas será que uma família camponesa não pode às vezes optar pela pluriatividade ou outras vezes negá-la em função das suas condições reprodutivas e produtivas?

Na próxima seção, discute-se como a teoria do investimento camponês, proposta por Francisco Costa (1993, 2012), pode apresentar elementos que explicam o acionamento dos agricultores familiares à pluriatividade, assim como para outras diversas estratégias reprodutivas e produtivas que justificam a existência desses sujeitos na sociedade capitalista.

4.2 A pluriatividade nas comunidades Mojuí dos Pereiras e Terra de Areia

Os dados do censo agropecuário e da pesquisa do Projeto Odisseia demonstram que existe o acionamento da pluriatividade pelos agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno. Nesse sentido, busca-se analisar nas comunidades pertencentes ao município de Mojuí dos Campos, notadamente em Mojuí dos Pereiras e em Terra de Areia, os elementos que condicionam essa prática. Acredita-se, com base em Francisco Costa (1993, 2012), que uma maneira de investigar essa prática pode se dar a partir da análise conjunta das condições de terra e trabalho e do ambiente institucional no qual essas famílias estão inseridas.

4.2.1 A comunidade Mojuí dos Pereiras

Mojuí dos Pereiras se localiza à margem de uma estrada de terra batida, distante 2 km da comunidade do Tabocal, por sua vez distante 22 km de Santarém. Tabocal é uma das maiores comunidades rurais do município de Santarém, com uma população estimada em 282 famílias e com boa oferta de serviços (saúde, escola, comércio) em sua estrutura local (Figura 5).

Figura 5 – Comunidade Mojuí dos Pereiras, Mojuí dos Campos-PA



Fonte: Google Earth, 2020.

Os pontos em amarelo, destacados na Figura 5, representam as unidades familiares produtoras de hortaliças na comunidade Mojuí dos Pereiras, que, como se pode notar, localiza-se próximo a uma área urbanizada na BR-163. Essa rota, por sua vez, é bastante utilizada pelos moradores de Mojuí dos Pereiras que pretendem chegar até a área central da cidade de Santarém, local para onde levam a produção de hortaliças e farinha e onde compram outros produtos. As áreas destinadas a produção da soja ocupam grandes proporções de terras como destaca a imagem.

A partir dos relatos dos moradores mais antigos é possível restituir a formação social e econômica da comunidade de Mojuí dos Pereiras. Os primeiros moradores que lá chegaram, no ano de 1902, são provenientes da região Nordeste do país¹⁹, como Manoel Antônio das Flores, Marcos Pereira, Vitelino e Zé Menino, que fazem parte da mesma família. Nesse sentido, destaca-se que a comunidade começou a se formar a partir da presença de cinco famílias, mas, sobretudo, dos irmãos Marcos Pereira e Pedro Ramiro, com o sobrenome “Pereira” dando origem à denominação da comunidade em questão.

¹⁹ Não se tem informações sobre as motivações para a migração para essa região, bem como o estado de origem dos primeiros moradores da comunidade, pois não encontramos nenhum parente durante a realização da coleta de informações.

Até os anos 1940, a caça, o extrativismo vegetal (breu branco, andiroba, cumarú, entre outros) eram, ao lado da produção de arroz, mandioca, malva e algodão, as principais atividades agrícolas realizadas na comunidade. No entanto, os altos índices de óbitos relacionados à malária eram um desafio à estabilização da ocupação na região.

Ainda nesse período, devido ao surto de malária, muitas pessoas da comunidade eram levadas em redes até a cidade de Santarém, a fim de receber tratamento. Entretanto, a maioria dos enfermos falecia; fato que motivou a construção de um cemitério para sepultar as pessoas que vinham a óbito.

De acordo com os depoimentos recebidos em campo, as primeiras reuniões religiosas organizadas na comunidade remontam à década de 1940. Os católicos se reuniam em rodízio nas casas das famílias e, posteriormente, na comunidade Santa Júlia, situada a cerca de 2 km de Mojuí dos Pereiras; distância esta que dificultava o acesso de muitos moradores às reuniões.

Um marco importante da comunidade foi o início da atividade pecuária familiar, iniciada ainda na década de 1950 por iniciativa de Maria José. A partir de então, houve um crescimento da pecuária por meio de um processo intimamente ligado a abertura de novas áreas em terra firme, processo este que ganharia vulto com a abertura das estradas e rodovias, durante as décadas de 1960 (Curuá-Una) e 1970 (BR-163).

Nesse momento, segundo os relatos de antigos moradores de Mojuí dos Pereiras, a busca por terras cresceu. Este crescimento dado em razão, principalmente, do interesse dos fazendeiros em aumentar suas fazendas ou de abrir novas áreas de exploração. Dessa forma, um mercado de terras começou a se formar com a venda das glebas dos moradores da comunidade e, nesse processo, os fazendeiros começaram a empregar alguns moradores da comunidade para trabalhar como vaqueiros, com a remuneração não assalariada que recebiam pelo serviço prestado tinham o intuito de comprarem terras.

Como já bastante documentado na literatura, a década de 1980 (HOEFLE, 2013) representou um momento de muito dinamismo da atividade aurífera, resultando na abertura ou na ampliação de grandes áreas garimpeiras, como, por

exemplo, no distrito de Serra Pelada, em Curionópolis-PA, e no município Itaituba-PA. Assim, imigrantes provenientes de várias regiões brasileiras e possuidores dos mais diversos ofícios laborais se dirigiram aos garimpos (LEROY, 1989; COSTA, S., 2012).

Ainda nesse contexto, diversas famílias camponesas viveram intensamente esse episódio, lançando-se ao garimpo em busca de condições de angariar dinheiro para investimento nos seus lotes ou na compra de terras e gado. Esse movimento ocorreu em Mojuí dos Pereiras e, sobre isto, alguns entrevistados relataram que as idas sazonais aos garimpos de Itaituba, no Tapajós, foram importantes para camponeses da comunidade em tela, sobretudo para a compra de gado.

No final dos anos 1990, havia fazendeiros de Santarém e camponeses realizando atividades de criação da pecuária na comunidade, cujas áreas de florestas desmatadas ou degradadas, com a chegada da soja foram as primeiras a serem convertidas para o plantio da monocultura (COSTA, S., 2012).

De acordo com os relatos dos agricultores, os três produtores de soja que existem em Mojuí dos Pereiras começaram a comprar terras de fazendeiros nos anos 2000, período em que a compra de terras na região era intensa devido ao baixo preço (Figura 6). Além disso, destaca-se o agricultor “Biribá”, o qual dispõe atualmente de apenas 1,52 ha de terras, pois nos anos 1979 vendeu cerca de 75 ha para um fazendeiro que, em momento posterior, revendeu para um sojeiro. De acordo com o agricultor, a motivação para a venda se justifica em razão das condições climáticas na área, que em muito dificultavam o plantio realizado para a subsistência.

Nesse período, a comunidade já contava com alguns produtores de hortaliças, ainda que a maioria dos agricultores se dedicasse à roça de mandioca. Todavia, com a venda de algumas terras por pessoas da comunidade para sojicultores, bem como com a divisão dos lotes entre os membros das famílias, os espaços para o plantio foram diminuindo, o que, segundo eles, fez com que o plantio voltado à horticultura passasse a ser realizado com mais frequência, uma vez que este tipo de cultura não requer uma área grande como demanda a roça.

Figura 6 – Área produtiva de soja e milho na Comunidade Mojuí dos Pereiras, Mojuí dos Campos-PA



Fonte: Anderson Borges, 2019.

De acordo com um relatório disponibilizado pela Associação de Moradores e Produtores Rurais Agroextrativistas da Comunidade Mojuí dos Pereiras (AMPRMP), a comunidade possuía, até no ano de 2019, 102 famílias – cerca de 367 pessoas – que, em sua maioria, vivem da agricultura. Deste contingente, ressalta-se que algumas pessoas lidam com atividades não agrícolas na comunidade ou em áreas próximas a ela, enquanto 16 famílias se dedicam à cultura das hortaliças, principalmente nos plantios de chicória, cheiro verde, pimentinha, alface, coentro e cebolinha.

4.2.2 Terra x Trabalho

Buscando alcançar os objetivos da pesquisa, utilizou-se de uma abordagem interdisciplinar, ao mesmo tempo exploratória e descritiva, sobre a comunidade Mojuí dos Pereiras. Ademais, destaca-se que, na análise da escala da comunidade, o método qualitativo e quantitativo também foi empregado na pesquisa, notadamente no que diz respeito à mobilização dos dados coletados do Projeto Odisseia, à operacionalização da observação participante e à realização de 9

entrevistas semiestruturas junto a produtores de hortaliças durante os meses de abril e maio de 2019.

Na amostra há famílias pluriativas e não pluriativas, assim interessa analisar as características que as distinguem e que habilitam o entendimento das condições que levam à decisão de buscar a pluriatividade.

Para a análise dos dados contidos na Tabela 8, foram selecionadas duas variáveis de cada família, quais sejam: terra disponível e força de trabalho apta. Assim, realizou-se a soma das variáveis de todas as famílias e a divisão do resultado pelo número total de entrevistados, a fim de obter a média que orientou a divisão dos grupos dessas famílias.

Tabela 8 – Média da disponibilidade de terras e força de trabalho

Mojuí dos Pereiras	F* 1	F*2	F* 3	F*4	F*5	F*6	F* 7	F* 8	F* 9	Média
Terra (ha)	1,4	3	1,2	20	1,5	0,5	4,8	1,6	3,6	4,17
Trabalho	3	5	1	6	3	1	4	2	5	3,3

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

*F: Família

Como consta na Tabela 8, as unidades familiares apresentam variadas composições das relações entre o número de membros aptos ao trabalho e disponibilidade de terras. Nesse sentido, foram identificadas, ao todo, 38 pessoas inseridas nas nove unidades familiares pesquisadas, porém, apenas 30 são consideradas enquanto força de trabalho apto a exercer alguma atividade produtiva. No total, esses estabelecimentos contabilizam algo em torno de 37,6 ha, sendo que uma unidade familiar apresenta 63% do total de terras contabilizadas dos entrevistados.

A Tabela 9, para efeito de análise, foi organizada em grupos de acordo com a diversidade estrutural deles, a se destacar: grupo 1 (restrição de trabalho e abundância²⁰ de terras); grupo 2 (restrição de trabalho e restrição de terras); grupo 3

²⁰ O termo abundância é usado nesta pesquisa de modo relacional para exprimir uma posição de dotação de terras superior a média das famílias analisadas.

(abundância de trabalho e restrição de terras); e grupo 4 (abundância de trabalho e abundância de terras).

Tabela 9 – Relação de Terra x Trabalho das unidades camponesas

Grupos	Terra		Trabalho	
	Abundância (+)	Restrição (-)	Abundância (+)	Restrição (-)
Grupo 1	X			X
Grupo 2		X		X
Grupo 3		X	X	
Grupo 4	X		X	

Fonte: Costa (2012).

Esta metodologia é utilizada por Francisco Costa (2012), e, para evitar riscos de arbitrariedade analítica, o corte deve ser realizado a partir da posição relativa da unidade em relação ao conjunto de todas as unidades pesquisadas, considerando posições de abundância (+) ou restrição (-), respectivamente, acima ou abaixo da média verificada para o conjunto em relação aos fatores em questão (Tabela 10).

Tabela 10 – Terra x Trabalho: Mojuí dos Pereiras

Mojuí dos Pereiras	Terra		Trabalho		Grupo
	Abundância (+)	Restrição (-)	Abundância (+)	Restrição (-)	
Família 1		X		X	Grupo 2
Família 2		X	X		Grupo 3
Família 3		X		X	Grupo 2
Família 4	X		X		Grupo 4
Família 5		X		X	Grupo 2
Família 6		X		X	Grupo 2
Família 7	X		X		Grupo 4
Família 8		X		X	Grupo 2
Família 9		X	X		Grupo 3

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

A ausência de famílias no grupo 1 se deve ao fato de que as famílias que possuem restrição de força de trabalho não têm abundância de terras. O grupo 2

possui 5 famílias com terra e força de trabalho disponível abaixo da média do grupo analisado. Nele, quatro estabelecimentos possuem crianças com idade abaixo da capacidade de trabalho, enquanto apenas um estabelecimento utiliza toda a sua capacidade, pois só existe uma pessoa residindo na unidade familiar.

Existem duas famílias do grupo 3 que detêm força de trabalho suficiente, porém menor disponibilidade de terra. Para ilustrar esse caso com informações tomadas em campo, vale apresentar a família do agricultor Vitória Régea, composta por sua esposa e três filhos do sexo masculino (15, 17 e 21 anos); família com a qual tive a oportunidade de ficar residindo durante um mês e meio. Nesse período, observou-se que os dois filhos mais novos estudam pela parte da tarde na escola que fica localizada na área urbana da cidade de Mojuí dos Campos. Todavia, das 6h30 às 8h, eles ajudam os pais na horta e, quando retornam, vão estudar ou prestar algum trabalho temporário na oficina localizada na comunidade. Após o cumprimento dessas tarefas, vão à escola por meio de transporte coletivo, que passa na comunidade às 11h30. Ao retornar para a casa, geralmente às 17h30, eles vão novamente à área produtiva e ficam até às 18h30 a fim de capinar, regar e colher os produtos da horta.

Assim como os filhos, a esposa tem a função de ajudar pela parte da manhã na horta, regando e colhendo os produtos, mas também cuidando dos animais, como porco e galinha²¹. Além disso, ela se encarrega de cuidar da casa, fazer a comida dos filhos que vão para a escola, bem como na compra de alguns produtos que eles não cultivam no centro logístico na cidade de Santarém. Em alguns casos, pude presenciar sua saída pela parte da manhã, às 6 h, sob a companhia de seu filho mais novo para lhe ajudar nas compras.

O controle das contas da casa, bem como as tomadas de decisões sobre a produção e sobre a destinação para a comercialização do que fora produzido, é realizado por ela e seu esposo, o qual tem a função de se dedicar durante os três turnos do dia à unidade produtiva, fazendo pausas para almoço e lanche. No final da tarde, geralmente às 18h30, quando retorna à sua casa, sempre se depara com

²¹ Tepicht (1973) apud Woortmann (2001) considerou as formas marginais (mulheres, velhos e crianças) como responsáveis pela racionalidade camponesa, sobretudo pelo fato dessas forças serem intransferíveis pela realização de atividades na unidade interna familiar, na criação de animais para consumo. Desta maneira, ela contribui para a diminuição da penosidade do trabalho aplicado pelas forças plenas (homens em idades produtivas).

pessoas da comunidade e de fora que buscam cura em razão de distintas enfermidades. “Curador”, como é conhecido, ele realiza o serviço sem qualquer tipo de cobrança. Entretanto, as pessoas que são atendidas ofertam o que chamam de “agrado” pelo serviço prestado.

Ademais, no início da noite, geralmente três vezes na semana e duas no final de semana, os cinco membros da família se reúnem para realizar a seleção das hortaliças aptas para a comercialização. Após a colheita, lavagem e separação, geralmente o produto é destinado para duas pessoas da comunidade revenderem na feira do Mercado 2000 em Santarém, isto leva ao emprego de mais pessoas pela agricultura familiar no processo de comercialização da produção. Essa etapa do trabalho coletivo representa o momento de socialização entre os membros do trabalho da família. A divisão do trabalho na família se baseia pelo tempo disponível e pelo sexo de cada membro da família.

A vivência em campo também possibilitou conhecer duas famílias que são consideradas, entre as que produzem hortaliças, como as maiores produtoras da comunidade Mojuí dos Pereiras; fato esse que se deve ao tamanho de suas áreas produtivas, mas também da força de trabalho familiar disponível empregada na área produtiva (grupo 4). Uma das famílias é a do produtor açazeiro que tem uma área de 20 ha, e utiliza os braços disponíveis de seus três filhos, do sobrinho e de sua esposa, responsável pela venda da produção na feira de Santarém, os quais trabalham todos os dias na horta. Segundo ele, o trabalho empregado na cultura tem tido resultados satisfatórios, levando-o mesmo a obter um troféu concedido pelo Banco da Amazônia (BASA) devido à quitação do empréstimo que realizaram para investir na área produtiva.

Como evidencia a Tabela 11, as famílias entrevistadas (grupos 2, 3 e 4) afirmaram contratar mão de obra externa à família para ajudar em algum momento das atividades produtivas.

Tabela 11 – Acionamento a mão de obra externa pela família

Mojuí dos Pereiras	Utilização de mão de obra externa	
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Grupo 1	-	-
Grupo 2	4 famílias	1 família
Grupo 3	2 famílias	-
Grupo 4	2 famílias	-

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

A Tabela 11 apresenta oito famílias (grupos 2, 3 e 4) que, em momentos específicos do ciclo produtivo, buscam acessar a força de trabalho externo. O grupo 2 que tem baixa disponibilidade de braços e terras é o que mais precisa contratar pessoas de fora da família para realizar trabalho, além disso, a horticultura por ser muito intensiva em trabalho também tem a tendência para contratar força de trabalho externo (RIBEIRO, 2011). Para Duval, Ferrante e Bergasmo (2015), o camponês realiza trabalho na sua unidade produtiva com a família, essa prática acontece principalmente nas etapas da colheita, ainda que se possa observar a contratação de trabalho externo. Portanto, é natural que em alguns momentos ocorra o acionamento das unidades produtivas familiares pela contratação de pessoas para ajudar na produção.

Nesse sentido, e de acordo com as entrevistadas, as unidades produtivas camponesas possuem necessidade de contratação de força de trabalho, pois apesar de utilizar a força de trabalho familiar, ela não é suficiente, haja vista que nessas unidades a média do tamanho dos lotes é de 4,17 ha, com cerca de 3,3 membros por cada unidade. Isso, portanto, justifica a procura por pessoas de outros estabelecimentos para ajudar na produção, como pode ser evidenciado na Tabela 11.

A disponibilidade de alguns membros da família é outro fator apontado, pois existem momentos em que tanto os filhos se ocupam com as atividades escolares quanto os idosos ficam enfermos. Assim, as decisões de contratar pessoas externas à unidade familiar para ajudar na produção decorre de condições internas ligadas à força de trabalho disponível e ao tamanho das propriedades. Francisco Costa (2012) afirma que os camponeses testam as condições disponíveis internamente pela família à terra, com trabalho e capital acessíveis para tomar decisões. Dessa

maneira, os recursos externos só passam a ser internalizados a partir da sua avaliação.

Na comunidade contrata-se mais no período do verão amazônico²² que acontece de junho a novembro devido à cultura das hortaliças se ambientar melhor às condições climáticas dessa estação. A demanda dos produtores é para a realização do plantio e colheita da produção.

O verão representa o período em que, dependendo da força disponível em cada unidade, ocorre a mobilização de mão de obra externa para aumento da força de trabalho. O pagamento é feito levando-se em consideração os dias trabalhados e pode ser realizado a partir de distintas formas na comunidade, seja por meio do pagamento em dinheiro (R\$40,00) ou em troca de produtos da horta.

O agricultor Vitória Régea (grupo 3) relatou que contrata no verão mão de obra externa da comunidade ou de parentes que moram na comunidade próxima chamada de Terra Preta dos Lúcius. Nesse período o retorno financeiro adquirido possibilita fazer o planejamento em longo prazo, mesmo considerando os períodos pouco produtivos (inverno). Ele também informa que separa o dinheiro para compra de adubos e sementes para o inverno; a quantia que sobra é direcionada para a compra de produtos necessários ao consumo da família e que não são produzidos na propriedade, como alimentos industrializados, além de roupas e outros utensílios que a família necessita. No inverno devido às condições climáticas não serem propícias para o plantio, pois chove muito, os produtores reduzem a força de trabalho na área produtiva para diminuir os riscos de perda da cultura. Assim, com a baixa produtividade, o preço das hortaliças aumenta, gerando renda para suprir as necessidades básicas da família. Essa estratégia é realizada pela maioria dos agricultores que possuem um lote.

O agricultor “Biribá” (grupo 2), que tem 67 anos, possui dois lotes na comunidade que chegam a 3 ha, e por ter força de trabalho insuficiente utiliza outra estratégia. No verão, usa apenas uma das terras para produzir, enquanto a outra

²² Grande parcela dos estados que compõem a região Amazônica que se localizam próximos ao equador possuem apenas duas estações (verão e inverno), pois a variação solar que incide sobre eles é pequena. A maior diferença entre as estações é a intensidade de chuvas, em Santarém maior entre os meses de fevereiro e junho, considerado o “inverno” local, e menor entre julho e janeiro, período considerado o “verão”.

fica sem uso, contudo, no período de inverno, recorre a essa terra não utilizada ateando fogo nela, a fim de fortalecer o solo e torná-lo produtivo. Segundo o agricultor, a terra precisa de um período de descanso para se tornar apta a produzir, tática essa que é realizada para que não faltem as necessidades básicas para o consumo durante todo o ano. Devido à capacidade de trabalho da família e suas limitações físicas para realizar a atividade ele contrata força de trabalho externo, entre famílias pertencentes à comunidade.

De todos os entrevistados, apenas um produtor (grupo 2) informou não utilizar mão de obra externa à família devido ao seu lote ser pequeno, mas também em razão da falta de força familiar para ajudar no plantio. Assim, opta por vender as hortaliças de alguns produtores da comunidade na feira de Santarém e, em retorno, recebe parcela do que foi vendido.

4.2.3 Instituições e capacidade técnica para a horticultura em Mojuí dos Pereiras

As instituições podem representar diferentes situações que podem influenciar nas tomadas de decisão que envolvam mudanças nas formas de produção e conseqüentemente de existência do camponês dependendo do contexto onde estão inseridos (COSTA, F., 2012).

Os agricultores da comunidade têm acesso diferenciado a algumas instituições que lhes prestam apoio organizacional e técnico, como, por exemplo, o STTRMC, a EMATER, as associações comunitárias e cooperativas (Tabela 12).

Tabela 12 – Acesso dos agricultores as associações locais

Mojuí dos Pereiras	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Sindicato	-	4 famílias	2 famílias	1 família
Associação	-	4 famílias	1 família	2 famílias
Cooperativa	-	-	1 família	-

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

Das cinco famílias entrevistadas do grupo 2, que detêm pouca disponibilidade de terra e trabalho, quatro delas responderam que estão bem envolvidas nas instituições (associação e sindicato) que existem na comunidade, participando de

forma ativa das atividades realizadas por elas. Segundo eles, os benefícios que elas proporcionam para o melhoramento da produção é um dos fatores que os levam a se inserir nelas.

No que diz respeito ao grupo 3 (abundância de trabalho e restrição de terras), foi constatado que as duas famílias estão associadas ao sindicato, entretanto, uma delas não está inserida na associação comunitária, ainda que esteja vinculada à COOFAM, situada na comunidade Terra de Areia. Trata-se da família do agricultor Vitória Régea, que atribuiu sua não associação à AMPRMP à falta de consciência coletiva da liderança que, segundo seu relato, busca atender apenas seus interesses individuais, já a inserção na cooperativa é uma estratégia pela busca de escoamento produtivo.

As duas famílias do grupo 4, que detêm terra e força de trabalho familiar suficientes, estão associadas à AMPRMC e participam das atividades desenvolvidas por ela, muito embora uma delas não esteja vinculada ao sindicato. No que concerne às referidas atividades, destaca-se que elas são voltadas para o desenvolvimento da cultura de hortaliças.

De acordo com os relatos prestados pelos agricultores vinculados às instituições, estas, em muitos casos, estabelecem parcerias para a realização de cursos técnicos voltados ao manejo da cultura das hortaliças devido à falta de infraestrutura financeira necessária para atender todas as comunidades do município. Assim, alguns cursos realizados a partir de acordos estabelecidos entre a STTRMC, a AMPRMC e a EMATER para os associados objetivavam a diminuição de agroquímicos nas hortaliças a partir da utilização de defensivos naturais, que mobilizam sabão, detergente e urina de boi, em alguns casos, além da rotação de cultivo.

Para realizar o controle de pragas sobre a produção, quatro agricultores do grupo 2, um agricultor do grupo 3 e dois agricultores do grupo 4 utilizam-se de produtos químicos (decis, barrage) por uma ou duas vezes ao ano, em média, variando de acordo com a quantidade de praga no plantio, enquanto dois agricultores associados à AMPRMC (grupo 1 e 2) afirmaram não utilizar esses produtos. Para Francisco Costa (2012), as estratégias das famílias buscam evitar as forças que afetam a eficiência reprodutiva, mobilizando os membros da família a

tomadas de decisões. Portanto, essas distintas formas de controle sobre a área produtiva têm o intuito de evitar riscos de perda nas produções de hortaliças.

A compra desses pesticidas é realizada na cidade de Santarém e próximo à BR-163, que dá acesso às lojas especializadas no ramo agrícola (Casa Rural, AgroSanta, Loja Mato Grosso, entre outras); estabelecimentos estes que passaram a se instalar na região principalmente a partir do início dos anos 2000, devido ao aumento do plantio de grãos no Planalto Santareno. Assim, os técnicos das agropecuárias ensinam os agricultores a manejar o produto.

Todos os produtores de hortaliças fazem uso do adubo de origem animal (esterco) para fertilizar o solo; comprado uma vez por semana junto à Granja do Cedro, do Amapá e da Piedade, esta última está situada na comunidade ou então na empresa AvisPará, em Santarém. A compra é realizada por saco, saindo cada unidade no valor de R\$3,00. Além disso, as sementes de horticultura selecionadas são fornecidas por lojas agropecuárias da cidade de Santarém.

Para a irrigação de suas áreas produtivas, dois agricultores que mobilizam força de trabalho suficiente, mas com disponibilidade de terras distinta (grupos 3 e 4), afirmaram que se utilizam do gotejamento, enquanto os demais (sete agricultores distribuídos entre os grupos 2, 3 e 4) fazem uso da aspersão/bailarina (Figura 7). Todos utilizam a água dos igarapés que estão interligados ao rio Mojuí, o qual passa pela comunidade.

Figura 7 – Sistema de irrigação de gotejamento com mangueira na área produtiva de hortaliças, comunidade Mojuí dos Pereiras, município de Mojuí dos Campos-PA



Fonte: Anderson Borges, 2019.

Quanto à utilização de ferramentas na área produtiva, os agricultores dispõem de diferentes ferramentas para manejar a área dependendo do grau de investimento realizado pelas famílias (Tabela 13).

Tabela 13 – Utilização de ferramentas na área produtiva

Mojuí dos Pereiras	Enxada/ ferramentas manuais	Maquinário leve
Grupo 1	-	-
Grupo 2	4 famílias	1 família
Grupo 3	2 famílias	-
Grupo 4	-	2 famílias

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

Conforme destacado na Tabela 13, as duas famílias que possuem força de trabalho e terra em abundância (grupo 4) são as que utilizam maquinário leve em suas áreas produtivas (roçadeira). Isso acontece devido à mudança na composição ou tamanho da família o que eleva o grau de autoexploração da força de trabalho da

família e estimula para reduzir a “relação trabalho/(terra+capital) através da elevação do seu denominador, ou seja, através de novos investimentos” (COSTA, F., 2012, p. 100). O investimento feito foi devido à necessidade de diminuir o tempo na retirada de ervas daninhas sobre a terra²³, assim como do preparo desta para um novo plantio a ser realizado. Ressalta-se que a compra da máquina foi realizada tanto com o retorno da produção como com o crédito conseguido por meio do BASA.

Além do mais, destaca-se que uma família do grupo 2 também dispõe de maquinário leve em razão da força de trabalho disponível ser menor (3) e devido às condições físicas e à idade avançada do chefe da família não serem adequadas para o trabalho manual pesado. Por estes motivos, o mesmo comprou a ferramenta com o dinheiro da aposentadoria e do empréstimo junto ao FNO especial.

As demais seis famílias (grupos 2 e 3) ainda utilizam ferramentas manuais, o que gera um trabalho mais intenso sobre a terra. Entretanto, quando questionados sobre o investimento em crédito para sanar essas dificuldades, duas famílias (grupo 3) responderam que já fizeram empréstimo para aumentar a área produtiva, enquanto quatro famílias (grupo 2) têm o objetivo de acionar o empréstimo, mesmo que a burocracia imposta pelos bancos represente dificuldade para que seja efetivada a realização do crédito.

Os dados apontados acima demonstram um padrão entre os grupos, sendo que aqueles que possuem abundância de terra e trabalho (Grupo 4) estão vinculados as associações locais comunitárias, além de possuírem melhores condições para realizar investimentos, utilizando tecnologias mais intensivas (COSTA, F., 2012). Aquelas famílias que possuem restrição de terra, trabalho ou ambas (grupo 2 e 3) utilizam tecnologias mais extensivas, entretanto, surpreende a adesão da maioria delas as instituições locais (comunitária e sindicato), demonstrando a importância de averiguação mais aprofundada nos próximos trabalhos que forem ser desenvolvidos.

²³ É uma planta que nasce na terra de forma indesejável podendo interferir estragando o plantio desenvolvido pelo agricultor.

4.2.4 A pluriatividade em Mojuí dos Pereiras

Com a construção da BR- 163 e do porto da Cargill em Santarém, muitas empresas foram se instalando ao longo desta via no Planalto Santareno, de modo a analisar o potencial comercial da região. Portanto, a distância e a infraestrutura próxima a comunidade Mojuí dos Pereiras são variáveis importantes na compreensão sobre a pluriatividade. Nessa comunidade existem alguns empreendimentos familiares agrícolas, membros que realizam atividades não agrícolas. Segundo Schneider (2003a, 2009), para a família ser pluriativa é necessário que pelo menos um membro da unidade familiar exerça alguma atividade não agrícola, sem deixar, contudo, de executar atividades agrícolas de base familiar. Essas estratégias acionadas por membros das famílias visam à reprodução do grupo ou uma estratégia individual dos que compõe a unidade camponesa familiar (Tabela 14).

Tabela 14 – Grupo de famílias pluriativas

Mojuí dos Pereiras	Famílias pluriativas	
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Grupo 1	-	-
Grupo 2	1 família	4 famílias
Grupo 3	1 família	1 famílias
Grupo 4	-	2 famílias

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

Segundo apontado na Tabela 14, as duas famílias que não dispõem de força de trabalho ou terra suficiente (distribuídas entre os grupos 2 e 3), portanto, em tensão reprodutiva buscam tomar decisões “diante do desafio de contra- arrestar as forças que afetam sua eficiência reprodutiva” (COSTA, F., 2012, p. 122). Elas, portanto, analisam conjuntamente os contextos interno e externo para decidir sobre a realização de atividades não agrícolas, tornando-se, assim, pluriativas.

O autor em referência também considera que a família analisa suas condições de reprodução interna para agir se utilizando das condições externas, com o objetivo de manter a eficiência reprodutiva familiar e, com isto, levar a diversificação dos sistemas produtivos das unidades camponesas familiares.

Aquelas duas famílias (grupo 4) que dispõem de terra e força de trabalho em abundância se dedicam apenas a atividade agrícola possuindo padrão reprodutivo eficiente, este sendo “ a capacidade do sistema de internalizar reter em seu proveito, o trabalho por ele despendido (COSTA, F., 2012, p. 119). Os filhos aplicam sua força de trabalho na terra dos pais com o objetivo de futuramente conseguir capital para investir na sua área produtiva. Há de se destacar a família do açazeiro que comprou com o capital adquirido da área produtiva um terreno para o filho mais velho produzir futuramente, o que demonstra a continuação da atividade agrícola e o investimento feito por ele.

Tanto as famílias pluriativas quanto as que se dedicam exclusivamente as atividades agrícolas são dinâmicas acionando distintas formas para garantir as necessidades reprodutivas levando a sistemas produtivos diversos, portanto, elas possuem uma racionalidade que explica a diversidade do comportamento camponês (COSTA, F., 2012).

Na família pluriativa urucu (grupo 2), residem apenas 2 pessoas aptas ao trabalho numa área de 1,2 ha, entretanto, apenas a esposa se dedica ao plantio de hortaliças e à venda na feira da cidade de Santarém, enquanto o marido realiza atividades ligada à construção civil na comunidade ou nas proximidades. Quando questionado sobre os motivos que levaram a aplicar a força de trabalho nessas atividades, justificou a necessidade de aumentar a renda da família.

O segundo caso é o da família Tambaqui (grupo 3). Nela existem cinco pessoas com força de trabalho em abundância, porém, o tamanho do lote é de apenas 3 ha. Assim, por possuir um filho que não mora mais com ele, um dos membros precisou empregar sua força de trabalho em outra atividade para poder ter condições de arcar com o pagamento da pensão e manter o sustento da família com quem está residindo atualmente. A mudança na quantidade de membros que compõem uma família leva à alteração da força de trabalho no seu sofrimento pela elevação do trabalho a ser empregado (COSTA, F., 2012).

Essa família, por sua vez, possui em sua residência um comércio que é gerenciado pelo filho mais novo, de 22 anos. Apesar da realização dessas atividades, os mesmos reforçam o trabalho nas áreas produtivas dependendo da disponibilidade de cada um dos membros, conforme já mencionado por Schneider

(2003a, 2009) e Candiotto (2007), ao considerarem que um indivíduo da família pode combinar duas atividades (agrícola e não agrícola) assumindo-se enquanto pluriativo.

Durante um festejo para divulgar a produção de hortaliças na comunidade, fomos instruídos pelo membro da associação local para conversar com o agricultor “Bacaba”, este que, quando se casou, recebeu dos seus pais parcela da área que corresponde a 200 ha da família, entretanto, possuindo terra em abundância, mas com apenas duas forças de trabalho familiares disponíveis. Assim, até o ano de 2017, produzia hortaliças em larga escala na área adquirida, sendo considerado o maior produtor da comunidade. Porém, em sua entrevista, e devido à falta de valorização da cultura e à incerteza financeira, buscou trabalho numa laminadora na comunidade do Tabocal, no município de Santarém, enquanto sua esposa trabalha em uma farmácia; situação esta que não os impediu de continuar com a atividade agrícola. Durante a semana, uma pessoa na comunidade fica responsável por cuidar da horta dele e, em retribuição ao trabalho aplicado, cede parcela de suas terras para ela realizar o plantio para a subsistência. Entretanto, nos finais de semana, ele e a esposa passam a exercer a atividade agrícola, o que os torna pluriativos.

A renda que obtém do trabalho não agrícola é investida na área produtiva, sobretudo com a compra de ferramentas que possibilitem o manejo mais adequado da cultura, além do investimento em materiais de construção para a casa onde reside. Nesse sentido, os dados levantados em campo corroboram com Van Der Ploeg (2008). Este autor considera que, na maioria das vezes, a pluriatividade tem como intuito o aumento da renda para o camponês, significando: “investir na compra de combustível, bombas de irrigação, sementes, fertilizantes, bois, tratores e/ou na alimentação da família” (VAN DER PLOEG, 2008, p. 49).

A Tabela 15 foi realizada a fim de verificar a renda das famílias. Assim, procedeu-se ao levantamento da composição da renda das famílias, dividindo-as em dois tipos: as que se dedicam apenas às hortaliças (sete famílias agrícolas) e as consideradas pluriativas (duas famílias).

Tabela 15 – Composição da renda familiar

Famílias	Composição da renda familiar				
	<i>Aposentadoria/ pensão</i>	<i>Bolsa Família</i>	<i>Atividade agrícola</i>	<i>Atividade não agrícola</i>	<i>Outro benefício do governo</i>
Pluriativas	1	-	2	2	-
Agrícolas	2	3	7	-	1

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

Conforme destacado na Tabela 15, todas as famílias agrícolas utilizam fontes de renda provenientes da produção de hortaliças. Dessas, apenas uma família recebe aposentadoria e Bolsa Família. Ademais, existem três famílias que recebem somente um desses benefícios: Bolsa Família (duas famílias) e Auxílio Doença (uma família). As demais famílias, que são duas, só possuem renda adquirida com a venda da horticultura.

As famílias pluriativas apresentam rendas provenientes do exercício de atividades ligadas a hortaliças (duas famílias) e as atividades não agrícolas (duas famílias). Além disso, uma delas recebe aposentadoria, o que contribui para aumentar a diversificação dos rendimentos adquiridos na unidade familiar.

Segundo Francisco Costa (2012) e Villwock (2015), a diversificação da renda é uma das estratégias da família para a diminuição da vulnerabilidade; famílias que, devido possuírem pouca disponibilidade de terra e força de trabalho, buscam alternativas reprodutivas a partir do contexto territorial onde se inserem.

Schneider (2009) considera que as unidades familiares camponesas adotam diferentes estratégias a partir das condições existentes da agricultura (interna) e externa (condições de trabalho fora do lote), portanto, buscam manter suas existências no meio rural adotando distintas ações.

A comunidade está localizada próximo à BR-163, onde existe um intenso processo de urbanização e difusão de valores modernos, com a instalação de lojas, empresas de granja, madeireiras e laminadoras. Para Schneider (2009), isso é fruto do processo de descentralização de indústrias para as áreas rurais, impactando na oportunidade de emprego nesses espaços.

Nesse sentido, por exemplo, os jovens de Mojuí dos Pereiras têm sido atraídos a exercer essas atividades, além daquelas ligadas ao uso de máquinas

pesadas, necessárias nas áreas de soja. A esse respeito, vale considerar o depoimento dado pelo secretário de agricultura de Mojuí dos Campos:

Lá eles dão preferência mais pra gente local, lá. Naquela região ali, inclusive perto de Mojuí Pereira ali, Mandam também. Lá a estrutura está bem avançada. Geralmente quem que faz o contato com a gerente de lá, a gente facilita, olha, dá preferência pra os jovens de Mojuí, tem que ter outras situações, o jovem aprendiz. Cerca de 700, 600 pessoas. Mas só que eles dão mais preferência pras granja que ficam fora de Mojuí. E dentro da demarcação ficou a Serraria e ficou a granja fora por causa da situação de imposto, a gente perdeu. Aí eles dão preferência mais para Santarém, ali pra o pessoal de Tabocal... Pô, eu tenho conhecimento que trabalha de 30 a 37 pessoas de Mojuí lá (Marlon Damasceno Freitas, produtor e ex-secretário de agricultura na cidade de Mojuí dos Campos, entrevista realizada em 14 de junho de 2019).

A empresa apesar de estar situada territorialmente no município de Santarém atrai jovens das comunidades de Mojuí dos Campos que estão próximas a ela para trabalhar na granja. Observa-se que muitos jovens da comunidade Mojuí dos Pereiras são moto taxistas, trabalham em oficinas de carro e moto, em obras de construção de casas, bem como na granja da AvisPará localizada na BR- 163 em Santarém ou naquelas que atendem a empresa situadas na comunidade (Figura 8).

Figura 8 – Granja Piedade na comunidade Mojuí dos Pereiras, Mojuí dos Campos- PA



Fonte: Anderson Borges, 2019.

Na conversa com os filhos da família Vitória Régea sobre a perspectiva deles acerca do futuro, o filho mais novo relatou que não pensa em sair da comunidade, sobretudo para continuar ajudando os pais na horta, e que pretende fazer um curso na área de engenharia. O filho do meio de 17 anos de idade, também afirmou o desejo de não sair da comunidade e de ajudar os pais, enfatizando sua pretensão de querer fazer um curso para manusear máquinas pesadas ou trabalhar nas granjas que existem na região. Já o mais velho, de 21 anos, ressalta o sonho de fazer um curso superior na área da saúde e a vontade de continuar na comunidade junto de seus pais.

Na conversa com o pai dos jovens, ele relata:

Eu queria que eles se formassem que eles tivessem uma formação, que eles estudassem, e no futuro eles tivessem uma formação, tivessem um trabalho que não, assim, que fosse que nem o pai dele que fica no solzão danado, que tivesse uma vida tranquila, né. Eu penso assim. “Fulano tu quer ser o que”? Engenheiro? Então vai estudar pra ser engenheiro. Por que se eu tivesse a oportunidade que eles têm aqui, de estudar, que eu não tive oportunidade de estudar, eu era engenheiro, por que eu queria ser engenheiro. Olha, o ônibus passa aí, tem dia que não querem ir pra o colégio. Eu tinha que andar de 9h da manhã pra chegar 1h da tarde no colégio. Tinha que sair do colégio 4h da tarde, pra sair 7h30, 8h da noite, em casa, pra poder estudar um pouco (Vitória Régea, agricultor familiar, entrevista realizada em 20 de maio de 2019).

Com base nos relatos, notam-se as condições de terra e trabalho às quais os pais viveram na infância e, ainda hoje, continuam tendo na área produtiva, bem como as oportunidades que os filhos atualmente podem ter fora da agricultura a partir da formação em nível superior para se inserir em atividades pluriativas disponíveis no território, estas ligadas principalmente a granja, a laminadora e madeireira contratando mão de obra assalariada.

É importante observar que as famílias com padrão reprodutivo eficiente a partir da abundância de terra e trabalho (grupo 4) tendem a continuar a investir na área produtiva da horticultura, além de estimular os filhos a continuarem no trabalho agrícola. Enquanto aquelas que possuem restrição de trabalho, terra ou ambos (Grupo 2 e 3) tendem a acionar atividades pluriativas, não deixando de realizar atividades agrícolas, elas ao viverem sob condições de trabalho limitante na terra influenciam seus filhos a buscarem condições de trabalho menos penoso e com possibilidade de ter uma segurança financeira que seria possível a partir de atividade assalariada.

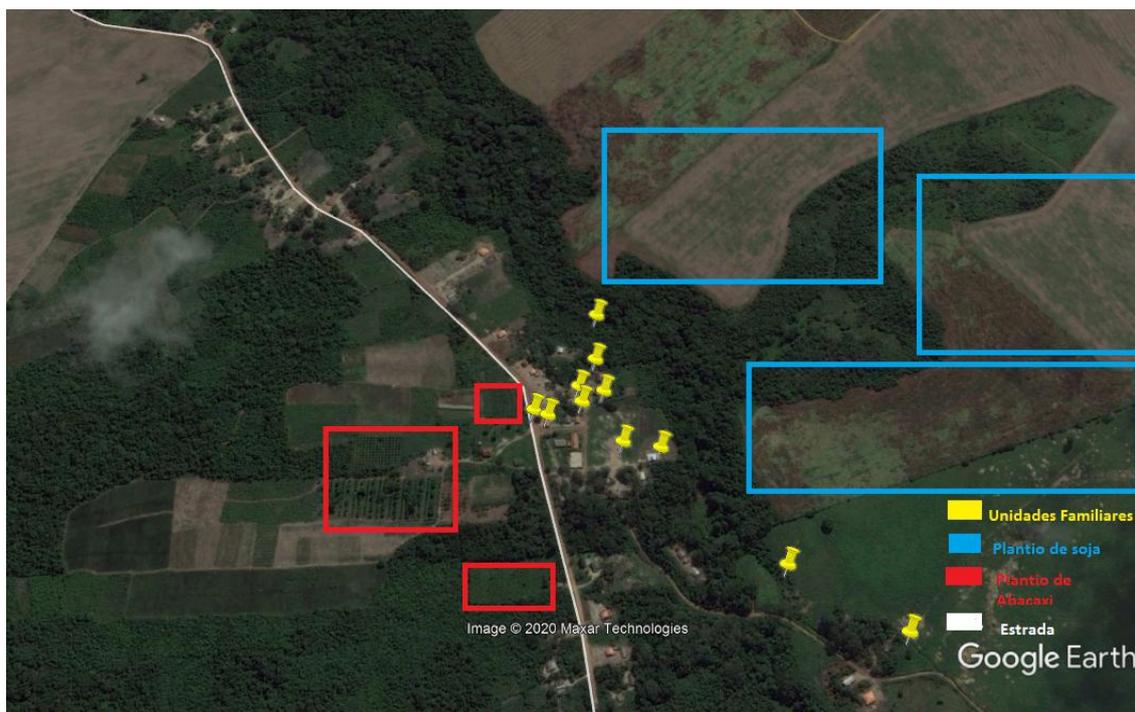
Essas possibilidades apontadas, mostram que o campesinato nessa comunidade existe sob diferentes condições reprodutivas, estas possibilitam a diferentes tomadas de decisões da família seja pela pluriatividade ou outras formas.

4.3 Comunidade Terra de Areia

A comunidade Terra de Areia fica localizada a 12 km da área urbana do município de Mojuí dos Campos e a 38 km do principal centro comercial da região, situado no município de Santarém (Figura 9).

Observa-se, ainda na Figura 9, que os pinos amarelos representam os estabelecimentos de agricultores que residem na comunidade; unidades familiares estas que, em sua maioria, estão localizadas próximo à estrada (linha branca) que dá acesso às comunidades do entorno e às áreas comerciais da região. Além disso, ao redor dessas residências, observam-se extensas áreas da monocultura de soja, destacada em azul; áreas onde, antigamente, localizavam-se as fazendas e casas de antigos moradores da comunidade.

Figura 9 – Comunidade Terra de Areia, Mojuí dos Campos-PA



Fonte: Google Earth, 2020.

Em seus relatos, os moradores mais antigos da comunidade afirmam que ela foi fundada no dia 09 de março de 1988, a partir de uma reunião entre os moradores pertencentes a três famílias que residiam próximo, com cerca de 50 pessoas morando no local. Eles faziam parte da comunidade Água Fria e participavam de todas as organizações que existiam, porém, com a morte de uma liderança da comunidade que organizava as missas da igreja católica na área, eles resolveram formar a presente comunidade, construindo uma igreja e uma escola para que, assim, pudessem gerir sua própria organização social. O nome que faz referência à comunidade surgiu desses moradores que, quando chegaram à área, encontraram areia preta próximo ao igarapé que de acordo com os relatos pertenciam a indígenas que viviam no local.

Em sua maioria, os primeiros migrantes que foram para a Terra de Areia eram oriundos da região nordeste do Brasil. Para o agricultor Tajatuba, seus pais saíram do estado do Ceará nos anos 1950 devido à forte seca que ocorreu na região, o que os levou a migrar para o estado do Acre sob o intuito de trabalhar na exploração do látex. Após a diminuição da procura deste recurso primário no cenário internacional e a partir da oferta de terras no Baixo Amazonas, promovida pelo governo federal, a

família do agricultor em referência resolveu migrar para a região onde hoje se localiza a comunidade Terra de Areia.

A principal atividade econômica que era desenvolvida no local estava ligada ao extrativismo, sendo que até os anos 1960²⁴ os moradores exploravam o cipó, a madeira, a pele de caça, a maçaranduba (*Manilkara bidentata*), o breu (*Pinus palustres*) e a Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*). Assim, estas culturas seguiram o ciclo da fibra da Malva (*Malva sylvestris*), a qual, por sua vez, representou a principal fonte de renda dessas populações que atuavam no abastecimento da empresa Tecejuta; empresa esta que, localizada em Santarém, utilizava o produto para confecção de sacas. Entretanto, com a inovação pela criação da fibra sintética da malva, a empresa entrou em declínio, tendo paralisado suas funções (LEROY, 1989; HOEFLE, 2013).

Com o fim desse ciclo, passou a predominar na região a produção da pimenta do reino (*Piper nigrum*), sobretudo entre os anos de 1970-1980. Contudo, o aparecimento de pragas e o conseqüente aumento de doenças causadas por elas provocaram os produtores a diminuir suas produções, tanto em razão das perdas como dos prejuízos que eram causados. Além disso, a rizicultura e a produção de farinha destacavam-se como produções que serviam à subsistência e à comercialização.

Nos anos 1970, ressalta-se que a produção de abacaxi já existia na região, na comunidade Baixa D'Água, e era praticada por um agricultor denominado como Zé Pedro, que, vindo do estado da Paraíba, levou mudas da planta para a referida comunidade. Zé Pedro, a princípio, era o único produtor responsável por comercializar essa cultura na região. Porém, na década de 1990, com a diminuição das produções de malva e arroz, outros agricultores foram migrando para a cultura do abacaxi.

Assim sendo, o pioneiro dessa cultura foi doando mudas para familiares, fazendo com que a produção aumentasse na comunidade e se espalhasse para outras áreas, como, por exemplo, na Água Fria e na Terra de Areia. Foi a expansão dessa cultura que fez surgir a Associação de Produtores e Moradores das

²⁴ Nesse período, os agricultores mesmo pertencentes à comunidade Água Fria já moravam e praticavam atividades agrícolas no local onde atualmente é a comunidade Terra de Areia.

Comunidades de Terra de Areia, Água Fria e Baixa D'Água (AMTAB), em 31 de março de 1999, contando com 23 associados. O objetivo era atender as necessidades básicas e problemáticas do abacaxi, como consta nos relatórios da presente associação.

Foi a partir dessa organização que os produtores passaram a receber capacitação técnica, treinamentos e oficinas para o aprofundamento do conhecimento acerca do produto, tudo isso proporcionado pela EMATER e pela SAGRI. Nesse período, a produção dos associados girava em torno de um milhão de pés de abacaxi; o que fez da região ser a maior produtora em quantidade de frutos colhidos do abacaxi.

Esse período também marca a chegada de migrantes produtores de grãos nessa porção do espaço amazônico, os quais começaram a arrendar ou comprar terras de fazendeiros locais que viviam no local desde os anos 1960. Ressalta-se que estes fazendeiros foram para a região em virtude da expansão da pecuária que estava ocorrendo na região, bem como do avanço sobre as áreas de floresta primária e, posteriormente, da construção das estradas (Figura 10).

Figura 10 – Fazenda Nova Esperança, na Comunidade Terra de Areia, em Mojuí dos Campos-PA, arrendada para a produção de soja



Fonte: Anderson Borges, 2019.

De acordo com um agricultor, um de seus vizinhos possuía em sua área algumas cabeças de gado que criava para a subsistência, porém, vendeu-as para os sojeiros. Ele também destaca que morava com seus pais até o ano de 2012, contudo, após a morte de seu pai, sojeiros apareceram querendo comprar a terra de 20 ha. Sua mãe, demonstrando agrado para com a oferta feita, vendeu o terreno e foi morar em outra comunidade, mais afastada do município.

Os agricultores entrevistados afirmam que os sojeiros possuem porções de terras de 30 ha em média e que estão espalhados pelas comunidades do município e da região, assim como os quatro produtores que possuem plantio de soja na Terra de Areia, alguns comprados de filhos de agricultores que, devido à morte dos pais, naquele período e em face do valor ofertado pela compra, acabavam vendendo suas terras. Porém, destaca-se que, atualmente, essa prática diminuiu porque os agricultores da comunidade começaram a ver na produção do abacaxi uma oportunidade de investimento que traz retorno e possibilita a reprodução da família na comunidade.

Considerando os documentos da AMTAB e os relatos dos agricultores, bem como os trabalhos de campo na comunidade Terra de Areia, é possível concluir que cerca de 50 famílias residem no local. Ademais, embora algumas pessoas realizem atividades não agrícolas, a maioria das unidades familiares trabalha com a produção do abacaxi; fato este que representa a principal fonte de renda desses moradores e os possibilita o status de comunidade que mais produz a cultura na região.

4.3.1 A relação terra x trabalho

À luz de uma abordagem interdisciplinar, ao mesmo tempo exploratória e descritiva, procurou-se atingir os objetivos da pesquisa sobre a comunidade Terra de Areia. A fim de realizar uma averiguação na escala da comunidade, utilizou-se o método qualitativo e quantitativo, especialmente no que se refere à mobilização dos dados coletados no Projeto Odisseia, à execução da observação participante e à efetivação de treze entrevistas semiestruturadas junto a produtores de abacaxi durante os meses de maio a junho de 2019.

Buscando a análise dos dados contidos na Tabela 16, foram escolhidas duas variáveis de cada família, quais sejam: terra disponível e força de trabalho apta. Portanto, realizou-se a soma das variáveis do total de famílias e a divisão do resultado pelo número total de entrevistados, com o intuito de obter a média que vai guiar a divisão dos grupos dessas famílias.

Tabela 16 – Terra x Trabalho: famílias camponesas

Terra de Areia	F* 1	F*2	F* 3	F*4	F*5	F*6	F* 7	F* 8	F* 9	F* 10	F* 11	F* 12	F* 13	Média
Terra (ha)	27	29	27	0,6	4	1,2	34	48	9,7	0,6	4	9,7	2	15,13
Trabalho	1	1	3	1	4	1	3	2	1	2	2	1	2	2

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

*F: Família

A Tabela 16 apresenta as variações relacionadas à composição de pessoas nas famílias camponesas. Assim, foram contabilizadas, ao todo, 43 pessoas inseridas nas treze famílias entrevistadas, entretanto, somente 24 pessoas são consideradas como força de trabalho disponível na atividade produtiva realizada pela família. No total, tem-se que esses estabelecimentos somam 196, 8 ha de terras onde vivem e trabalham.

Para a análise, a Tabela 17 foi estruturada em grupos de acordo com a disponibilidade de terra e trabalho deles, a se destacar: grupo 1 (restrição de trabalho e abundância de terras); grupo 2 (restrição de trabalho e restrição de terras); grupo 3 (abundância de trabalho e restrição de terras); e grupo 4 (abundância de trabalho e abundância de terras). Esta metodologia é utilizada por Francisco Costa (2012) e, para evitar riscos de arbitrariedade analítica, o corte foi realizado na posição relativa da unidade em relação ao conjunto de todas as unidades investigadas, considerando as posições de abundância (+) ou restrição (-), às que se situam, respectivamente, abaixo ou acima da média verificada para o conjunto em relação aos fatores em questão.

Tabela 17 – Terra x Trabalho: Terra de Areia

Terra de Areia	Terra		Trabalho		Grupo
	Abundância (+)	Restrição (-)	Abundância (+)	Restrição (-)	
Família 1	X			X	Grupo 1
Família 2	X			X	Grupo 1
Família 3	X		X		Grupo 4
Família 4		X		X	Grupo 2
Família 5		X	X		Grupo 3
Família 6		X		X	Grupo 2
Família 7	X		X		Grupo 4
Família 8	X		X		Grupo 4
Família 9		X		X	Grupo 2
Família 10		X	X		Grupo 3
Família 11		X	X		Grupo 3
Família 12		X		X	Grupo 2
Família 13		X	X		Grupo 3

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

O grupo 1 apresenta duas famílias com disponibilidade de terra e força de trabalho semelhantes e ambas possuem abundância de terra, porém, falta força de trabalho necessária para ajudar na atividade produtiva familiar. Uma delas é a do agricultor Maçaranduba, que nasceu no município de Quixadá, no estado do Ceará, e migrou para a Amazônia nos anos 1980 em busca de melhores condições de vida, período em que foi trabalhar no município de Oriximiná pelo projeto Porto Trombetas²⁵, na área de garimpo. Porém, devido à diminuição na procura do mercado internacional pelo alumínio fez diminuir a oferta de trabalho o que motivou ele a migrar novamente para a comunidade Terra de Areia, onde casou e passou a viver da agricultura de mandioca e abacaxi em uma área de 27 ha com sua esposa, a qual, desde então, dedica-se somente ao trabalho doméstico.

Ainda de acordo com a Tabela 17, existem quatro famílias no grupo 2 que possuem falta de força de trabalho e baixa disponibilidade de terras necessárias à reprodução de suas famílias. Uma delas é a do produtor Tajatuba, que tem 9,7 ha de terras adquiridas por meio de herança dos seus pais, os quais migraram do Ceará

²⁵ Projeto Porto Trombetas criado em 1974 para receber trabalhadores que foram para a região explorar extrair minério.

para o estado do Acre, na década de 1950, a fim de explorar a borracha e, anos depois, do Acre para a Terra de Areia, no estado do Pará, sendo esta a comunidade onde passaram a viver da agricultura de subsistência. Atualmente, apesar de possuir terras e desenvolver diversas culturas produtivas nesta comunidade, o produtor em tela reside no município de Santarém, em decorrência tanto de seu casamento quanto da proximidade do trabalho que realiza durante a semana em uma instituição voltada à agricultura familiar. Entretanto, nos finais de semana, ele vai para a Terra de Areia se dedicar à área produtiva.

Ademais, pudemos identificar a presença de quatro famílias que, apesar de possuírem abundância de força de trabalho, detêm baixa disponibilidade de terras. A título de exemplo, destaca-se a família do produtor Cajuçu, cuja propriedade totaliza 0,6 ha e é utilizada para o plantio de algumas culturas. Entretanto, sua residência é arrendada e nela moram três pessoas: ele e sua esposa, que se dedicam ao trabalho na agricultura, e seu filho de 6 anos que apenas estuda. A produção é destinada a atravessadores que vão até a comunidade negociar o valor da compra do produto.

O grupo 4, por sua vez, conta com três famílias que possuem terra e força de trabalho em abundância e, por isso, são consideradas as mais produtivas da comunidade. Dessa maneira, há que se destacar, igualmente, a história da família do Inajá, um agricultor produtor de abacaxi, filho de pais cearenses que migraram para a Amazônia devido à falta de alimento provocada pela seca no Nordeste. Assim, nos anos 2000, ele e seus irmãos começaram a plantar abacaxi, sobretudo em virtude do êxito que essa cultura estava tendo na região, mas também a partir do incentivo de seu cunhado, que morava na comunidade Baixa D'Água.

A área produtiva em que começaram a plantar abacaxi era de oito hectares, onde trabalha ele, seus cinco irmãos e seu pai. A partir disso, como relata, foram obtendo terras com a venda do produto:

Cresceu! Hoje nos somos seis irmãos. Nós começamos a trabalhar em oito hectare do nosso avô. Aí trabalhava todo mundo junto, começou a plantar abacaxi lá. Aí graças a Deus conseguimos comprar 16 hectares aqui nos castanhal, na beira da estrada. Aí nossos irmãos foram todos pra esses hectares, todos os seis irmãos! Aí compramos depois 37 hectares, próximo de Mojuí, em Igarapé da Lama, e fomos pra cima! Acabemos os 16, fomos pra cima dos 37 e aí produzimos! Produzimos lá e temos muito abacaxi, e compramos 19 hectare aqui, que é onde estamos trabalhando! Tudo eu e

meu irmão! Aí nós expandimos muito. Esse ano que meus irmãos voltaram a trabalhar nesses oito hectares que já estavam bem matadas, que estava toda plantada de novo. Que nós começamos a plantar umas duas vezes, nós todos, até que nós conseguimos, eu e meu irmão conseguimos comprar esse terreno! Aí passamos tudo pra esse terreno de 16 hectares, depois passamos para os 37 hectares, depois passamos pra esses 20 hectares e agora, ano passado, eles plantaram as oito hectares todinha. Mas agora na área de oito hectare são quatro irmãos. Nós que já compramos! Nós não estamos mais lá, agora, na área do abacaxi que compramos (Inajá, agricultor, entrevista realizada em 11 de abril de 2019).

Seu depoimento reflete que o trabalho coletivo familiar foi proporcionando o êxito na produção do abacaxi, bem como o investimento em novas áreas para o aumento da produção. Eles foram aumentando o orçamento subjetivamente a partir do cenário favorável do mercado investindo na compra de terras para ampliar suas necessidades se tornando, portanto, mais eficientes (COSTA, F., 2012). Além disso, próximo a área onde tem produção de abacaxi, os mesmos arrendam parcela da terra para um sojicultor e o capital arrecadado foi e está sendo direcionado para investir no aumento da produção de abacaxi.

Atualmente, ele e seus irmãos possuem terras onde cultivam o abacaxi e outros produtos, como a pimenta do reino, a macaxeira, a pupunha, o tomate, a laranja, a tangerina e o limão. No processo de comercialização da produção, a tarefa é dividida entre os membros da família. As esposas desse grupo de irmãos ficam encarregadas de vender a produção nas feiras da cidade de Mojuí dos Campos e principalmente na feira do Mercado 2000, localizada em Santarém.

Além disso, existe um membro da família que é responsável pelo transporte da produção para outros mercados das sub-regiões do Pará, como o Tapajós (Itaituba) e o Sudoeste paraense (Altamira), da mesma forma que para outros estados, como o estado do Mato Grosso, pela BR-163, e os estados de Roraima, Amazonas e Amapá, pela via fluvial. Outra estratégia utilizada é a destinação para os supermercados da cidade de Santarém, os chamados “CRs” (Figura 11).

A divisão do trabalho realizada na família do Inajá a partir da força ativa disponível para realizar atividades é dividida entre os membros de forma a diminuir a penosidade de cada unidade de trabalho realizada (COSTA, F., 2012).

Outra entrevista realizada com a produtora Samaúma, do grupo 4, demonstrou que a força de trabalho empregada por ela, seu marido e filho em uma área de 34 ha tem tido resultados positivos. Isto porque, a principal cultura realizada

na terra é a do abacaxi, que, desde quando chegou à comunidade, nos anos 1990, representa a principal fonte de renda dos produtores; razão pela qual esta produtora passou a se dedicar ao plantio.

Figura 11 – Feira do “Mercadão 2000”, em Santarém



Fonte: Anderson Borges, 2019.

Atualmente, Samaúma é considerada como uma das maiores produtoras na Terra de Areia, pois emprega sua força de trabalho disponível na terra. Além do mais, observando o retorno financeiro da cultura, vendeu um terreno que possuía na comunidade de 20 ha que estava rodeado de produção de soja no valor de 22 mil reais para um sojeiro e investiu na compra de terras em outra comunidade, chamada Jacaré. Segundo Francisco Costa (2012) a família ao analisar o valor que foi realizado tomou decisões para alcançar o equilíbrio ótimo reprodutivo, assim o investimento na terra e o aumento da força de trabalho numa dada cultura produtiva foram realizadas.

Esta transação teve como justificativa um investimento futuro na cultura do abacaxi, pois a produtora considera que a tendência é o aumento desta cultura que já apresenta mercado consumidor na região. Ela também destaca que a produção que atualmente realiza é comercializada na cidade de Santarém, no Mercadão 2000, sendo o transporte realizado por intermédio de caminhão que comprou tanto com a

venda da terra que possuía como do retorno da produção. Além disso, a produção também é escoada por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que faz parte dos mercados institucionais que são “espaços de troca em que o principal agente passa a ser o Estado ou algum organismo público ou alguma organização pública não governamental, como aquelas que praticam o comércio justo” (SCHNEIDER, 2016, p. 125).

Como mostra a Tabela 18, as famílias dos 4 grupos aqui abordados buscam a contratação da força de trabalho externo em determinados momentos da produção.

Tabela 18 – Acionamento a mão de obra externa pela família

Terra de Areia	Utilização de mão de obra externa	
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Grupo 1	1 família	1 família
Grupo 2	3 famílias	1 família
Grupo 3	3 famílias	1 família
Grupo 4	3 famílias	-

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

As unidades produtivas dos grupos 1, 2, 3 e 4 possuem a necessidade de contratar mão de obra em dois momentos da produção – o plantio de mudas e a colheita da cultura –, pois são etapas que demandam o aumento da força de trabalho. Assim, faz-se necessário o pagamento de diárias para pessoas da comunidade ou próximas a ela.

No grupo 1, existe apenas uma família que não contrata mão de obra; fato que se justifica devido o chefe da família não investir muito na produção. Segundo seu depoimento, dos anos 1990 até meados dos anos 2000 ele tinha uma produção em uma área de 1 ha, porém, com a diminuição da procura pelo produto, bem como dos mercados, buscou se dedicar mais a mandioca para consumo e venda na própria comunidade.

Em relação ao grupo 2, daquelas famílias que têm pouca disponibilidade de terra e trabalho, três acionam a mão de obra buscando o reforço mediante a realização do trabalho em algumas etapas produtiva. Entretanto, chama-se a

atenção para o produtor Tajatuba, que, por possuir trabalho fora da comunidade, paga semanalmente uma pessoa da comunidade para cuidar de sua área produtiva.

No que concerne ao grupo 3, existem três famílias que fazem uso de força de trabalho externa, apesar de possuírem força de trabalho elevada em relação a outras famílias. Este é o caso, por exemplo, do produtor Cajuáçu, o qual, na etapa do plantio de mudas, utiliza essa mão de obra. Nos demais momentos, todavia, apenas ele e sua esposa ficam responsáveis pelo trabalho na área produtiva, o que eleva a penosidade do trabalho.

Diferentemente dos demais grupos expostos acima, todas as famílias do grupo 4, que têm força de trabalho e terra em abundância, aderem a contratação de força de trabalho nos momentos necessários a intensificação da produção. Neste sentido, a produtora Samaúma aumenta o número de pessoas na sua área produtiva a partir da contratação temporária de pessoas externas à unidade familiar. O pagamento para tal é realizado levando-se em conta cada pé de abacaxi plantado ou colhido sob o custo de cinco centavos.

4.3.2 Contexto institucional da comunidade Terra de Areia

A comunidade Terra de Areia tem buscado estabelecer parcerias com instituições da região a fim de obter aprimoramento a partir de experimentos de novas sementes selecionadas e de diversos tipos de mudas de abacaxi. Há de se destacar o fato de a comunidade Terra de Areia, nos anos 1970, ter os primeiros experimentos do plantio de abacaxi, ainda que eles apresentassem pouca aceitação nos mercados locais devido ao tamanho pequeno e ao gosto azedo das frutas produzidas. Desta maneira, poucos produtores buscaram investir na cultura.

A consolidação da cultura só se realizou a partir das parcerias com a ATER Pública e com a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI), para prestação de cursos sobre o manejo do abacaxi para as três comunidades que produziam, a se destacar: Terra de Areia, Baixa D'água e Água Fria. Isso, por sua vez, levou à criação da AMTAB, objetivando resolver os problemas do abacaxi. O estabelecimento dessas relações com as instituições mencionadas possibilitou o

melhoramento e a aceitação do produto nos mercados a partir de mudanças técnicas produtivas.

Na Tabela 19, demonstra-se a vinculação das unidades produtivas familiares a diversas instituições que existem na comunidade e que buscam o fortalecimento de suas produções, principalmente pela principal fonte de renda, a cultura produtiva do abacaxi.

Tabela 19 – Acesso dos agricultores as instituições locais

Terra de Areia	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Sindicato	1 família	2 famílias	2 famílias	3 famílias
Associação	1 família	1 família	-	1 família
Cooperativa	1 família	1 família	3 famílias	3 famílias

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

O grupo 1 possui apenas uma família que acessa a todas as instituições presentes na comunidade. Essa família conta com um lote de 29 ha, porém, apresenta pouca disponibilidade de força de trabalho. Para a outra família do grupo, que não acessa mais nenhuma das organizações locais, a justificativa foi a falta de êxito em alguns objetivos que a AMTAB e a COOFAM tinham pensado para o escoamento do abacaxi, sobretudo a partir do funcionamento da agroindústria. Além de ter feito com que diminuísse sua produção, isso acabou desanimando-a a continuar ativa nessas instituições, pois a não efetivação da agroindústria pela cooperativa diminuía as vias de escoamento do produto.

Dos grupos em destaque, o 2 representa o que possui menor percentual de adesão às organizações locais (2 famílias não acessam nenhuma instituição); fato este atribuído principalmente a não realização dos objetivos que foram propostos. Contudo, cabe mencionar a família Tajatuba, que está inserida em todas as organizações e foi uma das que, desde 1999, esteve à frente da criação da associação local, a AMTAB, ocupando a função de presidência da mesma.

Ademais, foi devido a esta organização, que objetivava criar condições de infraestrutura para o desenvolvimento da cultura do abacaxi, que se começou a pensar na criação do festival do abacaxi, cuja primeira edição ocorreu no dia 28 de

setembro de 2003. Segundo a família, alguns objetivos foram alcançados, tais como: o melhoramento da estrada, a eletrificação rural, a ampliação do microsistema de água, o aperfeiçoamento da produção do abacaxi, a mecanização de terras devido ao suporte técnico por algumas instituições parceiras; além da abertura de novos mercados. Posteriormente, pensou-se na possibilidade de criação de uma cooperativa voltada ao escoamento e ao aprimoramento da cultura produtiva do abacaxi a partir da agroindústria. Assim sendo, a Cooperativa da Agricultura Familiar de Mojuí dos Campos (COOFAM) passou a existir em 10 de fevereiro 2014 e, atualmente, o produtor Tajatuba é o presidente da instituição.

Segundo a Tabela 19, as famílias do grupo 3 não estão associadas à AMTAB, o que demonstra uma contradição, já que elas estão vinculadas ao sindicato (2 famílias) e à cooperativa local (3 famílias). Cabe mencionar a família do Cajuauçu, que é membro da COOFAM e que se utiliza de uma estratégia para acionar mercados devido à cooperativa escoar a produção para o mercado institucional, o PNAE. Esta família, entretanto, não faz parte da ANTAB e do Sindicato.

Oposto aos demais grupos, o grupo 4, cujas famílias têm terra e força de trabalho em abundância, é mais ativo nas instituições que estão presentes na comunidade, o que demonstra o papel que as famílias desempenham para potencializar o desenvolvimento da cultura produtiva da Terra de Areia. Nesse sentido, é importante mencionar o relato da produtora Samaúma, que atualmente é tesoureira da COOFAM e, além disso, está associada à AMTAB desde o início de seu funcionamento, bem como ao STTRMC. Para ela, os produtores tinham dificuldade de vender o abacaxi porque o tamanho pequeno e a estética do produto não agradavam os consumidores.

Contudo, Samaúma destaca que foi somente com a presença dessas organizações que o melhoramento da cultura do abacaxi ocorreu para os produtores de Terra de Areia e de outras comunidades localizadas próximas a ela. Dessa forma, em entrevista concedida, a produtora afirma o seguinte:

[...] passaram a ter assistência técnica aqui; aprendemos a adubar, aprendemos a produzir mais, de melhor qualidade. Eu digo pelo desenvolvimento que eu aprendi, sempre eu vendia na feira, né e pra gente é visível a mudança. E frisando que todos que trabalhavam e participavam do grupo aprenderam e foram passando pra os outros (Samaúma, produtora de abacaxi, entrevista realizada em 11 de junho de 2019).

O aperfeiçoamento da produção do abacaxi proporcionado pelas instituições locais tem levado as famílias do grupo 4 a permanecerem vinculadas às associações. Isto porque, tais unidades familiares acreditam que o melhoramento da produção passa pelo fortalecimento dessas instituições, tornado possível mediante a mobilização coletiva dos agricultores. Outro fator apontado é a possibilidade de obter assistência técnica. Partindo desse pressuposto, 38% dos agricultores responderam que a EMATER presta assistência à comunidade (2 famílias do grupo 4; 1 família dos grupos 1, 2 e 3) (Figura 12).

Figura 12 – Assistência técnica, comunidade Terra de Areia, Mojuí dos Campos-PA



Fonte: Anderson Borges, 2019.

Os 62% de famílias que não recebem assistência técnica retratam um panorama do município, pois existe uma quantidade de técnicos da EMATER que é insuficiente para assistir aos agricultores nas comunidades, cabendo, portanto, montar estratégias operacionais que contribuam ao atendimento do maior número de agricultores em um mutirão; iniciativa esta que deve ser estimulada por intermédio de parcerias com as organizações locais.

Para controlar as pragas que atingem as áreas produtivas, os agricultores se utilizam de diversas estratégias, realizando: a retirada da planta afetada (1 família do grupo 2; 2 famílias do grupo 3); a rotação de cultivo (1 família dos grupos 2 e 3); a

associação de plantas que repelem pragas (1 família do grupo 3); a mobilização de defensivos naturais (2 famílias do grupo 3 e 1 do grupo 4) e; a utilização de produtos químicos (1 família dos grupos 1, 3 e 4 e 2 famílias do grupo 2). O acionamento desses produtos é realizado quando aumenta o número de pragas na cultura do abacaxi, assim, os agricultores buscam comprá-los nas lojas agropecuárias que existem na beira da estrada que dá acesso à cidade de Santarém. Geralmente, a compra acontece quando o agricultor retorna das feiras onde realiza a venda de seus produtos.

Dessa maneira, a renda obtida com a venda da colheita é direcionada, primeiramente, à compra de insumos para continuação e aumento da produção (insumos químicos, máquinas, mudas de abacaxi etc.) e, posteriormente, é empregada na compra de produtos que não são produzidos comunitariamente e que são necessários ao consumo familiar, como, por exemplo, carne, arroz, macarrão e vestimentas.

A Tabela 20 mostra que, para conter o aumento das ervas daninhas sobre a produção, são utilizadas diversas estratégias pelas famílias de acordo com o capital disponível.

Tabela 20 – Estratégia para conter erva daninha na área produtiva

Terra de Areia	Enxada ou outra ferramenta		Maquinário leve (ex.: roçadeira)			Produtos químicos (ex.: glifosato)
	A cada 2-3 vezes por mês	1-2 vezes por anos	A cada 2-3 vezes por mês	Todo mês	1-2 vezes por ano	1-2 vezes por ano
Grupo 1	-	-	1 família	-	-	-
Grupo 2	3 famílias	1 família	2 famílias	1 família	-	-
Grupo 3	2 famílias	-	1 família	2 famílias	1 família	-
Grupo 4	-	1 família	1 família	2 famílias	-	1 família

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

Quando são verificadas as ferramentas utilizadas, é possível identificar que as famílias que possuem restrição de terra e força de trabalho ou ambos (grupos 1,2 e 3) fazem mais uso da enxada, o que aumenta o tempo de trabalho necessário da

família. Porém, aqueles que possuem abundância nas variáveis apontadas (grupo 4) diminuem o tempo necessário na área produtiva reduzindo a relação trabalho + capital mediante o investimento em máquinas intensificando a produção (COSTA, F., 2012).

Para irrigar o plantio, todas as famílias se utilizam da água do igarapé que passa pela comunidade. Para consumo, todas possuem poço artesiano, com exceção de uma família do grupo 2, que utiliza o microssistema (Figura 13).

Figura 13 – Igarapé da comunidade Terra de Areia, Mojuí dos Campos-PA



Fonte: Anderson Borges, 2019.

As unidades produtivas dos agricultores estão localizadas entre a estrada e o igarapé. A partir disso, identificou durante a pesquisa de campo que as frentes das casas estão direcionadas para a estrada ou para as casas de vizinhos, o que não interfere em nada na importância que o igarapé tem para a cultura produtiva do abacaxi para as famílias.

Na Terra de Areia é utilizado o adubo de origem química (NPK) / calcário por todas as famílias (grupos 1, 2 3 e 4), que, segundo eles, é mobilizado para adubar a terra antes do plantio do abacaxi. Nesse sentido, a produtora Samaúma afirma que:

[...] a gente usa esse adubo aí! É o 20 por 20. É o NPK, 20 de nitrogênio, o fósforo, e o outro 20 é potássio é só que a gente compra o fósforo. 20 por

20 é a fórmula dele. Tu vai lá no cara, tu vai produzir teu adubo pra ti, tu quer 18 por 18, 18 por 19? Quer 18 por 20? Vai pedir a fórmula e eu que faço os pedido. Ele mistura, ele mistura na hora porque ele mela tudo (Samaúma, produtora de abacaxi, entrevista realizada em 11 de junho de 2019).

Para a EMATER, os produtores de abacaxi utilizam um dos piores glifosatos, sendo utilizado para matar as ervas daninha da área produtiva, ajudando na limpeza do roçado. Nos estabelecimentos que fazem uso desse herbicida, sete famílias fazem o corte manual com ou sem queima (1 dos grupos 1 e 4; 3 do grupo 2; e 2 do grupo 3), enquanto as demais se utilizam da mecanização (1 dos grupos 1 e 2; 2 do grupo 3; e 3 do grupo 4). Isto possibilita compreender que existe uma diferenciação no uso de ferramentas para empregar na terra, pois a maioria daquelas famílias que possuem pouco recurso (terra e trabalho) utiliza mais o corte manual, aumentando o tempo e força de trabalho aplicado, enquanto as demais, principalmente do grupo 4 (abundância de terra e trabalho), têm acesso a máquinas que contribuem para otimização do tempo e trabalho realizado.

Os maquinários são conseguidos através do aluguel realizado pela prefeitura. Em entrevista concedida pelo prefeito do município, destaca-se um projeto aprovado na Câmara dos Vereadores que possibilitou a compra de dois tratores para a mecanização das áreas agrícolas. O acesso aos mesmos se dá por meio do acionamento da Secretaria Municipal de Agricultura pelo produtor, portando os documentos de propriedade da terra. A instituição concede o combustível, além do trabalhador para manuseio, todavia, o agricultor paga R\$60,00 por hora de utilização; custo este que é revestido na manutenção da máquina. Uma alternativa que a produtora Samaúma tem utilizado é alugar o trator do sojeiro que reside próximo a sua área onde produz abacaxi.

Portanto, as famílias que fazem uso da mecanização da terra e, posteriormente, utilizam o adubo químico no plantio são as que têm melhor disponibilidade dos fatores terra e trabalho, possibilitando maior rendimento durante todo o ano. Quando a área é utilizada apenas de maneira tradicional, a produtividade diminui o que proporciona somente uma colheita durante o ano no verão.

4.3.3 Pluriatividade na comunidade

A comunidade Terra de Areia localiza-se distante das principais áreas urbanizadas da região, porém, tem presenciado desde o início dos anos 2000 pessoas exercendo atividades não agrícolas. O acionamento a essas atividades é possível devido a nossa configuração no território, principalmente com a chegada de novas infraestruturas que possibilitaram maior mobilidade das pessoas da comunidade para outras áreas de fluxo mais intenso.

A partir da Tabela 21, observou-se em algumas unidades produtivas camponesas a presença de pelo menos um membro da família realizando atividade não agrícola, em algum momento (SCHNEIDER 2003a, 2009).

Tabela 21 – Tipos de atividades realizadas pelas famílias das unidades produtivas camponesas

Terra de Areia	Pluriativas	Agrícolas
Grupo 1	-	2 famílias
Grupo 2	2 famílias	2 famílias
Grupo 3	-	4 famílias
Grupo 4	1 família	2 famílias

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

As duas famílias do grupo 2 acionam atividades não agrícolas. Estas, devido às condições particulares de ausência de terra e força de trabalho que possuem, acionam essas atividades que existem na região (contexto externo) buscando alcançar melhores condições reprodutivas para a família (COSTA, F., 2012). Um membro de uma família se dedica à atividade doméstica, enquanto na outra, do produtor Tajatuba, existe a realização, por um de seus membros, do trabalho no STTRMC durante a semana. Entretanto, ambos os membros das famílias passam a exercer o trabalho agrícola em momentos disponíveis, principalmente nos finais de semana, configurando-se, assim, enquanto pluriativas (CANDIOTTO 2007; SCHNEIDER 2003a, 2009).

As demais famílias que possuem restrição de terra, trabalho ou ambos (Grupo 1, 2 e 3) procuram outras formas de permanência na terra, na maioria dos casos, os

filhos com idade apta ao trabalho realizam atividades agrícolas direcionadas a cultura do abacaxi fora do lote da família, na própria comunidade. Outras alternativas encontradas é a venda na feira da produção de outros agricultores realizada na maioria das vezes pelas mulheres, estas que na maioria dos casos possuem algum laço de parentesco com eles, além disso, tem as rendas obtidas dos programas sociais, como o bolsa família que ajudam a complementar a renda.

Duas famílias que têm o padrão reprodutivo eficiente se dedicam apenas ao trabalho na área produtiva, enquanto uma, além dessas atividades, dedica-se ao artesanato. É o caso da produtora Samaúma, que, após ter feito uma oficina, passou a realizar esse trabalho nos momentos em que não estava aplicando sua força na terra ou comercializando sua produção na cidade de Santarém. De acordo com seu relato, é um trabalho que além de não requerer muito reforço, proporciona um rendimento adicional para a família (COSTA, F., 2012).

No levantamento realizado a partir das entrevistadas concedidas foi possível identificar a atividade não agrícola por três jovens que residem na comunidade, em áreas da monocultura da soja. Segundo eles, o acionamento acontece em determinados momentos da colheita da cultura, assim eles passam a ser contratados para manusear máquinas pesadas.

Uma das famílias com padrão reprodutivo eficiente afirmou que, a partir do êxito que a cultura do abacaxi começou a oferecer para família, o filho foi adquirindo o conhecimento dos pais sobre a produção e passou investir na atividade, aumentando a sua força de trabalho. Outro fator, ademais, é a necessidade que ele possui de constituir uma nova família, o que fará aumentar o número de membros e, conseqüentemente, o consumo (COSTA, F., 2012). No que diz respeito a esta questão, a produtora Samaúma enfatiza que:

[...] por exemplo, na minha casa era só o meu marido. Hoje em dia tem meu filho que dá 40 mil plantada. Meu cunhado era só ele, tem três filhos agora, que tão plantando, os filhos vão aprendendo e vão produzindo. Vai aumentando, aumentando, aumentando (Samaúma, produtora de abacaxi, entrevista realizada em 11 de junho de 2019).

Este caso representa uma continuação da cultura produtiva do abacaxi na comunidade pelos filhos, pois a fruticultura tem se configurado como a principal fonte de renda para que as famílias mantenham um padrão reprodutivo, principalmente

devido ao aprimoramento técnico da produção que a AMTAB possibilitou para seus associados, contribuindo para o aumento e para a aceitação do produto pelo consumidor da região. Portanto, o equilíbrio reprodutivo das famílias derivou da “integração do produto do trabalho camponês ao mercado” (COSTA, F., 2012, p. 115).

A Tabela 22 destaca a composição da renda das unidades produtivas, sendo divididas em dois tipos: as agrícolas (famílias que se dedicam apenas à produção agrícola) e as pluriativas (realização de várias atividades agrícolas e não agrícolas).

Tabela 22 – Composição da renda familiar

Famílias	Composição da renda familiar				
	<i>Aposentadoria/ pensão</i>	<i>Bolsa Família</i>	<i>Atividade agrícola</i>	<i>Atividade não agrícola</i>	<i>Outro benefício do governo</i>
Pluriativas	-	2 famílias	3 famílias	3 famílias	-
Agrícolas	4 famílias	6 famílias	10 famílias	-	4 famílias

Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

Das dez famílias apenas agrícolas, quatro recebem aposentadoria e benefício do governo, enquanto seis recebem Bolsa Família. Estas rendas fazem parte de um portfólio de alternativas que os agricultores acionam, a depender das necessidades dos membros da família.

Apesar destas rendas, a atividade agrícola do abacaxi se configura como a principal fonte de dividendos dos agricultores. Entretanto, aquelas famílias que possuem força de trabalho e terra em abundância (grupo 4) e que possuem produções de destaque na comunidade, além de estarem mais integradas ao mercado do que as famílias dos demais grupos, têm buscado diversificar a produção no plantio da pimenta do reino, cumarú, laranja e limão em maior proporção, aplicando energia extra de trabalho em um investimento que possa evitar gerar desequilíbrio do padrão reprodutivo familiar (COSTA, F., 2012) (Figura 14).

Das pluriativas, duas famílias recebem Bolsa Família, porém, as principais fontes de renda advêm das atividades não agrícolas e da produção do abacaxi. Neste sentido, a diversificação das atividades provém da necessidade de gerar um padrão reprodutivo familiar devido à restrição de terra e trabalho que possuem

(grupo 2), mas também em assegurar uma renda extra sem precisar causar a penosidade do trabalho aplicado (1 família do grupo 4). Estas atividades não agrícolas variam dependendo de cada unidade familiar, a depender do gênero e da condição de deslocamento até as áreas que ofertam essas atividades. Portanto, estas famílias acionam estratégias para manter sua existência, sem abandonar o trabalho na área agrícola (SCNHEIDER, 2009).

Figura 14 – Plantio da pimenta do reino na comunidade Terra de Areia, Mojuí dos Campos-PA



Fonte: Anderson Borges, 2019.

Francisco Costa (2012) também considera o acionamento a diferentes estratégias reprodutivas dependendo das condições reprodutivas de cada família. Assim, na comunidade Terra de Areia houve um padrão ao acionamento a pluriatividade pelas famílias com restrição de trabalho e terra (grupo 2) e de uma família com abundância de terra e trabalho (grupo 4). Nesse caso, podemos identificar que existe uma tendência ao acionamento da pluriatividade pelas famílias do grupo 2 e também do grupo 4, entretanto, surpreende esse segundo grupo. Essas atividades não agrícolas estão relacionadas ao artesanato, serviço doméstico e institucional voltado ao meio rural.

4.4 Análise integrada das escalas: da eficiência camponesa ao acionamento da pluriatividade

Propomo-nos em analisar o fenômeno da pluriatividade em diversas escalas, com o intuito em entender sob quais condições os agricultores familiares camponeses as acionavam para se reproduzir. Numa análise macro dos dados secundários disponibilizados pelo IBGE foi possível identificar a forte presença dessas atividades não agrícolas praticada pelos agricultores familiares camponeses, emergindo assim, diversas interpretações de pesquisadores baseados sobre a temática, posições estas dualistas. Uma delas defendida por autores como Schneider (2003a, 2009) e Wanderley (2003) é que as condições internas de trabalho e terra as famílias tendem a acionar a pluriatividade, enquanto Graziano da Silva (1997), Anjos (2003) e Candiotto (2007) veem essas novas dinâmicas direcionadas para o meio rural como provenientes de fatores externos ligados a expansão da urbanização sobre áreas consideradas rurais, e isto, influencia nas decisões das famílias por essas atividades não agrícolas.

Assim, fizemos uma análise mais aprofundada na região do Planalto Santareno, pois esta área tem passado dinâmicas intensas tanto no meio rural quanto urbano relacionadas a mobilidade de pessoas, novos empreendimentos ofertando trabalhos não agrícolas, expansão da plantio da soja, aumento da produção familiar por diversas comunidades e a maior articulação dos movimentos sociais na busca pela politização dos agricultores, assim, entendemos que ela poderia mostrar informações relevantes para identificar o que leva às famílias de agricultores camponeses a realização dessas práticas não agrícolas. Para isso utilizamos a teoria do investimento camponês de Francisco Costa (1993, 2012) que acredita que tanto os fatores internos ligados ao contexto familiar e os externos influenciam na tomada de decisão ao acionamento de determinados fenômenos, como a pluriatividade.

Nas escalas regional, estadual, municipal e comunitária, os dados apresentados nesta pesquisa demonstram a importância do fenômeno da pluriatividade para os agricultores familiares camponeses. Neste sentido, ele torna-se uma das estratégias acionadas por esses sujeitos a partir das condições externas

existentes, cabendo ressaltar, todavia, que nem todas as famílias são consideradas pluriativas.

A partir de uma análise mais detida na escala comunitária, evidenciou-se que as famílias pluriativas possuem um padrão reprodutivo ligado à restrição de terra ou trabalho, ou ambos, enquanto aquelas que possuem abundância desses elementos característicos da agricultura familiar, em sua maioria, dedicam-se apenas às atividades agrícolas; fato este que reforça a teoria do investimento camponês, proposto por Francisco Costa (1993, 2012).

Assim, aquelas famílias camponesas com padrão reprodutivo eficiente podem negar o acionamento por atividades não agrícolas, enquanto aquelas que estão sob tensão reprodutiva tendem a acioná-las em algum momento, sobretudo em razão de necessidades internas da família.

Dessa maneira, esta breve reflexão, à luz dos dados expostos, demonstra que quando a eficiência reprodutiva dos agricultores familiares camponeses encontra-se ameaçada, as famílias tendem a mudar e acionar formas que possibilitem condições de existir no território, destacando, assim, a pluriatividade. Diante disso, acreditamos que existe uma diversidade estrutural do campesinato a partir das condições internas e que elas podem direcionar os agricultores familiares camponeses a acionarem outras formas a partir das condições externas presentes.

Além disso, mais do que compreender a pluriatividade presente na dinâmica de famílias, destaca-se a importância de mostrar que os agricultores familiares camponeses não são sujeitos estáticos, mas que a todo o momento estão agindo e reagindo buscando a sua reprodução e existência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou evidenciar a existência do campesinato amazônico considerando o princípio da coprodução que orientou o Projeto Odisseia, do qual faço parte. Nele, a sociedade (comunidades, sindicatos e gestores), bem como os cientistas participam de forma conjunta para compreensão da dinâmica da região do Planalto Santareno. Assim, apoiado nesse princípio, buscamos nesta pesquisa mostrar um campesinato vivo, rico, diverso e importante para a economia regional, isto porque, estes sujeitos do campo acreditam que o agronegócio da soja presente na região do Planalto Santareno possui mais evidência do que suas atividades camponesas.

Para tanto, a pesquisa estruturou-se à luz da teoria do investimento camponês, proposta Costa, F., (1993, 2012); teoria esta por meio da qual o referido autor busca mostrar a existência e a diversidade do campesinato na sociedade capitalista.

Tendo como base os interesses provenientes dos grupos de pesquisas e dos movimentos sociais, pretendeu-se, pouco a pouco, formular uma pergunta de pesquisa que direcionasse para uma compactação desses objetivos; pergunta esta que só ficou evidente após a qualificação, com as contribuições importantes dos membros da banca. Portanto, utilizando tanto a base de dados coletadas pelo Projeto Odisseia, bem como do Censo Agropecuário dos anos 2006 e 2017 (IBGE, 2006, 2017), além da pesquisa de campo nas duas comunidades pertencentes ao município de Mojuí dos Campos, realizou-se uma análise multiescalar do campesinato.

Não pretendo aqui encerrar a presente pesquisa com uma conclusão, mas com uma reflexão a partir da teoria utilizada para analisar o objeto de estudo ao qual nos dedicamos a trabalhar de fevereiro do ano 2019 até julho de 2020. Este esforço só foi possível a partir do Projeto Odisseia, que possibilitou, primeiramente, conhecer os sujeitos da pesquisa e, posteriormente, o financiamento para a elaboração deste trabalho de dissertação.

A princípio, objetivava-se compreender como se dava a organização dos agricultores familiares camponeses do município de Mojuí dos Campos, em polos,

frente ao avanço da monocultura da soja presente no território. Porém, a vivência no campo e os estudos já realizados no local nos guiaram para a compreensão sobre a existência deste campesinato a partir de algumas perguntas: o campesinato continua a existir na sociedade capitalista? Sob quais condições reprodutivas os camponeses acionam a pluriatividade no Planalto Santareno?

Para responder a estas perguntas, apoiamo-nos nos debates de autores clássicos que tratam sobre o campesinato, como: Marx, Kautsky, Lênin e Chayanov. Ademais, realizou-se o uso da teoria do investimento camponês de Francisco Costa (1993, 2012), a fim de compreender as condições de terra, trabalho e contexto institucional das famílias camponesas, e se isso tende ao acionamento das atividades não agrícolas. No campo de estudos da pluriatividade, destaca-se a contribuição de alguns teóricos, como Schneider (2003a, 2009), Graziano da Silva (1997), Anjos (2003) e Candiotto (2007).

A partir disso, o estudo demonstrou que a pluriatividade é presente em todas as regiões do país, assim como na região Norte, a se destacar o estado do Pará, que, atualmente, configura-se como o principal estado da região que tem agricultores familiares camponeses que acionam essas atividades. As pesquisas já desenvolvidas no Brasil sobre esta temática apontam dois caminhos para essa dinâmica: a extinção do camponês a partir do exercício da atividade não agrícola e a adesão a essas atividades a partir das necessidades reprodutivas da família.

A pesquisa que ora foi desenvolvida não buscou eliminar as conclusões de outros estudos sobre o tema. Por esta razão, fez-se uso da teoria do investimento camponês, que considera que as condições internas e externas condicionam a tomada de decisão da família camponesa; teoria esta que viabilizou a seguinte análise sobre as condições de terra, trabalho e contexto institucional das famílias camponesas de duas comunidades no município de Mojuí dos Campos para o acionamento ou não da atividade não agrícola.

Considerando as condições características da agricultura familiar camponesa, identificou-se, primeiramente, que existe uma diversidade estrutural do campesinato. Nesse sentido, as famílias que possuem pouca disponibilidade de terra, trabalho ou ambos, tendem a acionar a atividade não agrícola em algum momento da vida, todavia, isso não elimina o trabalho na terra, o que demonstra que o campesinato

continuar a existir mesmo em condições desfavoráveis e a utilizar, assim, condições externas para complementar a renda que proporciona a reprodução da família. Mediante essa compreensão, a partir das variáveis analisadas (terra e trabalho) acreditamos que existe uma tendência a tensão reprodutiva de algumas famílias que vivem sob limitações dessas variáveis o que pode levar a uma tomada de decisão para mudar, isto tem uma consequência que as leva a acionarem diversas formas, como a pluriatividade que é influenciada pelo contexto institucional. É, portanto, dessa maneira que acreditamos que eficiência reprodutiva pode contribuir para o entendimento sobre o acionamento ao trabalho não agrícola.

Aquelas famílias com padrão reprodutivo eficiente – ou seja, abundância de terra e trabalho – não tendem a acionar a pluriatividade. Isto porque elas conseguem se reproduzir com o que produzem na sua área produtiva e estes fatores não despertam o interesse delas por essas atividades não agrícolas. Pelo contrario, a tendência é a continuação do trabalho na terra e, principalmente, o estímulo repassado de pai para os filhos no que diz respeito à manutenção da prática agrícola familiar. Nesse sentido, com base nos dados, é possível afirmar que mesmo diante da expansão do agronegócio de soja na região do Planalto Santareno, os agricultores familiares camponeses acionam diversas formas para continuar se reproduzindo e existindo no território, o que resulta no não desaparecimento, na resistência desses sujeitos. Além disso, levando em consideração o trabalho não agrícola, é possível perceber que por parte dos jovens ainda existe uma expectativa de trabalhar nas atividades do agronegócio, por isso buscam se capacitar em cursos voltados para manusear máquinas pesadas, porém foi possível identificar nos dados do projeto odisseia (Folhes, et. al) que esse setor emprega pouca mão de obra local, esta sendo acionada apenas em períodos específicos da produção.

Tais padrões reprodutivos, identificados na pesquisa desenvolvida no Planalto Santareno, podem contribuir para estudos que se dedicam sobre as diversas formas que os camponeses acionam para se reproduzir no território. Ademais, também pode contribuir com aqueles que buscam evidenciar a eficiência reprodutiva de determinadas famílias camponesas em seus territórios.

Apesar dessas reflexões realizadas, certamente ficam algumas lacunas que podem ser desenvolvidas posteriormente; lacunas estas que, devido ao tempo e às

condições limitantes, sejam elas teóricas e/ou empíricas, não foram possíveis de ser analisadas, como, por exemplo, o fato de a maioria das famílias camponesas, mesmo em condições internas restritas, permanecer participando de maneira ativa das atividades das instituições locais, como as cooperativas, associações e sindicatos.

Muito mais do que uma simples pesquisa, esse mergulho na vida de famílias camponesas no Planalto Santareno significou, para este pesquisador, o estabelecimento de uma compreensão acerca da importância da família na busca pela reprodução, mas, principalmente, pela existência.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos agronegócios. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de *et. al.* (org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULÍNO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, 2000.

AMARAL, Hércio. **O guardador de memórias**: fragmentos históricos da Amazônia. Belém: [s.n.], 2018.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Recife: Egúpel, 2003.

BARBOSA, Jonismar Alves; FERRER, Gabriel Real. O agronegócio da soja e as violações do direito à cidadania e ao desenvolvimento rural: um estudo de caso das comunidades locais de Santarém-PA, Brasil. **Conpedi Law Review**, [S. l.], v. 1, n. 12, p. 34-53, 2015.

BARBOSA, Jonismar Alves; MOREIRA, Eliane Cristina Pinto. Impactos socioambientais da expansão do agronegócio da soja na região de Santarém-PA e a crise dos instrumentos de governança ambiental. **R. Jur. UNI7**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 73-87, jan./jun. 2017.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. Dinâmicas territoriais do agronegócio globalizado da soja na Amazônia: o caso de Santarém (Pará). **Amazônia**, Manaus, v. 2, n. 2, p. 49-65, 2018.

BECKER, Bertha Koiffman. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BRASIL. **Decreto Lei Nº 1.164, de 1º de abril de 1971**. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1971]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1164.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20No%201.164,1%C2%BA%20DE%20ABRIL%20DE%201971.&text=Declara%20indispens%C3%A1veis%20%C3%A0%20seguran%C3%A7a%20e,Legal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre o processo discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6383.htm. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos

Familiares Rurais. Brasília, DF: presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 25 set. 2020.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 9, n. 10, p. 191-208, jul./dez. 2007.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

COELHO, Andrea dos Santos. **Modelagem de dinâmica do uso da terra e cobertura vegetal na região de Santarém, oeste do Pará**. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 2009.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. Da territorialização camponesa à territorialização do agronegócio: um estudo geográfico da questão agrária em Santarém e Belterra/PA. **Revista Presença Geográfica**, Porto Velho, v. 2, n. 2, p. 55-69, 2016.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. **A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re) existências dos camponeses/camponesas das comunidades nova esperança e nova aliança no município de Belterra/Pará**. 2017. 225 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

CÔRTEZ, Julia Corrêa. Fronteira agrícola na Amazônia contemporânea: repensando o paradigma a partir da mobilidade da população de Santarém-PA. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 11, n. 2, p. 415-430, 2016.

CÔRTEZ, Julia Corrêa; D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Urbanização do rural: mobilidade populacional e dinâmica do uso da terra em Santarém, Brasil. *In*: CONGRESSO DE ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANO DE POBLACIÓN, 5., 2012, Montevideo. **Anais [...]**. Montevideo: ALAP, 2012. p. 1-23. Disponível em: http://www.alapop.org/Congreso2012/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2012_FINAL301.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

CORTES, João Paulo Soares de *et al.* Quais as perspectivas da agricultura familiar em um contexto de expansão do agronegócio? Zoneamento participativo com representantes comunitários do Planalto Santareno. **Confins**, Paris, n. 45, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/28077>. Acesso em: 22 abr. 2019.

COSTA, Francisco de Assis. O investimento na economia camponesa: considerações teóricas. **Papers do NAEA**, Belém, n. 8, p. 1-23, maio 1993. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=62>. Acesso em: 12 maio 2019.

COSTA, Francisco de Assis. Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 1, n. 1, p. 1-50, jun.

1998. Disponível em:

<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=376>
. Acesso em: 12 maio 2019.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo**: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira. Belém: Editora NAEA, 2012.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. Expansão da soja na Amazônia: os conflitos sociais após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 34., 2010, Belém. **Anais** [...]. Belém: UFPA, 2010. p. 1-12.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Grãos na floresta**: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia. 2012. 312 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

DA CUNHA, Cândido Neto. “Pintou uma chance legal” o programa “Terra Legal” no interior dos projetos integrados de colonização e do polígono desapropriado de Altamira, no Pará. **Agrária**, São Paulo, n. 10-11, p. 20-56, 2009.

DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Revisitando interpretações sobre o campesinato: constrangimentos e perspectivas de autonomia. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 9-26, 2015.

FARIA, Alexandre Magno de Melo. A não consolidação das previsões clássicas do fim do campesinato sob o capitalismo: uma resenha. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 3, n. 6, p. 45-58, 2011.

FOLHES, Ricardo Teóphilo *et al.* **Economia agropecuária do planalto**. Belém: Odisséia, 2020. 1 cartilha.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 165-173, 1997.

GRUPO AGRÁRIA; GRUPO QUINCÓ. **Soja em Santarém**: um início que entusiasma. Santarém: Agrária S.A.; Quincó, [1996 ou 1997].

HOEFLE, Scott William. Santarém, cidade portal de fronteiras históricas do oeste do Pará. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 45-76, 2013.

IBGE. Censo agropecuário 2006: segunda apuração. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 12 mar. 2019.

IBGE. Censo agropecuário 2017: resultados definitivos. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 12 mar. 2019.

IBGE. Produção agrícola municipal. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 18 out. 2019.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 mar. 2020.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329 p.

LEÃO, Sandro Augusto Viégas. **Agronegócio da soja e dinâmicas regionais no Oeste do Pará**. 2017. 204 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama na Amazônia**: campesinato, consciência de classe e educação, o movimento sindical dos trabalhadores rurais de Santarém (PA), (1974-85). 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1989.

MARTINS, Heloísa Helena de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2014.

MIRANDA, Rogério Rego; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da. Das agroestratégias aos eixos territoriais do agronegócio no estado do Pará. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 99, p. 1-29, mar. 2016.

NAHUM, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA). **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 17, n. 25, p. 47-70, jul./dez. 2014.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. 2005. 241 f. Tese (Doutorado Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília, DF: CNPq, 2005.

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. A cidade de Santarém e os grãos: a reestruturação produtiva de uma cidade média da Amazônia oriental. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 1, n. 02, p. 15-31, jul./dez. 2014.

PARÁ. **Lei Nº 5.928, de 28 de dezembro de 1995**. Cria o Município de Belterra, no Estado do Pará. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, [1995]. Disponível em: <http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/lo5928.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

PARÁ. **Lei Nº 6.268, de 27 de dezembro de 1999**. Cria o Município de Mojuí dos Campos e dá outras providências. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, [1999]. Disponível em: <http://mojuidoscambos.pa.gov.br/public/storage/mojui-dos-cambos/leis/190422102545lei-6268-mojui-dos-cambos.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

PROCURA por terra aquece mercado rural. **Jornal Gazeta**, Santarém, 10 abr. 1999. Local, p. 7.

PRODUTORES de soja vêm a Santarém. **Jornal O Impacto**, Santarém, 17 abr. 1998. Agricultura, p. 18.

RIBEIRO, Ivan Augusto Vall. **Caracterização da carga física de trabalho na horticultura orgânica**. 2011. 186 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SANTOS, Edeilton Pereira; CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. Territorialidades divergentes no processo de expansão da soja no Baixo Amazonas, Pará. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 388-401, 2015.

SAUER, Sérgio; MARTINS, Pedro Sérgio Vieira. Cultivo de soya y conflictos por la tierra en la región de Santarém (Pará). In: VAN SOLINGE, Tim Boekhout; VÉLEZ-TORRES, Irene; SAUER, Sérgio; VAN DEN BRINK, Babette Berrocal Vargas (org.). **Tierra y derechos en aguas turbulentas: conflictos socio-ambientales en Colombia y Brasil**. Utrecht: Utrecht University, 2016. p. 31-49. v. 1.

SAUER, Sergio; PIETRAFESA, José Paulo. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: a expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Especial Geografia Agrária, p. 245-264, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 252 p.

SCHNEIDER, Sergio. Rurbanização e pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso). **Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária**, p. 151-188, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Luciano (org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito: FLACSO, 2009. p. 132-161. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/diversificaonaagriculturafamiliafunicultura/contents/photoflow-view/content-view?object_id=884960. Acesso em: 09 ago. 2019.

SCHNEIDER, Sergio *et al.* **Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006**. Brasília, DF: IPEA, 2011. (Relatório de pesquisa).

SECRETO, María Verónica. A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: do "discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha. **Revista Estudos Históricos**, Goiânia, v. 2, n. 40, p. 115-135, 2007.

SILVA, Sandro Pereira. A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas. **Texto para discussão**, Brasília, n. 2076, p. 7-38, abr. 2015.

SOJA – uma esperança para Santarém. **Jornal de Santarém e Baixo Amazonas**, Santarém, 09 maio 1997. Economia, p. 9.

TRINDADE, Gesiane Oliveira da. **A cidade & a soja**: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TRISTAN, Daniela Rebelo Monte. **Trabalhadores da Tecejuta**: experiência operária e construção da memória numa fábrica têxtil do Oeste do Pará (Santarém, 1951-1990). 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. UFRGS Editora, 2008.

VILLWOCK, Ana Paula Schervinski; SANTOS, Gilson Ditzel; PERONDI, Miguel Angelo. Variáveis que mais influenciam na pluriatividade dos agricultores familiares de Itapejara D´ Oeste-Pr. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 2, p. 239-252, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 42-61, out. 2003.

WOORTMANN, Klaas. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas**: Chayanov e Sahlins. Brasília, DF: UnB, 2001.

ZUBIZARRETA, Miren Etxezarreta. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-564, set./dez. 2003.